



DATA DA REUNIÃO: DOZE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DOZE.-----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DO EDIFÍCIO SEDE DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO.-----

PRESIDIU: O PRESIDENTE DA CÂMARA, ENG. ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES.-----

PRESENCAS E FALTAS:-----

PRESIDENTE ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES – PS – PRESENTE.-

VEREADOR DR. CARLOS ALBERTO LOPES PACHECO – PSD – PRESENTE.-----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR ALÍRIO ANTÓNIO DE SOUSA CANCELES – PSD – PRESENTE.-----

VEREADOR PROF. JOSÉ CARLOS RIBEIRO FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA DRA. MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS – PSD – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

VEREADORA DRA. JÚLIA ODETE DE PAIVA GODINHO MOINHOS COSTA – PS – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

VEREADOR DR. MÁRIO DUARTE RORIZ DE OLIVEIRA – PSD – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: DEZ HORAS E TRINTA MINUTOS.-----

HORA DE ENCERRAMENTO: DOZE HORAS E QUARENTA E CINCO MINUTOS.-----



SECRETARIOU A FUNCIONÁRIA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.-----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ATA.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Justificação das faltas dos senhores edis às reuniões agendadas para os dias dezasseis e vinte e nove de agosto findo.-----

A câmara municipal, ao abrigo da competência prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de setembro, deliberou justificar as faltas dos senhores edis que não compareceram às reuniões agendadas para os dias dezasseis e vinte e nove do mês de agosto findo.---

A presente deliberação foi tomada por unanimidade dos membros presentes na reunião.

b) Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 65º da Lei 169/99, de 18 de setembro, o senhor presidente deu conhecimento dos seus despachos a seguir referidos, proferidos ao abrigo de competência delegada pela câmara municipal:-----

- Despacho de trinta de julho último que homologou a ata da arrematação em hasta pública do direito de ocupação da loja vinte e nove do Mercado Municipal, e consequentemente, adjudicou o direito de ocupação dessa loja a Elias Galante da Silva, contribuinte número 180 356 615, para venda de peixe, mediante o pagamento da quantia de 60,00 € (sessenta euros), acrescida do pagamento das taxas mensais de ocupação.-----

- Despacho de trinta e um de agosto findo que aprovou a minuta de um contrato de Urbanização a celebrar entre a Sociedade Garcia, Garcia, S.A. e o município de Santo Tirso, que tem por objeto estabelecer as obrigações entre as partes no âmbito da execução do arruamento de acesso ao espaço industrial integrado na Unidade Operativa de Planeamento e Gestão UOPG 10.2 e das infraestruturas a ele inerentes, no âmbito do processo de licenciamento de obras particulares n.º 205/2012 LEDI, em execução do qual o município de Santo Tirso compartilhará com a quantia de



349.525,00 € (trezentos e quarenta e nove mil quinhentos e vinte e cinco euros), a pagar à medida da execução das obras.-----

O referido despacho e a minuta de contrato de urbanização anexa-se à ata da presente reunião de câmara.-----

c) Para conhecimento da atividade da câmara municipal, o senhor presidente deu também conhecimento dos despachos a seguir referidos, proferidos ao abrigo de competência própria:-----

- Despacho de trinta de julho último, que autorizou a execução de trabalhos para suprimento de erros e omissões na empreitada denominada “Construção da capela mortuária de Vilarinho”, no montante de 8.596,00 € (oito mil quinhentos e noventa e seis euros), mais IVA.-----

A referida empreitada foi adjudicada à sociedade Gabinete Técnico de Ribeirão, Lda, pelo preço inicial de 94.592,07 € (noventa e quatro mil quinhentos e noventa e dois euros e sete centimos), mais IVA.-----

- Despacho da mesma data que adjudicou à sociedade Cunha Soares & Filhos S.A. a empreitada denominada “Trabalhos de arboricultura no Parque Urbano da Ribeira do Matadouro” pelo preço de 26.670,00 € (vinte e seis mil seiscientos e setenta euros).-----

- Despacho da mesma data, que adjudicou à sociedade Construção Civil Gouveia Lda a empreitada denominada “Arrelvamento sintético e vedação de campo de jogos – Vergadela – Rebordões”, pelo preço de 95.296,07 € (noventa e cinco mil duzentos e noventa e seis euros e sete centimos).-----

- Despacho, também da mesma data, que adjudicou à sociedade Famavias – Sociedade de Construções Lda, a empreitada denominada “Reconstrução de muros de suporte na E.M. 558 – Refojos de Riba D’Ave – Trabalhos Complementares”, pelo preço de 31.677,80 € (trinta e um mil seiscientos e setenta e sete euros e oitenta centimos).-----

- Despacho de trinta e um de julho último, que adjudicou à sociedade DST – Domingos da Silva Teixeira, S.A., a empreitada denominada “Execução de trabalhos de contenção periférica



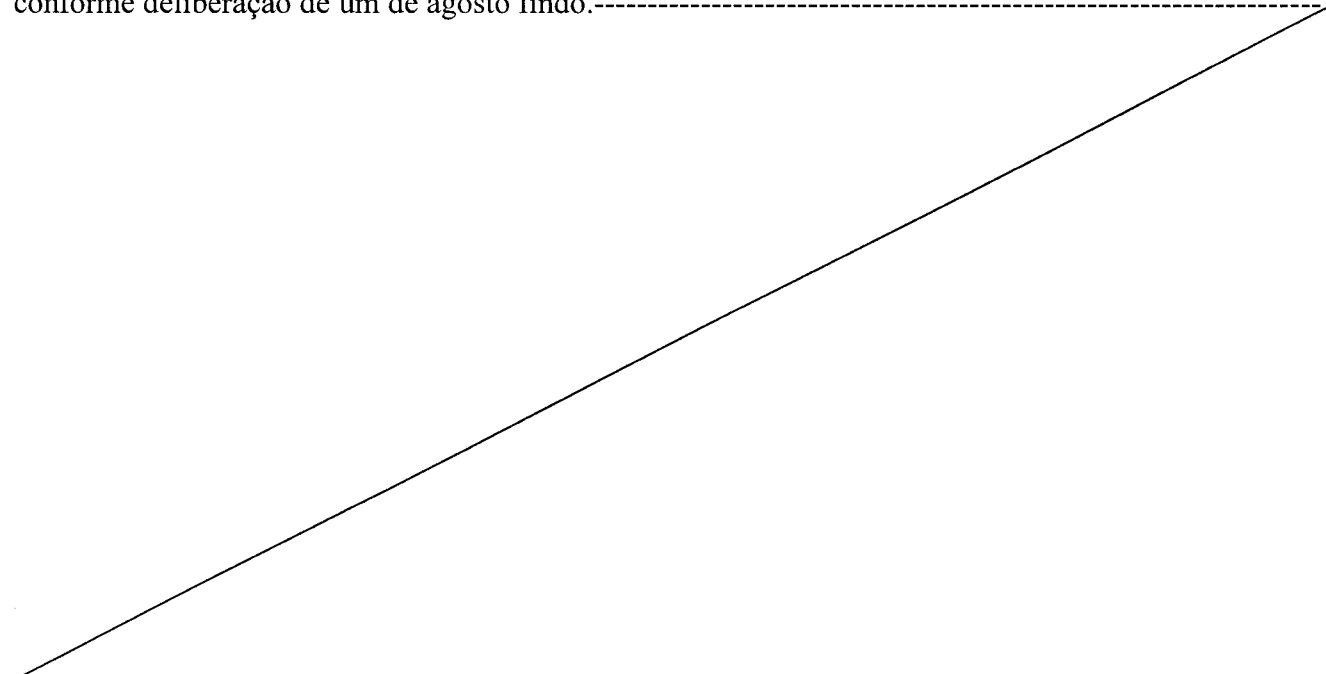
junto ao Passeio das Margens do Ave – Santo Tirso”, pelo preço de 149.000,00 € (cento e quarenta e nove mil euros), mais IVA.-----

- Despacho de oito de agosto findo, proferido pela vice-presidente da câmara, ao abrigo de competência delegada, que adjudicou à sociedade Servielectricidade & Afins Lda o contrato de prestação de serviços tendo por objeto a limpeza de estradas, redes de águas pluviais e saneamento, pelo preço de 19.651,50 € (dezanove mil seiscentos e cinquenta e um euros e cinquenta cêntimos), já com a redução remuneratória legalmente prevista, acrescido de IVA.-----

O procedimento de contratação foi precedido de parecer da câmara municipal, conforme deliberação de um de agosto findo.-----

- Despacho da mesma data, também proferido pela vice-presidente da câmara, que adjudicou à mesma sociedade o contrato de prestação de serviços tendo por objeto serviços de limpeza no Parque Urbano da Rabada, pelo preço de 29.477,25 € (vinte e nove mil quatrocentos e setenta e sete euros e vinte e cinco cêntimos), já com a redução remuneratória legalmente prevista, acrescido de IVA.-----

O procedimento de contratação foi precedido de parecer prévio da câmara municipal, conforme deliberação de um de agosto findo.-----



DESPACHO

Despacho de aprovação de contrato de urbanização

No âmbito do Pedido de Informação Prévia nº 394/11, veio a sociedade comercial anónima "Garcia, Garcia S.A", em 17/11/2011, solicitar, ao abrigo do disposto no artigo 14º do Regime Jurídico da Edificação e Urbanização (RJUE) aprovado pelo DL nº 555/99, de 16 de dezembro, que esta câmara municipal se pronunciasse sobre a viabilidade da construção de um edifício industrial, no Lugar da Ermida, freguesia de Santa Cristina do Couto, nos prédios rústicos descritos na conservatória do registo predial de Santo Tirso sob os nºs 1992/20112 e 1993/2011121 e inscritos nas respetivas matrizes prediais sob os artigos 726º e 727º, com a área total de 63.979,90 m2, sendo a área de implantação de 28.351,30m2.

O referido processo veio a colher informação favorável, constante de folhas 38 e 39, na condição do requerente proceder, nos termos do disposto no artigo 25º do RJUE, à realização das obras de urbanização necessárias, dado que a operação urbanística em causa constitui uma sobrecarga para as infraestruturas urbanísticas existentes, designadamente da rede viária.

Nessa sequência, a requerente deu entrada do processo de licenciamento de obras particulares nº 205/2012 LEDI relativo à construção da referida unidade industrial nas condições enunciadas no mencionado pedido de informação prévia, comprometendo-se a executar as infraestruturas necessárias no âmbito de um contrato de urbanização a celebrar com o Município de Santo Tirso, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 25º e artigo 55º do RJUE.

Face ao exposto, decido ao abrigo de competência delegada por deliberação camarária de 05 de novembro de 2009 (item 6), alterada pela deliberação camarária de 17 de novembro de 2010 (item 3), conforme referido no ponto 5.1.1, alínea m) da aludida deliberação, aprovar os termos do contrato de urbanização, cuja minuta se anexa ao presente despacho e que dele fica a fazer parte integrante para os devidos efeitos legais.

Remeta-se o presente despacho, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, à próxima reunião de câmara para conhecimento.

Remeta-se cópia do presente despacho ao Departamento de Obras Municipais, Divisão de Gestão Financeira e Departamento de Planeamento e Habitação.

5





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

6

Junte-se cópia do presente despacho e do contrato de urbanização ao processo de licenciamento de obras particulares nº 205/2012 LEDI.

Santo Tirso, 31 de agosto de 2012

O Presidente

Castro Fernandes



M.021GR

7




MINUTA

Contrato de Urbanização entre o Município de Santo Tirso e a sociedade anónima Garcia, Garcia, S.A., nos termos do disposto no artigo 25º, nº 3 e 55º do DL n.º 555/99, de 16 de Dezembro, referente à execução do arruamento de acesso ao espaço industrial integrado na Unidade Operativa de Planeamento e Gestão UOPG 10.2 prevista no Regulamento do Plano Diretor Municipal, no Lugar da Ermida, freguesia de Santa Cristina do Couto

No dia _____ de _____ do ano dois mil e doze, nesta cidade de Santo Tirso, e no departamento administrativo da respetiva câmara municipal, perante mim Diana Paula Ferreira Salgado, Chefe da Divisão Jurídica e do Contencioso, servindo de Oficial Público para lavrar o presente contrato, em substituição da Diretora do Departamento Administrativo, por ausência desta, conforme despacho do presidente da câmara de 02 de novembro de 2009, compareceram como outorgantes:-----

Primeiro: Eng.º António Alberto de Castro Fernandes, casado, natural da freguesia de Vila das Aves, concelho de Santo Tirso, residente na rua S. Bento da Batalha, nº 55, freguesia e concelho de Santo Tirso, o qual outorga na qualidade de presidente da câmara municipal de Santo Tirso, e em nome e representação do respetivo município, pessoa coletiva territorial nº 501 306 870, com sede na Praça 25 de Abril, Santo Tirso, adiante designado por MST.

Segundos: Rui Augusto da Costa Garcia, divorciado, natural da freguesia de Vila das Aves, do concelho de Santo Tirso, residente na Rua de Vila Moure nº.101, freguesia de Moreira de Cónegos, concelho de Guimarães, portador do Cartão de Cidadão nº 05841489 4 ZY0 com validade até 14/09/2016, e Miguel Paulo da Costa Garcia, casado, natural da freguesia de Vila das Aves, do concelho de Santo Tirso, residente na Rua da Luz, n.º 13, freguesia de Moreira de Cónegos, concelho de Guimarães, portador do Cartão de Cidadão nº 08632735 6 ZZ5 com validade até 15/09/2013, os quais outorgam na qualidade de administradores da sociedade anónima Garcia, Garcia S.A, com sede na Rua de Vila Moure, n.º 101, da aludida freguesia de Moreira de Cónegos, pessoa coletiva nº 501 275 800, matriculada sob o mesmo número



na Conservatória do Registo Comercial de Guimarães, com capital social de 1.000.000,00 Euros (um milhão de euros), adiante designada por Promotor.

Pressupostos-----

Tendo em conta os seguintes considerandos:-----

Em 08 de agosto de 2009 o Município de Santo Tirso adquiriu a Mário das Neves Corticeiro uma parcela de terreno com a área de 3.304m², sita no Lugar da Ermida, freguesia de Santa Cristina do Couto, a desanexar do prédio rústico inscrito na matriz predial respetiva sob o artigo 89º e descrito na conservatória do registo predial de Santo Tirso sob o nº 436/19910131, destinada a integrar o domínio público municipal para execução da obra denominada "Infraestruturação viária e qualificação da zona industrial da Ermida".-----

Em 2 de novembro de 2011 o referido município adquiriu também a Adelina Moreira de Magalhães Fontes e marido outra parcela de terreno com a área de 1.531,79m², sita no Lugar da Ermida, freguesia de Santa Cristina do Couto, a desanexar da área descoberta do prédio urbano inscrito na matriz predial respetiva sob o artigo 1971º descrito na conservatória do registo predial de Santo Tirso sob o nº e descrito na conservatória do registo predial de Santo Tirso sob o nº 460, destinada a integrar o domínio público municipal para execução da aludida obra.-----

A referida infraestrutura destina-se a operacionalizar a Unidade Operativa de Planeamento e Gestão UOPG 10.2 para implantação de indústrias, prevista no Plano Diretor Municipal em vigor.-----

Conforme dispõe o artigo 103º do Regulamento do Plano Diretor Municipal, esta Unidade Operativa tem como principais objetivos:-----

- a) Estabelecer uma estrutura de suporte à ocupação industrial e empresarial existente e emergente na zona do nó da A3 e zonas industriais envolventes;--
- b) Definir áreas para implantação de indústria e outras atividades empresariais;-----
- c) A estruturação viária e definição e requalificação do sistema de espaços verdes e espaços urbanos de utilização coletiva;-----
- d) A dotação de equipamentos, de serviços e de áreas de estadia e lazer;-----

e) Definir os espaços de enquadramento e de transição para áreas habitacionais;-----

f) Reforçar e valorizar a Estrutura Ecológica Municipal;-----

g) A requalificação ambiental dos cursos de água, pertencentes à REN e ao Domínio Hídrico, e da sua envolvente para melhoramento do seu desempenho hidráulico e hidrológico.-----

A construção do arruamento de acesso ao espaço industrial integrado na Unidade Operativa de Planeamento e Gestão UOPG 10.2 permitirá articular o acesso direto da referida Unidade à variante à EN 104 e ao nó da A3.-----

Além de se afigurar imprescindível ao funcionamento desta unidade operativa, pelo seu desempenho viário, esta nova via permitirá salvaguardar a segurança e comodidade da área residencial e escolar (centro escolar da Ermida) que confina com a atual rede viária.-----

A execução desta infraestrutura viária encontra-se prevista no Plano Plurianual de Investimentos do Município de Santo Tirso, no entanto, face à atual conjuntura económica e à necessidade de dar prioridade à execução de outros investimentos, ainda não foi possível proceder à execução da obra.-----

No âmbito do Pedido de Informação Prévia nº 394/11, veio a sociedade comercial anónima "Garcia, Garcia S.A", em 17/11/2011, solicitar, ao abrigo do disposto no artigo 14º do Regime Jurídico da Edificação e Urbanização (RJUE) aprovado pelo DL nº 555/99, de 16 de dezembro, que a câmara municipal se pronunciasse sobre a viabilidade da construção de um edifício industrial, no referido Lugar da Ermida, freguesia de Santa Cristina do Couto, nos prédios rústicos descritos na conservatória do registo predial de Santo Tirso sob os nºs 1992/20112 e 1993/201121 e inscritos nas respetivas matrizes prediais sob os artigos 726º e 727º, com a área total de 63.979,90 m2, sendo a área de implantação de 28.351,30m2.-----

Esta unidade industrial insere-se, em termos de PDM, na área da referida Unidade Operativa destinada à implantação de indústrias.-----

O referido processo veio a colher informação favorável, constante de folhas 38 e 39, na condição do requerente proceder, nos termos do disposto no artigo 25º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), à realização das obras de urbanização necessárias, dado que a operação

urbanística em causa constitui uma sobrecarga para as infraestruturas urbanísticas existentes, designadamente da rede viária.-----

A rede viária existente, que dá acesso ao terreno onde se pretende implantar a unidade fabril e o articula com a rede viária nacional é constituída por vias municipais (CM1096 e EM 556) que servem um aglomerado residencial de expressiva dimensão.-----

À margem do CM 1096, a cerca de 50 metros do prédio objeto da pretensão, localiza-se um centro escolar que tem acesso pela referida via. Centro, esse, que está a ser ampliado, prevendo-se a sua inauguração no próximo ano letivo.-----

A construção de uma nova via de acesso é imprescindível ao funcionamento da unidade industrial, quer pela sua dimensão, quer porque evitará a sobrecarga viária da rede municipal existente, com inconvenientes não só de desempenho viário mas, sobretudo, de segurança e de comodidade para a área residencial e escola.-----

Acresce referir que a construção da referida unidade fabril irá ainda provocar sobrecarga nas restantes infraestruturas públicas, as quais, em consequência, teriam de ser reforçadas, nomeadamente, rede de abastecimento de água, rede de drenagem de águas residuais, rede de drenagem de águas pluviais, rede de distribuição de energia elétrica, rede de distribuição de gás e rede de telecomunicações.-----

Nessa sequência, a requerente deu entrada do processo de licenciamento de obras particulares nº 205/2012 LEDI relativo à construção da referida unidade industrial nas condições enunciadas no mencionado pedido de informação prévia, comprometendo-se a executar as infraestruturas necessárias.-----

O referido processo ainda se encontra em fase de apreciação técnica.-----

É neste enquadramento, que se justifica a celebração do presente contrato de urbanização, com a consequente distribuição de responsabilidades entre os intervenientes.-----

Se, por um lado, é da responsabilidade do promotor proceder ao reforço/execução das infraestruturas necessárias à realização da operação urbanística, por outro lado, é da responsabilidade da autarquia proceder à execução das infraestruturas necessárias a servir a Unidade Operativa.-----

A execução da rede viária municipal, da rede de abastecimento de água, da rede de drenagem de águas residuais, da rede de drenagem de águas pluviais, da rede de distribuição de energia elétrica, da rede de distribuição de gás e rede de telecomunicações insere-se no âmbito das atribuições dos municípios nos domínios do equipamento urbano, dos transportes e comunicações, do ambiente e saneamento básico e da energia.-----

Tem sido admitido pela doutrina a possibilidade da administração pública estabelecer contratos com conteúdo decisório prévio a um ato de licenciamento de uma operação urbanística, como é o caso dos contratos de urbanização.-----

O presente contrato de urbanização encontra enquadramento jurídico no disposto nos artigos 25º e 55º do RJUE e no artigo 118º do DL nº 380/99, de 22 de setembro.-----

O nº 3 do artigo 25º do RJUE admite que, sempre que a proposta de decisão respeitante a uma operação urbanística sujeita a licenciamento vá no sentido do indeferimento, com fundamento no facto de suscitarem uma sobrecarga incomportável para as infraestruturas existentes, possa haver uma margem de negociação quanto aos termos da decisão a adotar pela administração.-----

O artigo 55º do RJUE estabelece que sempre que a execução das obras de urbanização envolvam mais de um responsável, a realização das mesmas pode ser objeto de um contrato de urbanização, mediante o qual se determinem as obrigações das partes contratantes.-----

Por sua vez, o artigo 118º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo DL nº 380/99, de 22 de setembro prevê a execução coordenada e programada do planeamento territorial, com a colaboração das entidades públicas e privadas, como meio de execução das infraestruturas e dos equipamentos de acordo com o interesse público.-----

Entre o Município de Santo Tirso e a sociedade anónima Garcia, Garcia, S.A. é celebrado o presente contrato de urbanização, nos termos do disposto nos artigos 25º, nº 3, e 55º do DL nº 55/99, de 16 de dezembro, o qual se regerá pelas cláusulas seguintes:-----

Cláusula Primeira

Objeto

1- O presente contrato tem por objeto estabelecer as obrigações entre as partes no âmbito da execução do arruamento de acesso ao espaço industrial integrado na Unidade Operativa de Planeamento e Gestão UOPG 10.2 e das infraestruturas a ele inerentes, a que respeita o processo de obras de urbanização que a ele se anexa e que dele fica a fazer parte integrante, para todos os efeitos legais, constituindo o Anexo I (2 pastas), o qual já obteve parecer favorável das entidades competentes (Serviços Municipalizados de Água, Eletricidade e Saneamento de Santo Tirso/Departamento de Obras Municipais da Câmara Municipal, EDP Distribuição – Energia, S.A), à exceção da entidade referida na alínea e) do nº1 da Cláusula Terceira.-----

2- O traçado do arruamento encontra-se identificado nas plantas constantes de fls. 89 e 90 do referido processo.-----

Cláusula Segunda

Propriedade dos terrenos objeto de intervenção

Os terrenos objeto de intervenção são propriedade do MST e do Promotor, encontrando-se os primeiros identificados no 1º e 2º parágrafo dos pressupostos do presente contrato e os segundos em parte do prédio identificado no parágrafo 8º dos referidos pressupostos.-----

Cláusula Terceira

Responsabilidades do Promotor

1- Pelo presente contrato, o Promotor compromete-se a assumir as seguintes obrigações:-----

a) Elaborar os projetos e executar as obras de urbanização que a seguir se enuncia, nos termos definidos neste contrato e nas demais condições constantes do mapa de medições e orçamento, constante de fls. 20 a 32 do aludido processo a ele anexo:-----

- Arruamento de acesso ao espaço industrial integrado na Unidade Operativa de Planeamento e Gestão UOPG 10.2;-----

- Rede de abastecimento de água;-----

- Rede de drenagem de águas residuais;-----

- Rede de drenagem de águas pluviais;-----
- Rede de distribuição de eletricidade e iluminação pública;-----
- Rede de abastecimento de gás;-----
- Rede de telecomunicações.-----
- b) Suportar, nos termos do disposto na cláusula oitava, os encargos inerentes à execução das referidas obras na proporção da sobrecarga para as infraestruturas existentes, resultante da construção da unidade industrial no Lugar da Ermida, freguesia de Santa Cristina do Couto, a que respeita o Processo de Licenciamento de Obras Particulares nº 205/12 LEDI;-----
- c) Afetar exclusivamente a comparticipação financeira referida na cláusula oitava do presente contrato à execução da obra;-----
- d) Apresentar todos os documentos e prestar todas as informações que lhe sejam solicitadas no âmbito da execução da obra;-----
- e) Solicitar à EDP Gás S.G.P.S., S.A. a emissão de parecer sobre a execução da rede de distribuição de gás;-----
- f) Proceder à regularização das situações identificadas pelos serviços técnicos do MST no âmbito do acompanhamento e fiscalização das obras, no prazo que vier a ser fixado.-----

Cláusula Quarta

Responsabilidades do MST

Pelo presente contrato, o MST compromete-se a assumir as seguintes obrigações:-----

- a) Suportar os encargos inerentes à execução das obras de urbanização na proporção que lhe compete, nos termos do disposto na cláusula oitava;-----
- b) Proceder ao acompanhamento e fiscalização dos trabalhos;-----
- c) Apreciar e aprovar com carácter prioritário o Processo de Licenciamento de Obras Particulares nº 205/12 LEDI, do qual o presente contrato de urbanização é pressuposto.-----

Cláusula Quinta



Prazo de execução das obras

O prazo de execução das obras a que respeita o presente contrato de urbanização é de três meses a contar da data da assinatura do presente contrato, conforme Plano de Trabalhos constante de fls. 5 do processo anexo a este contrato.-----

Cláusula Sexta

Regime aplicável às infraestruturas

Após a conclusão das infraestruturas urbanísticas a que se refere o presente contrato, as mesmas integram o domínio público do MST, com todas as consequências a inerentes a este regime.-----

Cláusula Sétima

Custo de execução das obras

O custo previsto para execução das referidas obras de urbanização é de 537.730,78€ (Quinhentos e trinta e sete mil setecentos e trinta euros e setenta e oito cêntimos), sem IVA.-----

Cláusula Oitava

Repartição dos encargos

1- A repartição dos encargos com a execução das obras de urbanização será efetuada do seguinte modo:-----

a) 349.525,00€ (Quinhentos e quarenta e nove mil quinhentos e vinte e cinco euros) - Município de Santo Tirso;-----

b) 188.205,78€ (Cento e oitenta e oito mil duzentos e cinco euros e setenta e oito cêntimos) - Garcia, Garcia, S.A.-----

2- Os encargos a suportar pelo MST, no montante referido na alínea a) do número anterior, correspondem a 65% do valor da execução das obras e fundamentam-se no facto de se tratar de um arruamento e respetivas infraestruturas dimensionados para operacionalizar a Unidade Operativa de Planeamento e Gestão UOPG 10.2, nos termos previstos no Plano Diretor

15
A

Municipal em vigor e no benefício público que decorre da oportunidade criada com a construção.-----

3- A relação proporcional da repartição dos encargos é aferida pela ponderação relativa dos seguintes fatores:-----

a) Área a afetar à unidade fabril por referência à área da UOPG 10.2 que depende das infraestruturas a construir;-----

b) Consumos de água e produção de efluentes da indústria e os equivalentes em população servida;-----

c) Oportunidade gerada por este investimento que possibilita a resolução de problemas e a adoção de soluções que, nas circunstâncias atuais, seriam inviáveis, nomeadamente para as infraestruturas de drenagem de águas residuais e de abastecimento de água.-----

4- Os encargos a suportar pelo Promotor, no montante referido na alínea b) do número um correspondem a 35% do valor da execução das obras e fundamentam-se na proporção da sobrecarga para as infraestruturas existentes em resultado da operação urbanística a que se refere o Processo de Licenciamento de Obras Particulares nº 205/12 LEDI.-----

Cláusula Nona

Regime de Pagamento

O pagamento do valor da comparticipação a suportar pelo MST, no montante de 349.525,00€ (Quinhentos e quarenta e nove mil quinhentos e vinte e cinco euros), será efetuado mediante as medições mensais dos trabalhos correspondentes aos autos de medição, de harmonia com o Cronograma Financeiro constante de fls. 6 do referido processo, após verificação e aprovação dos mesmos pelo MST, no prazo máximo de sessenta dias a contar da data de emissão da respetiva fatura.-----

Cláusula Décima

Caução

Para garantir o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações assumidas com a celebração do presente contrato, foi prestada pelo Promotor

uma caução no montante 27.000,00€ (Vinte e sete mil euros), mediante a garantia bancária nº N00378856 emitida 31 de agosto de 2012, correspondente a 5% do valor total dos trabalhos a realizar, nos termos do disposto no artigo 88º do Código dos Contratos Públicos.-----

2 – É dispensado o reforço da referida caução nos termos do disposto no nº 1 do artigo 353º do Código dos Contratos Públicos.-----

3- A liberação da caução será efetuada nos termos do disposto no artigo 3º do DL nº 190/2012, de 22 de agosto.-----

Cláusula Décima - Primeira

Sistema de acompanhamento e controlo da execução das obras

1- O acompanhamento e fiscalização da execução dos trabalhos, será efetuado pelos serviços técnicos do MST.-----

2- Para efeitos do disposto no número anterior, o Promotor obriga-se a apresentar todos os documentos e informações relativas à execução dos trabalhos.-----

Cláusula Décima – Segunda

Prazo de garantia

O prazo de garantia da execução das obras de urbanização a que respeitam o presente contrato é de cinco anos.-----

Cláusula Décima – Terceira

Receção das obras de urbanização

À receção provisória e definitiva das obras de urbanização é aplicável o disposto nos artigos 395º e 398º do Código dos Contratos Públicos.-----

Cláusula Décima - Quarta

Resolução do contrato

17/

O incumprimento do presente contrato por parte do Promotor confere ao MST o direito de resolver o contrato e de acionar a caução referida na cláusula décima.-----

Cláusula Décima - Quinta

Revisão

O presente contrato pode ser revisto por acordo entre as partes.-----

Cláusula Décima - Sexta

Resolução de litígios

1- Os litígios emergentes da execução do presente contrato são resolvidos por acordo entre as partes.-----

2- Na impossibilidade de acordo, são os mesmos resolvidos por Arbitragem, sem prejuízo do recurso para o Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel.---

Cláusula Décima - Sétima

Vigência

O presente contrato produz efeitos a partir da data da respetiva assinatura.----

Cláusula Décima - Oitava

Regime aplicável

Em tudo o que estiver omissa no presente contrato aplica-se subsidiariamente a legislação tida por aplicável, designadamente o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação e o Código dos Contratos Públicos.-----

O presente Contrato de urbanização foi aprovado por despacho do presidente da câmara municipal de 3 de setembro de 2012, proferido ao abrigo de competência delegada por deliberação camarária de 05 de novembro de 2009 (item 6), alterada pela deliberação camarária de 17 de novembro de 2010 (item 3), conforme referido no ponto 5.1.1, alínea m) da aludida deliberação e impresso em duplicado, ficando cada uma das partes com um exemplar.-----

Os encargos assumidos pelo município inerentes ao presente contrato serão suportados pela proposta de cabimento n.º 2703/2012, no montante total de 429.915,76 (Quatrocentos e vinte e nove mil novecentos e quinze euros e setenta e seis cêntimos), com a classificação económica 07010401 do orçamento da câmara municipal, nas quais tem suficiente dotação, e o compromisso inerente ao presente contrato está registado no sistema de contabilidade com o nº 3243/2012.-----

A sociedade comercial anónima Garcia, Garcia, S.A. tem a situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em 10 de maio de 2012, válida pelo período de quatro meses.-----

A sociedade comercial anónima Garcia, Garcia, S.A tem a situação tributária regularizada, conforme certidão emitida pela Autoridade Tributária Aduaneira, Serviço de Finanças de Guimarães – 2 em 10 de maio de 2012, válida pelo período de seis meses.-----

O presente contrato foi lido em voz alta na presença simultânea dos outorgantes que, por o acharem conforme, o vão assinar. -----

O primeiro outorgante,

Os segundos outorgantes,

A oficial público,



d) Pelos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata foi apresentada a seguinte declaração:-----

REUNIÃO DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

Período de Antes da Ordem do Dia

Foi tornado público pelo presidente da comissão administrativa do Futebol Clube Tirsense, o facto da Rádio Voz de Santo Tirso ter deixado de transmitir, como habitualmente fazia, o relato dos jogos do Tirsense.

Esta decisão da Rádio Voz de Santo Tirso, ao que consta, também abrange a transmissão dos relatos dos jogos do Clube Desportivo das Aves.

Segundo consta, tal decisão, legítima, refira-se, por parte da Rádio Voz de Santo Tirso enquanto empresa privada que persegue fins lucrativos, ficou a dever-se a razões de natureza económica motivada pela falta de apoios.

Obviamente que as razões invocadas pela Rádio Voz de Santo Tirso são preocupantes e refletem o estado de anemia, em termos de dinâmica económica, a que chegou o concelho de Santo Tirso.

Esta decisão da Rádio Voz de Santo Tirso ultrapassa a mera lógica de uma transmissão de um relato de futebol, única forma de milhares de Tirsenses e Aveses, acompanharem os seus clubes, principalmente quando jogam fora de casa.

Esta decisão evidencia a perda de importância e de identidade do nosso concelho e fragiliza a autoestima das suas populações.

Esta decisão é prejudicial para Santo Tirso e para a sua afirmação no panorama regional e nacional.

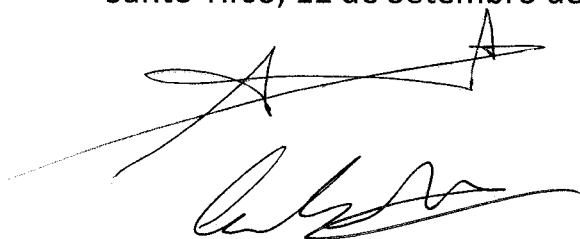
Não podemos deixar de ter em conta que Santo Tirso é o 37º concelho em termos demográficos, e que já teve um papel liderante na região onde se insere.

Os vereadores do PSD sabem que não compete à Câmara Municipal financiar a Rádio Voz de Santo Tirso, nem qualquer outro órgão de informação e/ou comunicação, nem tão pouco querem que isso aconteça!

Também sabemos que a Câmara não pode substituir-se às empresas e aos agentes económicos que são quem pode patrocinar a Rádio Voz de Santo Tirso, nomeadamente no que respeita aos custos com os relatos dos dois maiores clubes do concelho.

No entanto, os vereadores do PSD, não podem deixar de recomendar que a Câmara procure averiguar a situação, e assuma, dentro dos princípios que devem orientar a relação entre a autarquia e as empresas, o seu magistério de influência, no sentido de encontrar-se uma solução para esta insólita situação.

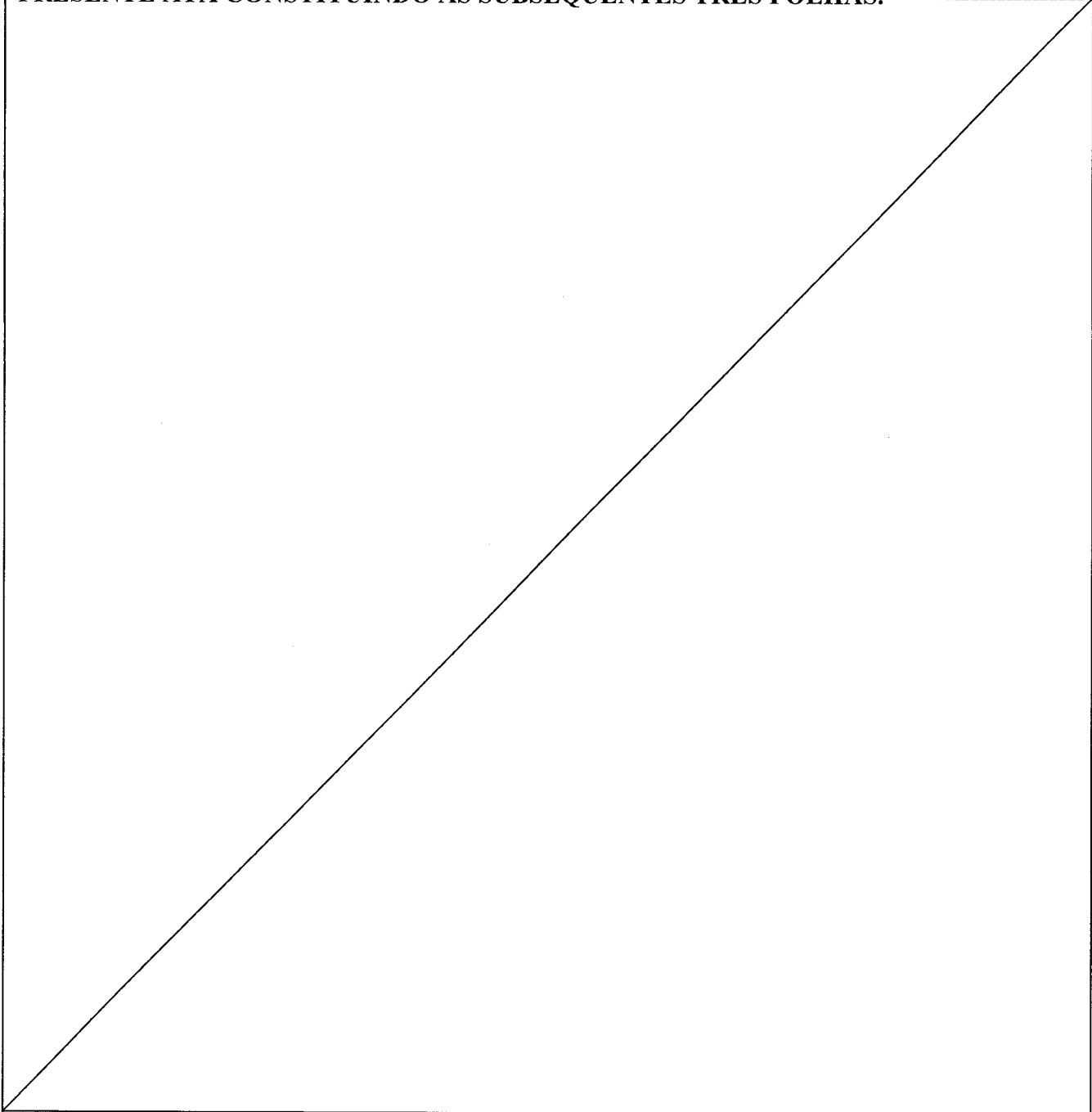
Santo Tirso, 12 de Setembro de 2012





[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ATA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES TRÊS FOLHAS.-----





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

23

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 12/SETEMBRO/2012 – ATA Nº 17

ORDEM DO DIA

- 1 – Aprovação da ata da última reunião ordinária (01/08/2012)
- 2 – Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a aplicar aos prédios urbanos no ano de 2013
- 3 – Proposta de abertura de procedimento concursal para contratação de técnicos para assegurar as atividades de enriquecimento curricular no ano letivo de 2012/2013: Ratificação de despacho do presidente da câmara de 16/8/2012
- 4 – Proposta de alteração ao mapa de pessoal dos Serviços Municipalizados de água, Electricidade e Saneamento e posterior abertura de procedimento concursal comum, para ocupação de um posto de trabalho por contratação por tempo indeterminado – Carreira de Técnico superior (engenharia civil)
- 5 – Proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Trânsito do concelho de Santo Tirso – 11ª alteração (alteração do artigo 7º - alteração às condições de circulação que resultam da realização da empreitada de beneficiação e retificação da rua 5 de outubro, travessa 5 de outubro e rua da Lagoa, em Santo Tirso): Ratificação de despacho do presidente da câmara de 16/8/2012
- 6 - Confissão e cessões parcelas de dívida correspondente ao Município de Santo Tirso, no âmbito do “contrato de concessão celebrado em 18/02/91 entre a AMAVE e a SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A.”
- 7 - Protocolo a celebrar entre os Municípios de Santo Tirso, Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Fafe, Vizela e Trofa, o qual tem por objeto estabelecer os montantes e a forma de pagamento das respetivas dívidas à AMAVE no âmbito do “contrato de concessão celebrado em 18/02/91 entre a AMAVE e a SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A.”
- 8 – Dissolução e liquidação da sociedade comercial anónima designada “Tirso-Parques – Parques Empresariais de Santo Tirso S.A.
- 9 - 1ª Alteração ao contrato de concessão do serviço público de transportes coletivos urbanos de passageiros de Santo Tirso



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

24

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

- 10 - Aprovação da minuta do Protocolo a celebrar entre o Município de Santo Tirso e a sociedade TUST – Transportes Urbanos de Santo Tirso, Lda., no âmbito do contrato de concessão do serviço público de transportes coletivos urbanos de passageiros de Santo Tirso
- 11 – Aprovação do Regulamento Municipal do Programa Ocupacional dos Tempos Livres: Ratificação do despacho do presidente da câmara de 6/08/2012
- 12 – Candidatura apresentada pelo Município de Santo Tirso ao Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P. à medida Contrato Emprego Inserção (Projeto: Apoio à Ação Educativa): Ratificação da aceitação das condições de aprovação
- 13 - Regulamento do Complexo Desportivo Municipal de Santo Tirso e respetiva Tabela de Preços, a qual constitui o capítulo III do Anexo IV do Regulamento de liquidação, cobrança e pagamento de taxas e outras receitas municipais: Alteração: Aprovação
- 14 - Acordos de colaboração a celebrar entre o município de Santo Tirso e Agrupamentos de Escolas, tendo por objeto o desenvolvimento das atividades de enriquecimento curricular para o ano letivo 2012/2013: aprovação
- 15 – Proposta de celebração de contrato entre o município de Santo Tirso e a Fábrica da Igreja Paroquial de S. Tomé de Negrelos, tendo por objeto a construção da casa mortuária de S. Tomé de Negrelos
- 16 – Protocolo a celebrar entre o município de Santo Tirso e o Clube de Pesca de Roriz – Utilização de parte do prédio urbano propriedade do município – Aprovação da minuta
- 17 – Celebração de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo com o Clube Desportivo das Aves – Projeto de remodelação do Campo Bernardino Gomes: Ratificação de despacho do presidente da câmara de 16/8/2012
- 18 – Proposta de celebração de Protocolo de colaboração entre o município de Santo Tirso e a Administração do Condomínio do empreendimento denominado “Residências do Outeiro”, sito na rua da Alegria, S. Cristina do Couto, para manutenção de espaços verdes do domínio público



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

25

19 – Atribuição de Prémios de Mérito Escolar 2011/2012: Aprovação

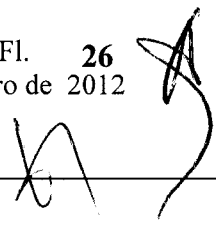
20 – Outros subsídios

21 – Pareceres prévios da câmara municipal relativos à celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços

22 – Processos de obras particulares e loteamentos

Santo Tirso, 7 de setembro de 2012

P/ O Presidente,

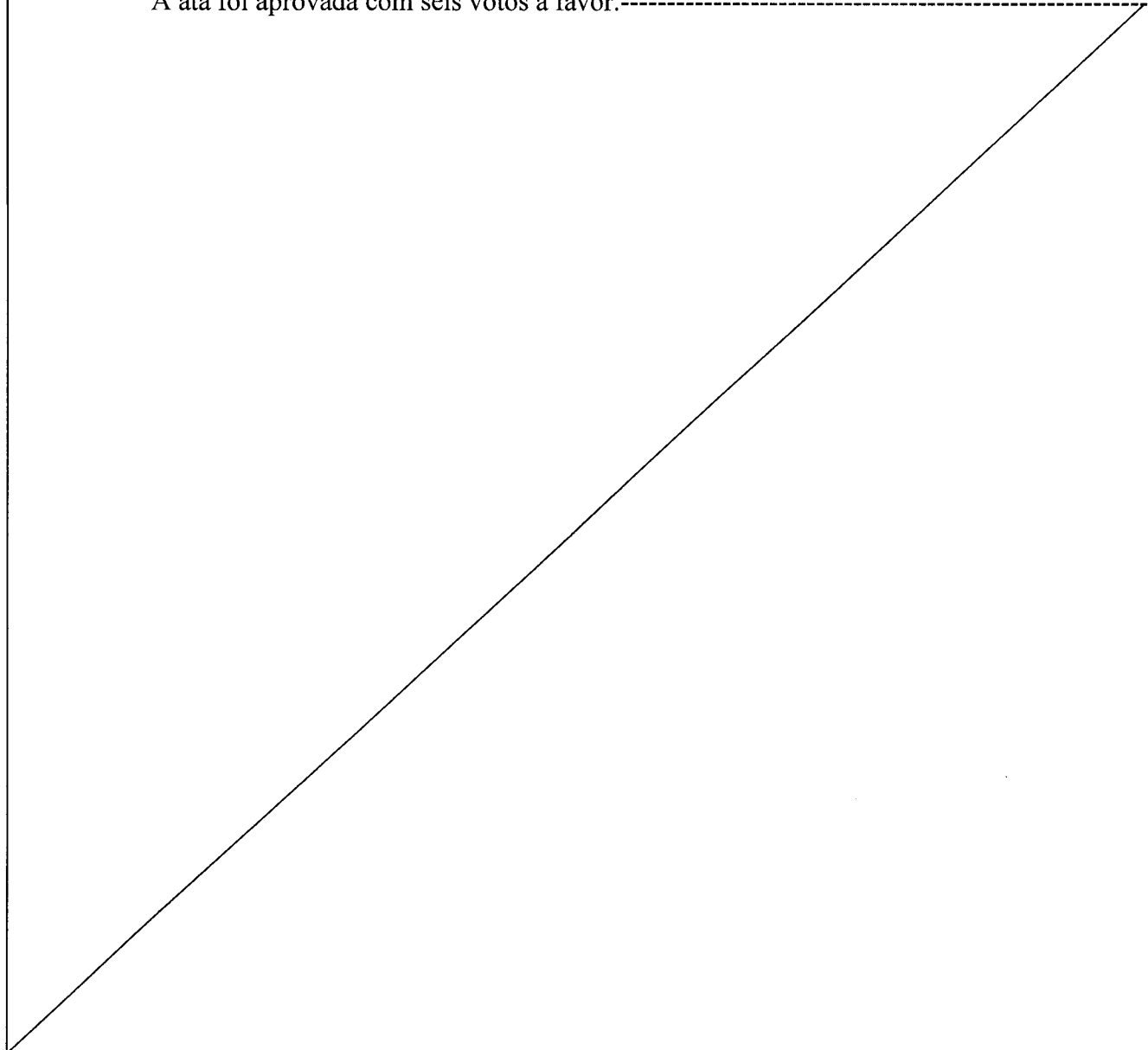


1. APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA (1/08/2012).-----

Presente a ata da reunião ordinária realizada no dia um de agosto findo, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida ata, o senhor presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de setembro, que a câmara deliberasse aprovar a aludida ata.-----

A ata foi aprovada com seis votos a favor.-----





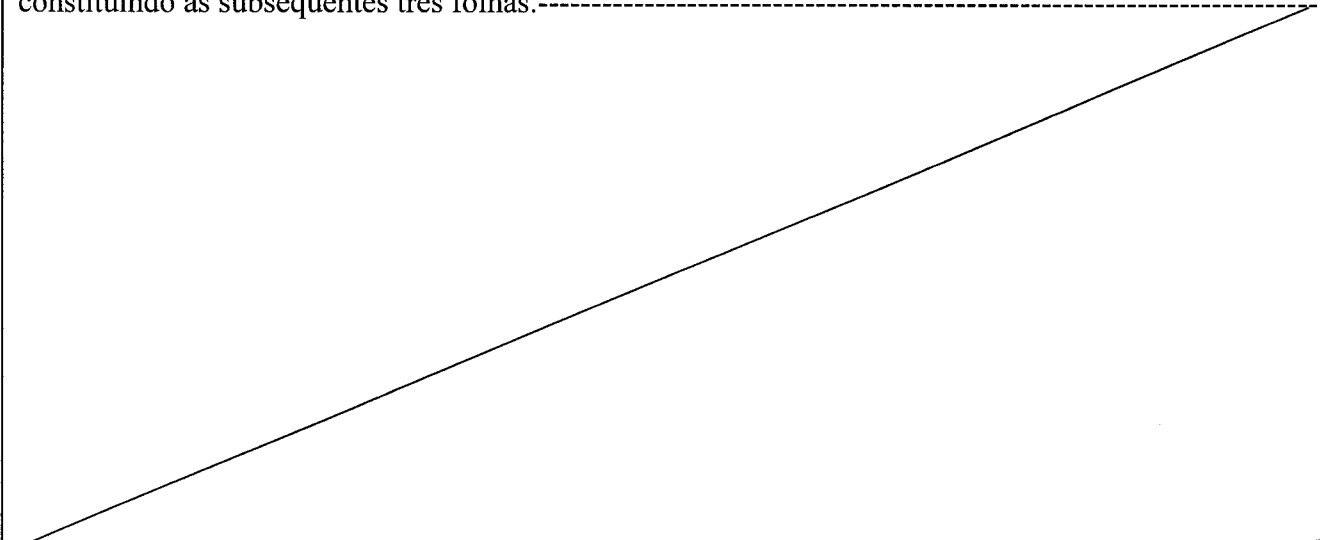
2. TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) A APLICAR AOS PRÉDIOS URBANOS NO ANO DE 2013.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse propor à assembleia municipal que, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (aprovado pelo Decreto – Lei 287/2003, de 12 de novembro, com as alterações que entretanto lhe foram introduzidas), aprove as seguintes taxas do imposto municipal sobre imóveis a aplicar aos prédios urbanos do concelho de Santo Tirso no ano de 2013:-----

- prédios urbanos (alínea b) do n.º 1 do artigo 112º do CIMI)-----0,7 %;
- prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI (alínea c) do n.º 1 do mesmo artigo 112º)-----0,4 %.

O senhor presidente propôs ainda que a assembleia municipal deliberasse manter a majoração em 30% (trinta por cento) da taxa a aplicar aos prédios urbanos degradados, conforme deliberação da assembleia municipal de vinte e seis de abril de dois mil e sete, mediante proposta aprovada pela câmara municipal em reunião de dezoito do mesmo mês de abril, e de harmonia com o previsto no n.º 8 do mesmo artigo 112º.-----

Pelos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata foi apresentada a proposta alternativa que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes três folhas.-----



REUNIÃO DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

28

Ponto 2 da Ordem do Dia: Taxa do Municipal sobre Imóveis (IMI) a aplicar aos prédios urbanos no ano de 2013.

Uma vez mais o senhor presidente da câmara sonegou informação aos vereadores!

Na verdade, o senhor presidente da câmara, não fez chegar, como manda a Lei, com 2 dias uteis de antecedência sobre data da reunião, a proposta que pretendia e pretende fazer aprovar.

O nº 2 do artigo 87º da Lei 5-A/2002 que altera a Lei 169/2009 refere o seguinte "A ordem do dia é entregue a todos os membros com antecedência sobre a data da reunião de, pelo menos, dois dias úteis, enviando-se-lhes, em simultâneo, a respetiva documentação"

Ao senhor presidente da Câmara compete apresentar as propostas e disponibilizar o seu conteúdo para que os vereadores, independentemente de terem sido eleitos pelo partido socialista ou pelo partido social democrata, poderem, com tempo, estudá-las por forma a contribuírem de forma responsável na sua discussão, podendo, inclusivamente, apresentar alternativas. O Senhor presidente da câmara optou por tentar o efeito surpresa, procurando desta forma reduzir a capacidade de análise e condicionar a intervenção dos vereadores.

Os vereadores do PSD lamentam este jogo político/partidário, que não serve os interesses dos Tirsenses, nomeadamente numa matéria tão importante e sensível para a vida das famílias de Santo Tirso. Esta atitude reiterado do senhor presidente da câmara evidencia o desprezo pela oposição, pelas mais elementares regras de convivência democrática e comprova o estado de degradação a que chegou a política em Santo Tirso.

Os vereadores eleitos nas listas do PSD não se deixarão enredar nesta teia e continuarão com coragem e determinação a fazer o seu trabalho, dignificando o mandato e a confiança que nos foi conferido pelos Tirsenses, e por isso, apresentamos uma proposta, que na nossa opinião melhor se ajusta à realidade social e económica do concelho:

Proposta

Considerando que:

Aos municípios cabe nos termos da Lei fixar as taxas municipais, nomeadamente o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) previsto no Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI- Dec. Lei nº 287/2003 de 12 de Novembro).

Ao longo dos anos, o PSD tem defendido a introdução de critérios de rigor na gestão dos dinheiros públicos, esforço que a Câmara deveria ter feito, criando condições para aliviar a carga fiscal que onera o "bolso" dos Tirsenses, nomeadamente em matéria de IMI, cuja taxa está hoje em discussão.

Que apesar dos sucessivos alertas, V. Exas., que gerem o município há cerca de 30 anos, têm ignorado os apelos e as propostas do PSD. Por estas e outras razões, Santo Tirso continua a perder competitividade, nomeadamente quando se compara com os concelhos vizinhos, particularmente com aqueles com quem fazemos fronteira.

Que ao longo dos anos o PSD vem reclamando maior flexibilidade fiscal, como forma de atrair e fixar investimento gerador de riqueza e de emprego.

Que as políticas fiscais conjugadas com outras políticas, contribuem para qualificar a vida das famílias a nesse sentido fixar a atrair população.

Que Santo Tirso, para além de perder população para os concelhos vizinhos, como revelaram os Censos 2011, é hoje um dos concelhos mais envelhecidos da região, além de estar entre os quatro concelhos com maior taxa de desemprego.

Que a atual conjuntura económica, e as enormes dificuldades por que passam as famílias, recomenda a uma maior intervenção e sensibilidade social dos responsáveis autárquicos.

Que V. Exas. não têm dado ouvidos ao PSD, optando por arrecadar receita fácil, para "engordar" a Câmara e por consequência, "emagrecer" o orçamento dos Tirsenses.

Que é hoje claro para os Tirsenses que a Câmara de Santo Tirso está mais rica, ao contrário, as famílias e os agentes económicos passam por maiores dificuldades.

Que é também claro para os Tirsenses que nos últimos anos a receita com o IMI subiu expressivamente, passando de 3.952 milhões em 2008, para 4.275 milhões de euros em 2010, e 4.369 milhões em 2011.

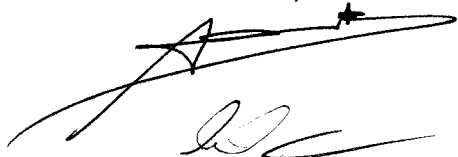
Que a Avaliação Geral de Prédios Urbanos em curso que vai repercutir-se em 2013, vai necessariamente agravar ainda mais os valores a cobrar em sede de IMI.

Propõe-se que em 2013 vigorem as seguintes taxas:

1 – prédios urbanos a que se refere o artº 16º do DL 287/2003 (al.b) do nº 1 do artº 112º do CIMI - -----0,60%

2 - prédios urbanos novos e prédios urbanos a que se refere o nº 1 do artº 15º do mesmo DL, avaliados nos termos do CIMI – al. c) do seu artº 112º ----- 0,35%

Santo Tirso, 12 de Setembro de 2012





[Handwritten signature]

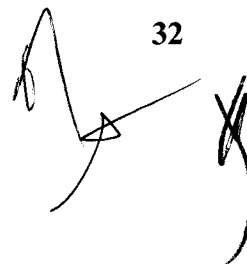
A proposta do senhor presidente da câmara foi designada por proposta A e a proposta dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata foi designada por proposta B. Procedeu-se à votação em alternativa destas propostas, tendo a proposta A obtido quatro votos a favor e a proposta B dois votos a favor. Pelo que, foi aprovada a proposta A. Seguidamente, pelos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata foi apresentada a seguinte declaração de voto:-----

[A large diagonal line is drawn across the remaining space of the page, indicating no further content.]

REUNIÃO DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

Declaração de Voto

32



Ponto 2 da Ordem do Dia: Taxa do Municipal sobre Imóveis (IMI) a aplicar aos prédios urbanos no ano de 2013.

Reiteramos os considerandos subjacentes à proposta que apresentamos e defendemos. Temos a certeza que era a que melhor serve os interesses de Santo Tirso e dos Tirsenses, e por isso votamos favoravelmente.

Ao contrário, rejeitamos a proposta apresentada pelo Senhor Presidente e aprovada pela maioria socialista, que penaliza as famílias e os agentes económicos.

Na proposta aprovada por V. Exs. continua a verificar-se uma inversão das prioridades, trocando receita fácil, que alimenta as gorduras e mordomias da câmara, em detrimento das pessoas, das famílias e dos agentes económicos.

V.Exs^a não tiveram em consideração o aumento das receitas no IMI que desde 2008 tem registado acréscimos significativos.

V. Exs. não tiveram em consideração a Avaliação Geral de Prédios Urbanos em curso, cujo resultado vai repercutir-se em 2013 e vai necessariamente agravar ainda mais os valores a cobrar em sede de IMI.

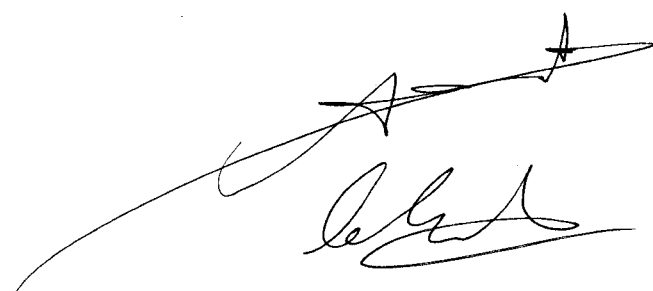
V. Exs. preferem aumentar a receita com a cobrança de taxas, do que adotar as medidas de contenção de custos, nomeadamente as sugeridas pelo PSD na reunião de câmara de 21 de Setembro de 2011, que permitiam poupar mais de um milhão de euros!

V. Exs. preferem manter assessorias que apenas oneram as despesas da autarquia, os motoristas, os automóveis, as elevadas despesas em propaganda, as elevadas despesas de representação, etc., etc., etc.

V. Exs. não tiveram em conta a conjuntura económica, e as enormes dificuldades porque passam as famílias;

V. Exs., uma vez mais, deixaram bem claro a insensibilidade social com que conduzem as políticas camarárias.

Santo Tirso, 12 de Setembro de 2012





3. PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA CONTRATAÇÃO DE TÉCNICOS PARA ASSEGURAR AS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO ANO LETIVO DE 2012/2013: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA DE 16/8/2012.-----

Presente o despacho do senhor presidente da câmara, de dezasseis de agosto findo, do qual se junta cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes três folhas, que decidiu aprovar a proposta do órgão executivo prevista no n.º 2 do artigo 46º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para dois mil e doze, com vista à abertura de procedimento concursal para contratação de técnicos, em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo e tempo parcial, para o exercício de funções destinadas a assegurar as atividades de enriquecimento curricular no ano letivo 2012/2013, conforme informação técnica do Departamento de Educação, Desporto e Ação Social, de oito de agosto findo, registada com o número oito mil e setenta e nove, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 2 do referido artigo 46º.

O senhor presidente submeteu o aludido despacho à ratificação da câmara municipal e propôs à câmara municipal que deliberasse submeter a presente deliberação à assembleia municipal para efeitos de autorização da abertura dos referidos procedimentos concursais, com efeitos retroativos à data da publicitação do respetivo processo de seleção (vinte e três de agosto findo), cujas candidaturas foram feitas eletronicamente, nos termos do artigo 7º do DL 212/2009, de 03 de setembro.-----

A câmara municipal deliberou, com seis votos a favor, ratificar o despacho anexo do respetivo presidente e submeter o mesmo à assembleia municipal para efeitos de obtenção da autorização legalmente prevista, solicitando ao órgão deliberativo que essa autorização seja concedida com efeitos retroativos à data da publicitação da oferta de trabalho, face à urgência na tramitação dos procedimentos, de modo a não ser comprometida a desejável normalidade de abertura

Reunião : ORDINÁRIA

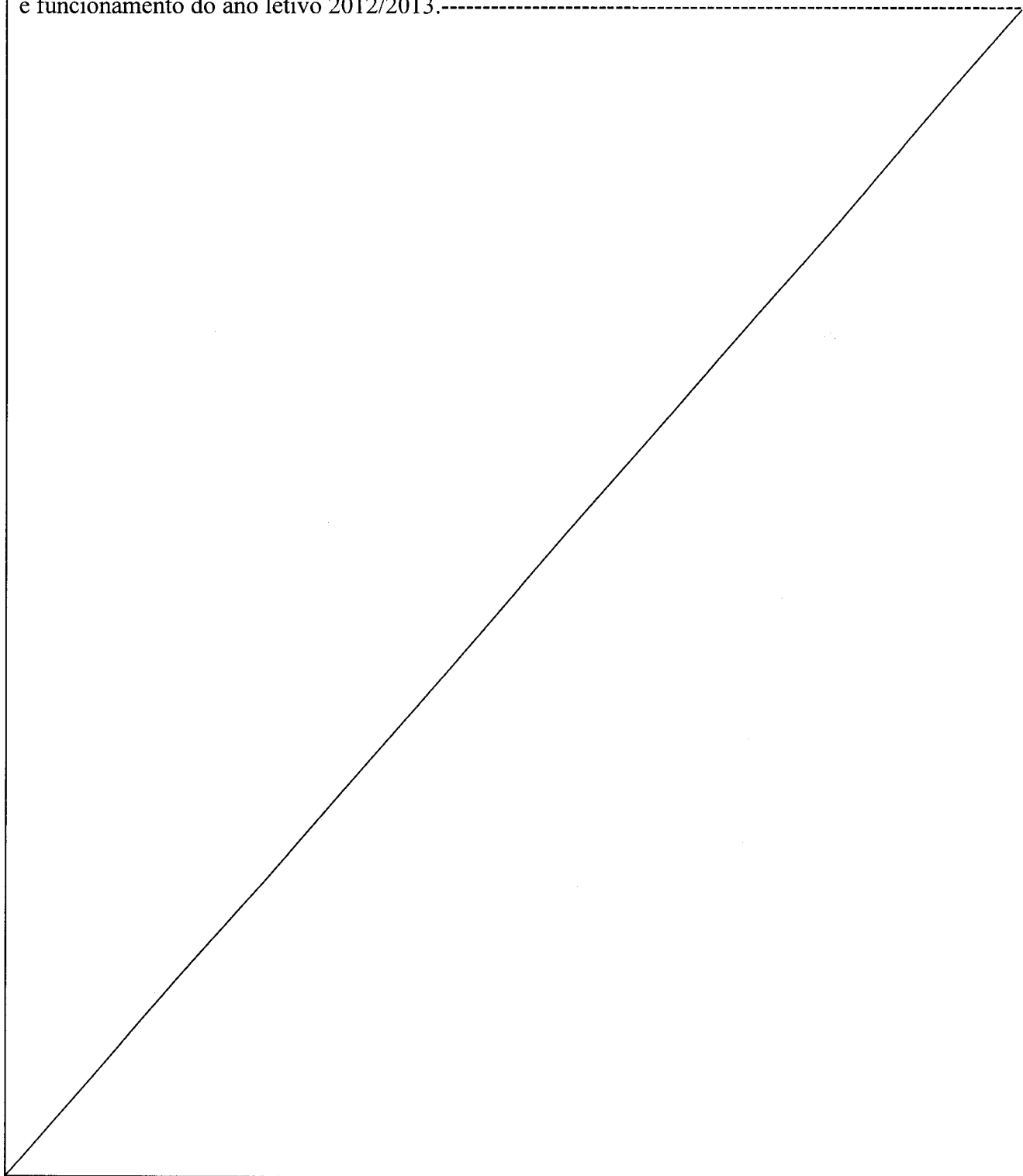


Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 17 Fl. 35
12 de setembro de 2012

[Handwritten signature]

e funcionamento do ano letivo 2012/2013.-----



DESPACHO

36

Abertura de procedimento concursal para contratação de técnicos para assegurar as atividades de enriquecimento curricular no ano letivo 2012/2013

Eng. António Alberto de Castro Fernandes, presidente da câmara municipal de Santo Tirso, ao abrigo da competência excecional prevista no n.º 3 do artigo 68º da Lei 169/99, de 18 de setembro, decido propor à assembleia municipal, de harmonia com o previsto no n.º 2 do artigo 46º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para 2012, a abertura de procedimento concursal para contratação de técnicos, em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo e tempo parcial, para o exercício de funções destinadas a assegurar as atividades de enriquecimento curricular no ano letivo 2012/2013, de acordo com o quadro seguinte:

ATIVIDADES	N.º DE PROFESSORES
Inglês	20
Ensino da música	15
Atividade física e desportiva	24
Atividades lúdico-expressivas (expressão plástica e visual)	11

O regime aplicável à contratação de técnicos que asseguram o desenvolvimento das atividades de enriquecimento curricular (AEC) no 1º ciclo do ensino básico nos agrupamentos de escolas da rede pública está previsto no Decreto-Lei 212/2009, de 03 de setembro;

O referido diploma legal prevê a celebração de contratos de trabalho a termo resolutivo, que podem ser a tempo integral ou parcial;

A celebração daqueles contratos de trabalho é precedida de um processo de seleção, nos termos previstos no referido diploma legal;



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

37

De harmonia com o previsto no n.º 2 do artigo 3º do mesmo diploma legal, tais contratos de trabalho regem-se pelo disposto na Lei 12-A/2008, de 27 de fevereiro, com as especificações previstas no referido DL 212/2009;

Dada a excecionalidade e celeridade deste procedimento, a seleção e ordenação dos candidatos será efetuada apenas por um método de seleção – Avaliação curricular, com os critérios de seleção referidos na informação técnica conjunta da Divisão de Educação e da Divisão de Recursos Humanos, de 8 do corrente mês de agosto, registada com o número 8079, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação do presente despacho;

As despesas com a contratação dos referidos técnicos serão satisfeitas pelas rubricas orçamentais com as classificações económicas 01010604, 010113, 010114, 0103050202 e 01030901 nas quais tem suficiente dotação orçamental, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 2620/2012, de 14 do corrente mês de agosto.

Para além da fundamentação que antecede, o presente despacho tem ainda a seguinte fundamentação:

A reunião da câmara municipal agendada para o dia de hoje não se realizou por falta de quórum;

Face ao período de férias em curso mostra-se difícil, em tempo útil, a realização de uma reunião extraordinária da câmara municipal;

É urgente proceder-se à abertura de procedimento concursal, sob pena de se comprometer a desejável normalidade da abertura e funcionamento do próximo ano letivo;

Pelo que, decido aprovar a proposta do órgão executivo prevista no n.º 2 do referido artigo 46º e determinar desde já a abertura do procedimento concursal, remetendo-se o presente despacho à próxima reunião ordinária da câmara municipal para ratificação da proposta agora aprovada e à próxima sessão da assembleia municipal para ratificação da decisão de abertura dos procedimentos concursais, sem prejuízo da respetiva contratação só poder ocorrer depois da deliberação da assembleia municipal.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

38

À Divisão de Recursos Humanos para os devidos efeitos e à Divisão de
Gestão Financeira para conhecimento.

Santo Tirso, 16 de agosto de 2012

O Presidente,

SISTEMA CERTIFICADO



M.021GR



4. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, ELECTRICIDADE E SANEAMENTO E POSTERIOR ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM, PARA OCUPAÇÃO DE UM POSTO DE TRABALHO POR CONTRATAÇÃO POR TEMPO INDETERMINADO – CARREIRA DE TÉCNICO SUPERIOR (ENGENHARIA CIVIL).-----

Presente ofício de três do corrente mês de setembro, dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento, registado com o número oito mil oitocentos e trinta e três, a remeter cópia da deliberação do respetivo Conselho de Administração de oito de agosto findo, da qual se junta cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes quatro folhas.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, com a fundamentação constante da deliberação anexa, deliberasse propor à assembleia municipal o seguinte:-----

A) Alteração do mapa de pessoal dos Serviços Municipalizados de Água Electricidade e Saneamento de Santo Tirso, ao abrigo da competência prevista no n.º 3 do artigo 5º da Lei 12-A/2008, de 27 de fevereiro, que passa a ser constituído nos termos constantes do documento que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a folha quarenta e cinco da mesma, alteração essa que consiste na eliminação de um técnico superior na Divisão Administrativa (anteriormente com a área de formação académica em economia) e aumento de um lugar de técnico superior na Divisão de Água e Saneamento (que passa de cinco para seis) com a área de formação académica em Engenharia Civil e do Ambiente.-----

B) Autorizar a abertura de um procedimento concursal para ocupação de um posto de trabalho por contratação por tempo indeterminado, para um lugar de técnico superior com formação em engenharia civil, em virtude de se mostrarem preenchidos os requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 2 do artigo 46º da lei 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para 2012.-----



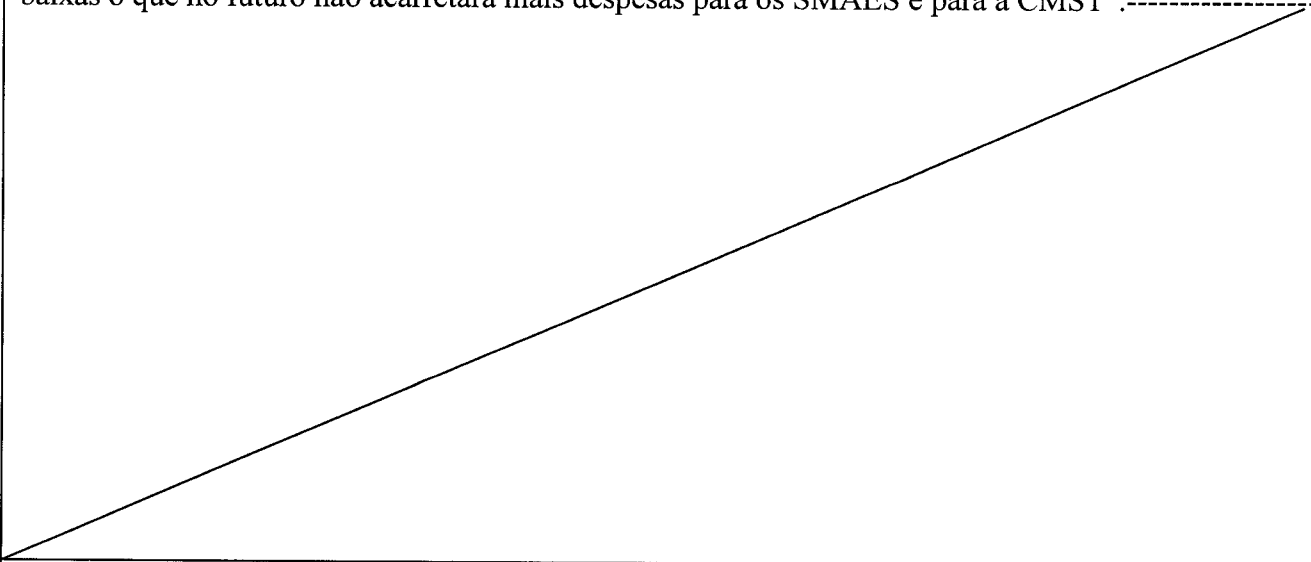
A câmara municipal deliberou, com quatro votos a favor, aprovar as propostas que antecedem.-----

Votaram contra (dois votos contra) os senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata, que fizeram a seguinte declaração de voto:-----

“Os vereadores do Partido Social Democrata votaram contra a proposta da alteração do mapa de pessoal dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento e da contratação de um técnico superior por tempo indeterminado, com formação na área de Engenharia Civil, porque entendem que neste momento a câmara tem os necessários recursos para assegurar com tranquilidade a transição da rede pública de saneamento para as Águas do Noroeste. Aliás, como é público, os SMAES, praticamente deixaram de existir, como provam os 28% de execução no ano de dois mil e onze. Acresce que tanto quanto foi tornado público os trabalhadores dos SMAES não transitam para as Águas do Noroeste e por isso vão ser integrados no quadro da câmara municipal. Nestas circunstâncias a contratação de mais um técnico superior para um serviço em vias de extinção, não seria mais que uma contratação para a câmara municipal”.-----

Seguidamente, pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a seguinte declaração de voto:-----

“Votamos favoravelmente as propostas tendo em conta o processo atual de integração das baixas o que no futuro não acarretará mais despesas para os SMAES e para a CMST”.-----





ATA N.º 18
08 de Agosto de 2012

F6/10

41

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA ELECTRICIDADE E SANEAMENTO

**ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS E POSTERIOR
ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM, PARA OCUPAÇÃO DE UM POSTO DE
TRABALHO POR CONTRATAÇÃO POR TEMPO INDETERMINADO
— CARREIRA DE TÉCNICO SUPERIOR (ENGENHARIA CIVIL)—**

Considerando a aprovação da participação do Município de Santo Tirso no Processo de Parceria, conforme decisões constantes das deliberações da câmara municipal e assembleia municipal, respetivamente de 15 e de 28 de Junho de 2011.

Considerando que, o processo de Parceria (Verticalização Noroeste), com a integração dos sistemas em "alta" e em "baixa" na empresa Águas do Noroeste S.A., implica o desenvolvimento de um trabalho técnico de preparação e acompanhamento dos documentos técnicos processuais que farão parte do contrato de parceria.

Considerando que o trabalho técnico de base, a realizar, é um trabalho que sendo necessário para a Parceria, deverá ter continuidade, qualquer que seja o modelo de gestão a adotar pelo município para os sistemas de saneamento "em baixa", quer seja através de uma Parceria, quer seja diretamente através dos SMAES e/ou Câmara Municipal;

Considerando que a competência para tratamento na área em causa é da atribuição destes Serviços Municipalizados, conforme deliberação n.º 298/2011, publicada no Diário da República, 2ª série – N.º 21 – 31 de Janeiro de 2011.

Considerando, que os recursos humanos destes Serviços, na área de engenharia civil são insuficientes para garantir o decurso de todo o trabalho a desenvolver dentro das suas atribuições, verificou-se que:

1) Atendendo à estrutura do mapa de pessoal dos SMAES, aprovada em reunião do conselho de administração de 23 de novembro de 2011, pela câmara municipal a 9 de dezembro e pela assembleia municipal a 19 de dezembro de 2011, para permitir a contratação de um posto de trabalho, há



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA ELECTRICIDADE E SANEAMENTO

necessidade de proceder à alteração do referido mapa de pessoal por substituição do lugar de Técnico Superior de Economia por Técnico Superior de Engenharia Civil, conforme previsto no artigo 5º da lei 12-A/2008 de 27 de Fevereiro,

2) A referida alteração ao mapa de pessoal, não implica um aumento dos postos de trabalho, nem acréscimo de despesas com pessoal, devido à diminuição do posto de trabalho a substituir, podendo as correspondentes verbas orçamentais decorrentes da desocupação do posto de trabalho de técnico superior de economia, previsto no mapa de pessoal, e anteriormente ocupado, acrescer ao montante previsto para os encargos com o recrutamento de um novo trabalhador, nos termos do n.º 8 do art.º 7º da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, verificando-se o cumprimento da alínea c) do artigo 46 da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro.

3) O cumprimento da medida de redução mínima prevista na alínea e) do artigo 48º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, está garantida em virtude de não haver lugar à redução de algum posto de trabalho, uma vez que estes Serviços se enquadram na alínea b) do artigo 48º, com uma redução de 0,3 funcionários (2% de 15 funcionários, corresponde a 0,3 de um funcionário).

4) Tratando-se de uma situação urgente e excecional, em que o recrutamento é considerado imprescindível para assegurar o cumprimento das obrigações de prestação do serviço público legalmente estabelecidas e ponderada a carência dos recursos humanos, prevê o ponto 2 do artigo 46º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, a possibilidade de recrutamento de trabalhadores para autarquias locais.

Assim, em situações excepcionais, devidamente fundamentadas o órgão deliberativo, poderá autorizar a abertura do procedimento concursal a que se refere o n.º 1 do artigo 48, sob proposta do respetivo órgão executivo, uma vez que se encontram garantidos os requisitos cumulativos descritos nas



[Handwritten signatures and initials]

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA ELECTRICIDADE E SANEAMENTO

alíneas a) b), c), d), e e) do ponto 2 do artigo 46 da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, designadamente:

a) Está fundamentada a necessidade de recrutar um técnico, conforme exposto nos considerandos anteriores;

b) Havendo autorização para a abertura do procedimento concursal, o recrutamento para a ocupação do posto de trabalho necessário, iniciar-se-á entre os trabalhadores com relação jurídica de emprego pública por tempo indeterminado ou por recurso a pessoal colocado em situações de mobilidade especial ou outros instrumentos de mobilidade, desde que possuam o perfil pretendido, só recorrendo depois, a candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado.

c) Os encargos com o referido recrutamentos estão previstos no orçamento, conforme referido no ponto 2 anterior;

d) Tem sido dado cumprimento aos deveres de informação previstos no artigo 50º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), nomeadamente são remetidos à Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), pontual e integralmente, os elementos, referidos no n.º 5 do aludido artigo 50º e são prestadas as informações previstas na Lei n.º 57/2011, de 28 de Novembro (Institui e regula o funcionamento do Sistema de Informação da Organização do Estado);

e) A demonstração do cumprimento da medida de redução mínima prevista no artigo, 48.º, já abordada no anterior ponto 3).

5) Para o efeito e de acordo com a Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, Orçamento de Estado para 2012, nomeadamente artigo 33-A, que resulta da alteração à lei 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, não se poderá recrutar pessoal sem o procedimento prévio de recrutamento de pessoal em situação de mobilidade especial, para o posto de trabalho em causa.



ATA N.º 18
08 de Agosto de 2012

F9/10

44

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA ELECTRICIDADE E SANEAMENTO

O C.A. deliberou, para efeitos do disposto no artigo 5º da lei 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, tendo em consideração o anteriormente exposto, proceder à alteração do mapa de pessoal, por substituição do lugar de técnico superior de Economia por técnico superior de Engenharia Civil, remetendo para os devidos efeitos o assunto ao executivo camarário, para que oportunamente seja dado início ao procedimento para contratação de um técnico superior, com licenciatura em Engenharia Civil (5 anos) para acompanhamento do referido processo de parceria para os sistemas municipais integrados dos Municípios do Noroeste (Verticalização Noroeste).

Estrutura de mapa de pessoal dos Serviços Municipalizados de Santo Tirso - Artigo 5.º LVCR

Atribuições / Competências/Actividades	Cargo/carreira/categoria	Área de formação académica e/ou profissional	Número de postos de trabalho	OBS (a); (b)
Proceder à organização dos serviços em coordenação com as diversas divisões; Apresentar anualmente os documentos ao CA, de acordo com a legislação em vigor; Apresentar propostas de soluções necessárias ao bom funcionamento do serviço.	Diretora Delegada		1	Criado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004 de 20 de Abril
Divisão de Saneamento Básico				
Cabe assegurar as atribuições, competências e actividade cometidas a esta divisão, nomeadamente a gestão do abastecimento de água ao concelho, recolha e tratamento de águas residuais e a recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos.	Chefe de Divisão		1	Criado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004 de 20 de Abril
	Técnico Superior	Engenharia Civil e do Ambiente	6	2 titulares desta categoria estão a exercer cargos em comissão de serviço (D.D. e C.D.S.B.)
	Assistente Técnico		1	
	Assistente Operacional		3	
Divisão Administrativa				
Cabe assegurar as atribuições, competências e actividade cometidas a esta divisão, nomeadamente na área administrativa, financeira e contabilística.	Coordenador Técnico		1	
	Assistente Técnico		4	
	Assistente Operacional		1	
		total	18	

Mapa Resumo dos postos de trabalho por cargo/carreira/categoria		
Cargo/carreira/categoria	nº postos de trabalho	observações (a); (b)
Diretora Delegada	1	
Chefe de divisão	1	
Técnico superior área engenharia civil e ambiental	6	
Coordenador técnico	1	
Assistente técnico	5	
Assistente operacional	4	
total	18	

(1) identificar diploma legal que criou o cargo

1) identificar diploma legal que criou o cargo

(a) - mencionar número de postos de trabalho a preencher com



5. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DO CONCELHO DE SANTO TIRSO – 11ª ALTERAÇÃO (ALTERAÇÃO DO ARTIGO 7º - ALTERAÇÃO ÀS CONDIÇÕES DE CIRCULAÇÃO QUE RESULTAM DA REALIZAÇÃO DA EMPREITADA DE BENEFICIAÇÃO E RETIFICAÇÃO DA RUA 5 DE OUTUBRO, TRAVESSA 5 DE OUTUBRO E RUA DA LAGOA, EM SANTO TIRSO): RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA DE 16/8/2012.-----

Presentes os despachos do senhor presidente da câmara de dezasseis e vinte e um de agosto findo, dos quais se anexam cópias à presente ata e dela ficam a fazer parte integrante constituindo as subsequentes cinco folhas, que decidiu alterar o artigo 7º do Regulamento Municipal de Trânsito do Concelho de Santo Tirso, nos termos que constam da proposta anexa ao aludido despacho de dezasseis de agosto.-----

Do processo consta informação da Divisão de Trânsito, de cinco do corrente mês de setembro, a comunicar que no período de inquérito público não foram apresentadas quaisquer reclamações, observações ou sugestões àquela proposta de alteração.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse ratificar os despachos anexos e submeter a proposta de alteração do artigo 7º do Regulamento Municipal de Trânsito à assembleia municipal, para aprovação, sendo que as alterações propostas já foram implementadas, ao abrigo do procedimento previsto no artigo 32º do mesmo Regulamento.-----

Junta-se à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo I da mesma, composto por quarenta e uma páginas, o referido Regulamento, com as correções materiais decorrente da alteração aprovada.-----

A câmara deliberou, com seis votos a favor, ratificar os aludidos despachos e remeter a presente deliberação à assembleia municipal para efeitos de aprovação das alterações propostas.-----

DESPACHO

47



Eng. António Alberto de Castro Fernandes, presidente da câmara municipal de Santo Tirso, decido:

A) Ao abrigo da competência excecional prevista no artigo 68º, n.º 3, da Lei 169/99, de 18 de setembro, aprovar a 11ª alteração ao Regulamento Municipal de Trânsito do concelho de Santo Tirso, nos termos da proposta que se anexa ao presente despacho e dele fica a fazer parte integrante, para todos os efeitos legais, constituindo as subsequentes duas folhas.

O presente despacho tem a fundamentação técnica que consta da informação da Divisão de Trânsito, de 27 de julho findo, registada no Sistema de Gestão Documental com o número 8084 que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais.

Acresce ainda que a reunião da câmara municipal agendada para esta data não se realizou por falta de quórum e, face ao período de férias em curso, mostra-se difícil, em tempo útil, o agendamento de uma reunião extraordinária da câmara municipal.

B) A presente proposta de alteração, previamente à sua apresentação à assembleia municipal, para aprovação definitiva, deve ser submetida a inquérito público, pelo período de trinta dias, a efetuar nos termos previstos no artigo 91º da referida Lei 169/99;

C) Sem prejuízo da proposta constante da anterior alínea B), considerando os previsíveis efeitos benéficos daquelas alterações na fluidez do trânsito, e de modo a permitir a abertura ao trânsito dos arruamentos em intervenção, salvaguardando a segurança e adequadas condições de circulação, decido que aquelas alterações entrem em vigor logo que as obras fiquem concluídas e seja colocada a respetiva sinalização, ao abrigo do disposto nos números 1 e 2 do artigo 32º do mesmo Regulamento Municipal de Trânsito, devendo a presente proposta de alteração ser submetida à assembleia municipal na sessão imediatamente a seguir à data do presente despacho.

Remeta-se à Divisão de Trânsito, para efeitos de abertura do período de inquérito público referido na alínea B) do presente despacho e agende-se para a próxima reunião da câmara municipal para ratificação.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Santo Tirso, 16 de agosto de 2012.

O Presidente,

48

DESPACHO

Despacho de retificação do despacho de 16 de agosto de 2012

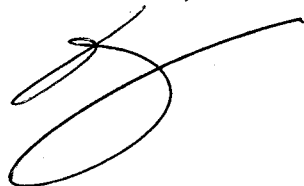
Eng. António Alberto de Castro Fernandes, presidente da câmara municipal de Santo Tirso, retifico o meu despacho de 16 de agosto do corrente ano, relativo à aprovação da décima primeira alteração ao Regulamento Municipal de Trânsito do concelho de Santo Tirso, no que se refere à fixação do prazo de 30 dias para o período de inquérito público, atendendo a que as alterações dele constante já foram implementadas e que nos termos do previsto nos números 1 e 2 do artigo 32º do mesmo Regulamento Municipal de Trânsito, a proposta de alteração deve ser submetida à assembleia municipal na sessão imediatamente a seguir à data da respetiva aprovação, a qual se encontra agendada para o dia 12 de setembro, não sendo possível dar cumprimento aquele prazo.

Nestes termos, retifica-se a alínea B) do dito despacho de 16 de agosto, no sentido que onde se lê "... pelo período de trinta dias ...", deve ler-se "... até ao dia 5 de setembro...".

Remeta-se o presente despacho à próxima reunião da câmara municipal para ratificação.

Santo Tirso, 21 de agosto de 2012.

O Presidente,



PROPOSTA DE DÉCIMA PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DO CONCELHO DE SANTO TIRSO

1 - À redação do artigo 7.º do Regulamento Municipal de Trânsito do Concelho de Santo Tirso, aprovado pela Assembleia Municipal em 11 de dezembro de 1996, com a redação dada por aquele órgão deliberativo nas reuniões de 22 de setembro de 1997, 26 de dezembro de 2002, 23 de setembro de 2003, 28 de junho de 2004, 14 de outubro de 2004, 28 de setembro de 2006, 28 de junho de 2007, 27 de setembro de 2007, 25 de fevereiro de 2009, e 27 de Abril de 2011, são introduzidas as seguintes alterações:

1.1 – Suprimir na alínea c) Poente-Nascente, ou aproximado:

SANTO TIRSO

- “Cinco de Outubro (Travessa do) – no trecho compreendido entre a Rua do Cinco de Outubro e o arruamento de ligação à Rua Comendador António Maria Lopes;”

1.2- Suprimir na alínea d) Nascente-Poente, ou aproximado:

SANTO TIRSO

- Cinco de Outubro (Travessa do) – “no trecho compreendido entre a Rua do Cinco de Outubro e o arruamento de ligação à Rua Comendador António Maria Lopes;”

1.2 – Aditar à alínea b) Norte-Sul, ou aproximado:

SANTO TIRSO

- Arruamento de ligação entre a Travessa do Cinco de Outubro e a Rua Comendador António Maria Lopes;
- Cinco de Outubro (Rua do)

2 – Anexa-se planta esquemática das alterações a implementar.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt



Travessa do Cinco de Outubro
Trecho a implementar sentido
único Nascente/ Poente

Rua do Cinco de Outubro
Implementação do sentido único
de circulação Norte / Sul



6. CONFISSÃO E CESSÕES PARCELARES DE DÍVIDA CORRESPONDENTE AO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO, NO ÂMBITO DO “CONTRATO DE CONCESSÃO CELEBRADO EM 18/02/91 ENTRE A AMAVE E A SUMA – SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A.”-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que em 1987, alguns Municípios do Vale do Ave entenderam por bem constituir-se em Associação de Municípios, de modo a poder desenvolver iniciativas e projetos intermunicipais, nos termos do Decreto-Lei n.º 266/81, de 15 de setembro, e legislação complementar, que de forma isolada não era possível concretizar, tendo assim nascido a Associação de Municípios da Terra Verde, constituída pelos municípios Fafe, Guimarães, Santo Tirso, Vila Nova de Famalicão e Póvoa de Varzim, a que mais tarde se juntaram os municípios de Vieira do Minho, Póvoa de Lanhoso, e Vila do Conde;-----

Considerando que esta Associação funcionou durante o período de 1987 a 1991, ano, a partir do qual, com a publicação do Decreto-Lei n.º 412/89, de 29 de novembro, surgiu a AMAVE – Associação de Municípios do Vale do Ave, como uma associação de municípios de direito público, composta por oito municípios – Vieira do Minho, Póvoa de Lanhoso, Fafe, Guimarães, Santo Tirso, Vila Nova de Famalicão, Póvoa de Varzim e Vila do Conde, a que mais tarde se juntaram os Municípios de Vizela e Trofa, entretanto criados por legislação própria, e tem por objeto, designadamente, o apoio técnico, a coordenação, a gestão e a implementação de iniciativas e ações intermunicipais inseridas, prioritariamente, no âmbito das seguintes atividades: tratamento automático da informação; planeamento territorial, política de habitação e de transportes públicos; saneamento básico, abastecimento de água, tratamento de lixo e proteção do ambiente; desenvolvimento socio cultural e desenvolvimento económico; representação coletiva dos Municípios e quaisquer outras iniciativas de interesse intermunicipal;-----

Considerando que este modelo associativo permitiu aos Municípios a possibilidade de



apresentarem candidaturas aos fundos comunitários, nas áreas da sua intervenção territorial, contribuindo desta forma para um desenvolvimento sustentável em todo o Vale do Ave, região que compreende uma área total de 1.245,6 km² e uma população de mais de 500 mil habitantes;-----

Considerando que apesar desta aposta na intercooperação (que hoje se mantém embora sob a forma de outras pessoas coletivas que entretanto se foram constituindo em vários domínios), o Vale do Ave é um espaço diversificado, no qual se colocam três problemáticas distintas de desenvolvimento: uma associada à área composta pelos municípios a montante, Póvoa de Lanhoso e Vieira do Minho e parte do concelho de Fafe, em que a problemática é a do desenvolvimento rural; outra correspondente à área dos municípios de Guimarães, Vizela, Santo Tirso, Trofa, Vila Nova de Famalicão e parte ocidental de Fafe, cuja problemática está associada à modernização e à diversificação do tecido produtivo; finalmente, uma terceira em que os municípios da Póvoa de Varzim e Vila do Conde, além das afinidades que mantêm com os do núcleo duro do Ave apresentam uma cada vez maior aproximação à Área Metropolitana do Porto (AMP), pelo seu posicionamento no eixo Norte/Sul que liga a AMP à Galiza;-----

Considerando a apontada necessidade de intercooperação entre os municípios, cedo se iniciaram (ainda no âmbito da Operação Integração de Desenvolvimento) projetos comuns que visavam resolver problemas comuns, maximizando recursos e potenciando os investimentos que eram necessários;-----

Considerando que um desses casos foi o Sistema Intermunicipal de Resíduos do Vale do Ave (SIRVA);-----

Considerando que de acordo com a lei orgânica, o Decreto-Lei n.º 236/97, de 3 de setembro, competia ao Instituto de Resíduos (INR) executar a política nacional em matéria de resíduos e assegurar na sua gestão o cumprimento das normas, o qual cedo se mostrou interessado e disponível em cooperar com a AMAVE;-----

Considerando que o mencionado diploma legal estabeleceu o princípio da



[Handwritten signature]

responsabilização do produtor de resíduos, sendo este responsável não só pela sua correta gestão, mas também responsável pela deposição final dos mesmos, devendo proceder ao registo das quantidades produzidas a remeter às entidades competentes, razão pela qual se avançou no Vale do Ave com o aludido sistema;-----

Considerando que o sistema foi pensado para potencialmente servir todos os municípios do território e associados na AMAVE (com exceção da Póvoa de Varzim e Vila do Conde em matéria de resíduos sólidos, por exemplo), viriam a ser lançados um conjunto de infraestruturas na área do SIRVA;-----

Considerando que um desses equipamentos é a Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, em funcionamento desde Março de mil novecentos e noventa e cinco (localizada em Riba de Ave), que contribuiu de certa forma para o início do tratamento dos resíduos com uma perspetiva de valorização através dum processo de tratamento de resíduos que aproveita o facto de os lixos domésticos serem ricos em carbono, azoto e micro-organismos, para promover o desenvolvimento de uma intensa e natural atividade biológica onde é garantida uma decomposição aeróbia acelerada;-----

Considerando que a ETRSU foi alvo de um conjunto de obras de ampliação e melhoramento que compreenderam a cobertura de todas as áreas do processo de tratamento, a aspiração das massas gasosas produzidas no interior e a lavagem e filtração, através de um biofiltro, dessas massas de ar, permitindo uma significativa redução do impacto negativo ao nível dos odores;

Considerando a necessidade de se encontrar uma solução que permitisse o tratamento, por exemplo, dos rejeitos provenientes da ETRSU foi implantado em Santa Cristina do Couto, município de Santo Tirso, um aterro sanitário que ocupa uma área de 80.000 m² e com uma área de exploração (no projeto inicial) de 60.000 m²;-----

Considerando ainda que o sistema, mesmo com estes dois equipamentos não se encontrava plenamente realizado, foram-lhe acoplados um ecocentro, parque amplo, vedado e



vigiado, munido de contentores adequados para receber gratuitamente resíduos em grande quantidades e dimensões ou outros tipos de resíduos que não possam ser recolhidos pela via normal, tais como embalagens de papel/cartão, monstros metálicos e não metálicos, pequenos entulhos de obras domésticas, plásticos, vidros, resíduos verdes, entre outros, e uma estação de triagem que recebe os resíduos recolhidos seletivamente dos municípios que fazem parte do SIRVA, tal como é o caso do papel, vidro, embalagens de plástico e de metais;-----

Considerando depois a realidade dos vários municípios e a necessidade de se avançar com soluções no terreno que permitissem retirar a maior rentabilidade dos equipamentos, implementou-se a recolha seletiva;-----

Considerando que dentro desta política concertada foi celebrado, em dezoito de fevereiro de mil novecentos e noventa e um, um contrato de concessão entre a AMAVE e a SUMA, alterado posteriormente em trinta de dezembro de mil novecentos e noventa e seis e dezasseis de dezembro de mil novecentos e noventa e nove, sendo ainda de assinalar que conexos com o contrato de concessão existiam ainda outros contratos, indevidamente denominados de protocolos;-----

Considerando que o aludido contrato de concessão cessou, tendo, contudo, ficado subsistentes créditos e débitos recíprocos entre as partes;-----

Considerando que apesar das partes reconhecerem que o saldo final era devedor para a AMAVE e credor para a SUMA, existiram divergências várias que, na sua quase totalidade, deram origem a litígios judiciais;-----

Considerando que os serviços prestados pela SUMA, apesar de debitados à AMAVE, foram-no diretamente a cada um dos Municípios outorgantes aos quais, por seu turno, a AMAVE debitou, para efeitos de reembolso, o valor correspondente aos que a cada um dele foi prestado, devendo cada município satisfazer à AMAVE o valor das respetivas notas de débito;-----

Considerando que, apesar dos processos judiciais e arbitrais instaurados, as partes, atento o interesse público, traduzido, por exemplo, na ponderação dos argumentos apresentados pelas



partes, a questão de sendo conhecido o desfecho do pleitos à parte vencida serem debitados juros de mora, sempre mantiveram um diálogo que permitisse encontrar um ponto que estabelecesse o saldo final de encontro de contas, o que sucedeu;-----

Considerando que, atingido aquele, as partes acordaram ainda quanto ao modo de pagamento do saldo em causa;-----

Considerando que o saldo apurado se traduziu na quantia de 14.219.397,00 € (catorze milhões duzentos e dezanove mil trezentos e noventa e sete euros), quantia que inclui já capital e juros capitalizados, em benefício da SUMA e nada mais sendo devido, com referência à data em que o acordo venha a ser assinado por todas as partes, pela AMAVE à SUMA ou por esta àquela;-----

Considerando o teor do artigo 595º, n.º 1 alínea c) do Código Civil, a AMAVE daquele seu débito procederá a cessões parcelares aos diversos municípios utilizadores do serviço, nos termos que constam da minuta do contrato de confissão e cessões parcelares de dívida, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as folhas cinquenta e oito a sessenta e uma desta ata e cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido, contrato esse que será celebrado entre a AMAVE, a SUMA e cada um dos municípios intervenientes;-----

Considerando o relatório produzido pela CSA – Auditores – Gaspar Castro, Romeu Silva e Associados SROC Lda (que se anexa à presente proposta na parte que procede ao apuramento da dívida à SUMA e sua repartição pelos municípios, e que constitui as folhas sessenta e duas a sessenta e seis desta ata).-----

Considerando que com o contrato a assinar pretende-se a obtenção de um acordo extrajudicial entre as partes que defina os compromissos financeiros entre as mesmas de modo definitivo e servia como instrumento juridicamente válido para fazer cessar os pleitos judiciais e arbitrais existentes, e fixar as condições em que as partes podem desagravar o interesse público, desonerando-o de juros vincendos;-----

Face ao exposto proponho:-----



1 – Que a câmara municipal delibere que, com a presente decisão, passa o Município a devedor autónomo e direto da SUMA da quantia de 2.990.549,00 € (dois milhões novecentos e noventa mil quinhentos e quarenta e nove euros), obrigando-se a pagar a respetiva dívida em 24 (vinte e quatro) prestações mensais e iguais, nas condições expressas na minuta do contrato de confissão e cessões parcelares de dívida anexa;-----

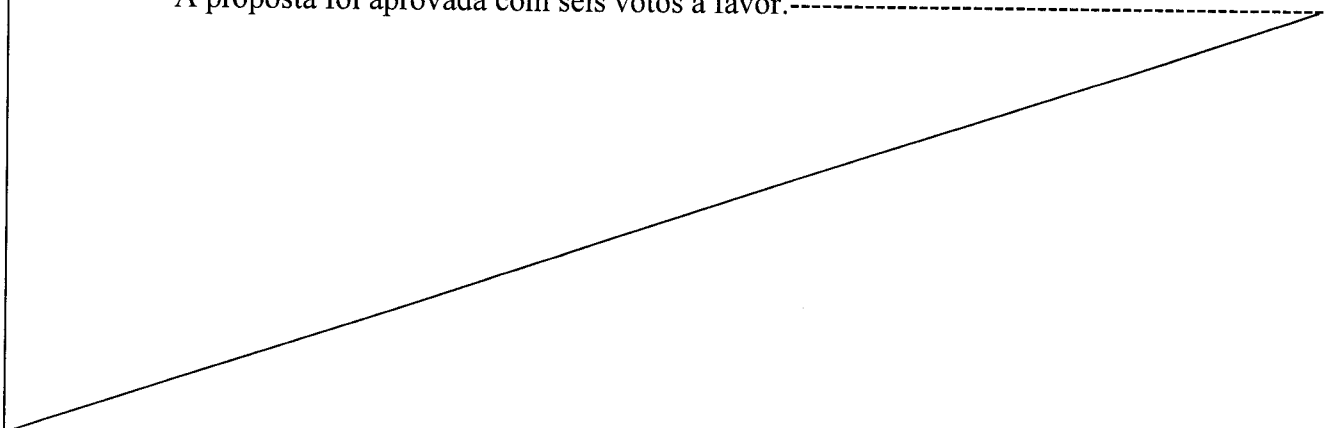
2 – Que para os efeitos visados no ponto anterior a câmara municipal delibere aprovar e aceitar o conteúdo integral do referido contrato de confissão e cessões parcelares de dívida a assinar entre a AMAVE, a SUMA e cada um dos municípios intervenientes, e a documentação de suporte entregue pela sociedade revisora oficial de contas;-----

3 – Que a câmara municipal delibere solicitar à assembleia municipal que, atento ao teor da alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, delibere autorizar a necessária e devida assunção do compromisso plurianual decorrente do contrato de confissão e cessões parcelares de dívida a assinar entre a AMAVE, a SUMA e os municípios intervenientes;-----

4 – Que a câmara municipal delibere solicitar à Assembleia Municipal, atento o disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, a aprovação da minuta do referido contrato de confissão e cessões parcelares de dívida.-----

Os encargos inerentes à presente deliberação serão satisfeitos pelas rubricas orçamentais com as classificações económicas 0204050104 e 0208050104 nas quais têm suficiente dotação orçamental.-----

A proposta foi aprovada com seis votos a favor.-----



CONFISSÃO E CESSÕES PARCELARES DE DÍVIDA

A **ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO AVE** (NIPC 502 622 482) com sede na Rua Capitão Alfredo Guimarães, nº 1, 4800-019 GUIMARÃES, adiante designada por AMAVE, representada pelo seu presidente Dr António Magalhães da Silva, titular do (BI/CC -----), e

SUMA - SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE S.A (NIPC 503 210 560) com sede na rua Tomé de Sousa, 170, 4150-730 PORTO, representada pelo presidente do seu Conselho de Administração ---Vaz Moreira titular do (BI/CC -----),

O **MUNICÍPIO DE GUIMARÃES** (NIF ----), representado pelo seu presidente, que o é igualmente da AMAVE. já acima identificado;

O **MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO** (NIF ----), representado pelo seu presidente Arq Armindo -----Costa, titular do (BI/CC -----)

O **MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO** (NIF ----) representado pelo seu Presidente Engº António Alberto Castro Fernandes titular do (BI/CC -----)

O **MUNICÍPIO DE FAFE** (NIF ----) representado pelo seu Presidente Dr José ---Ribeiro, titular do (BI/CC -----)

O **MUNICÍPIO DE VIZELA** (NIF ----) representado pelo seu presidente Sr Dinis ---Costa, titular do (BI/CC -----)

O **MUNICÍPIO DA TROFA** (NIF ----) representado pela sua presidente -----, titular do (BI/CC -----)

e considerando: _____

____ **Que** entre a AMAVE e a SUMA vigorou contrato de concessão outorgado por escritura de 18 de fevereiro de 1991, alterado por escritura de 30 de dezembro de 1996 e por escritura de 16 de dezembro de 1999 (esta apenas quanto ao ANEXO II – Recolha e Transporte de Resíduos), contrato aquele em que se integraram diversos protocolos, nomeadamente o do seu ANEXO II, referente à Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos (ETRSU) _____

____ **Que**, tendo cessado a vigência do contrato de concessão e de todos os protocolos referidos, subsistiram créditos e débitos recíprocos entre a AMAVE e a SUMA os quais, apesar de acordo no sentido de que o saldo final é devedor para a AMAVE e credor para a SUMA, têm sido objeto de divergências várias que, na sua quase totalidade, deram origem a vários processos judiciais, dos quais se encontram pendentes os seguintes: _____

a) Processo Arbitral cujo Árbitro Presidente foi o Dr Amorim Pereira, por via do qual a AMAVE foi condenada a pagar à SUMA, o saldo € **3.001.745,42**, acrescido dos juros moratórios à taxa legal desde 20-IV-2010; _____

b) Execução nº 1794/10.0TBRRG, do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, que fixou, por despacho transitado em julgado, em € 14.349.283,29 a quantia imediatamente exequenda à AMAVE; _____

c) Ação de Anulação de Sentença Arbitral nº 3/11.0BCPRT, do Tribunal Central Administrativo do Norte, por via da qual é requerida a anulação da decisão proferida no processo aludido em a) *supra*; _____

d) Processo Arbitral, já desencadeado, encontrando-se constituído o respetivo Tribunal Arbitral, cujo Tribunal é presidido pela Professora Doutora Isabel Celeste Fonseca, pelo qual será reclamada a condenação da AMAVE no pagamento de quantia superior a € 660.000,00, o qual se encontra suspenso, a requerimento da SUMA e da AMAVE, para efeitos de se alcançar acordo, que será o presente; _____

____ Que os serviços prestados pela SUMA, apesar de debitados à AMAVE, foram-no diretamente a cada um dos Municípios outorgantes os quais, por seu turno, se obrigaram ao respetivo pagamento, conforme estabelecido no aludido Contrato de Concessão e no seu ANEXO II; _____

____ Que a AMAVE e a SUMA, chegaram a acordo relativamente ao saldo do encontro de contas entre ambas; _____

____ Que a AMAVE e os Municípios outorgantes conferiram a parte que a cada um é imputável naquele saldo, todos estando de acordo quanto à respetiva imputação e seu valor; _____

____ Que igualmente houve acordo entre todos os outorgantes quanto ao modo de pagamento do referido saldo; _____

____ Que, consequentemente, é do interesse da AMAVE, da SUMA e dos Municípios outorgantes que seja posto termo a todas as referidas pendências, _____

AS PARTES OUTORGAM O SEGUINTE:

____ **PRIMEIRO:** Do encontro de contas efetuado entre a AMAVE e a SUMA resultou ser aquela devedora desta, na presente data, pela quantia global de € 14.219.397,00 (catorze milhões, duzentos e dezanove mil, trezentos e noventa e sete euros), quantia esta que inclui capital e juros capitalizados, nada mais sendo devido, com referência ao dia de hoje, pela AMAVE à SUMA ou por esta àquela. _____

____ **SEGUNDO:** Porque o aludido débito respeita a serviços prestados pela SUMA aos Municípios Outorgantes, que os devem à AMAVE, esta, ao abrigo do disposto no artigo 595º, 1, a) do Código Civil, daquele seu débito, procede às seguintes cessões:

a) ao **Município de Guimarães**, a parte do débito correspondente a € 4.847.623 (quatro milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, seiscentos e vinte e três euros) _____

b) ao **Município de Vila Nova de Famalicão**, a parte do débito correspondente a € 898.897,00 (oitocentos noventa e oito mil, oitocentos noventa e sete euros) _____

c) ao **Município de Santo Tirso**, a parte do débito correspondente a € 2.990.549 (dois milhões, novecentos e noventa mil, quinhentos e quarenta e nove euros) _____

d) ao **Município de Fafe**, a parte do débito correspondente a € 505.749,00 (quinhentos e cinco mil, setecentos quarenta e nove euros) _____

e) ao **Município de Vizela**, a parte do débito correspondente a € 1.532.595,00 (um milhão, quinhentos e trinta e dois mil, quinhentos noventa e cinco euros) _____

f) ao **Município da Trofa** a parte do débito correspondente a € 2.433.576,00 (dois milhões, quatrocentos e trinta e três mil, quinhentos e setenta e seis euros) _____

_____ **TERCEIRO:** Mantém-se, assim, na AMAVE o débito no valor de 1.010.408,00 (um milhão, dez mil e quatrocentos e oito euros) _____

_____ **QUARTO:** Os Municípios outorgantes aceitam as cessões que lhes são feitas, confessando-se devedores da SUMA pelos valores que acabam de lhes ser cedidos e confessando-se a AMAVE devedora pelo valor aludido no número anterior. _____

_____ **§ único:** Com aquelas cessões ficam, igualmente, saldadas as contas entre os Municípios e a AMAVE, no referente aos valores aludidos nos pontos **PRIMEIRO** e **SEGUNDO** deste contrato. _____

_____ **QUINTO:** A SUMA, nos termos do mencionado preceito do Código Civil, reconhece e aceita e, por isso, ratifica tais cessões, com exoneração da AMAVE quanto aos valores cedidos, passando, por isso, os Municípios outorgantes a devedores autónomos e diretos dela no que concerne a tais valores _____

_____ **SEXTO:** Os Municípios e a AMAVE obrigam-se a pagar as respetivas dívidas em 24 prestações mensais e iguais, vencendo-se a primeira no dia 31 de julho do ano corrente e cada uma das restantes em igual dia dos meses subsequentes. _____

_____ **SÉTIMO:** Todos os montantes em dívida vencem juros à taxa de 8% (oito por cento) a contar da presente data, a serem pagos, de uma só vez, no último dia do mês seguinte ao do vencimento da última prestação. _____

_____ **OITAVO:** Quanto aos outorgantes devedores que satisfaçam integral e pontualmente as respetivas prestações, a SUMA renuncia à totalidade dos correspondentes juros, pelo que não haverá lugar ao seu pagamento. _____

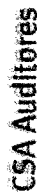
_____ **§ ÚNICO:** Todavia, a falta de pontual pagamento de qualquer prestação implica, para o incumpridor, não só o imediato vencimento do total então ainda em dívida, como o pagamento da totalidade dos juros vencidos até à data do incumprimento e dos juros vincendos, sendo estes sobre o montante que a essa data tiver ficado em dívida e a contar, também, desde a data do incumprimento. _____

_____ **NONO:** A AMAVE e a SUMA obrigam-se a, mediante requerimento conjunto, pôr termo a todos os processos referidos no segundo considerando, por transação fundamentada no presente contrato, com custas em dívida, nomeadamente as

respeitantes à taxa de justiça, em partes iguais, e prescindido a AMAVE e a SUMA das respectivas custas de parte e da procuradoria quanto à que for disponível. _____

O presente contrato vai feito em catorze exemplares, todos originais, ficando um para a AMAVE, um para cada um dos Municípios outorgantes e os restantes para a SUMA.

Feito em Guimarães, aos -----



AMAVE – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO AVE

Na sequência dos nossos anteriores relatórios e de contactos com os Municípios, a AMAVE comunicou-nos que houve alteração na imputação das dívidas trimestrais totais dos Municípios à AMAVE que foram tidas por relevantes para a repartição pelos Municípios dos juros devidos à SUMA.

Paralelamente foi-nos solicitado que, em acréscimo aos juros que haviam sido calculados até 29 de Fevereiro último, apurássemos agora os relativos ao período de Março a Maio seguintes (ambos inclusive) e que distribuíssemos o respectivo montante em função da dívida dos Municípios à AMAVE no final do primeiro trimestre de 2012 e no final do mês de Maio último. Tudo ponderado, a repartição final da dívida de juros à SUMA resulta quantificada, em síntese, segundo os seguintes critérios:

- montante de € 5 072 038 já anteriormente apurado quanto ao período que vai até 29 de Fevereiro de 2012 - repartição em função dos critérios anteriormente propostos, vindo agora com expressão quantitativa diferente da nossa sugestão anterior, mas apenas por via dos efeitos decorrentes das supra referidas alterações na imputação da dívida antes dos juros;
- montante de € 99 947 relativo ao mês de Março de 2012 - repartição em função das dívidas dos Municípios no final de primeiro trimestre de 2012;
- montante de € 196 670 relativo aos meses de Abril e Maio de 2012 - repartição em função das dívidas dos Municípios no final do mês de maio de 2012.

devendo recordar-se que a chave de repartição assenta em todos os casos na dívida total dos Municípios à AMAVE e não apenas na dívida relativa às relações com a SUMA – sendo ainda de registar que relativamente ao Município da Trofa foi desconsiderado o montante de € 303 205 relativa às relações com a TRATAVE.

Paralelamente, importa também estender para o final de Maio, o cômputo dos juros devidos pela SUMA à AMAVE – já anteriormente tidos em conta até Fevereiro de 2012.

Com a reformulação dos cálculos que vimos apresentar pretendemos incorporar nos apuramentos devidos os novos aspectos agora trazidos à colação.

Esclarecemos que, por nos parecer que assim facilitamos o entendimento das relações dos quadros de cálculo ora apresentados com os anteriores, que os quadros de agora terão a mesma numeração dos iniciais, com o acréscimo de um B (quadro VII-B em vez de quadro VII) especificando que entendemos o presente relatório como sequência dos anteriores, pelo que apenas relataremos aqui as diferenças que importa assinalar.

Gaspar Castro, Romeu Silva & Associados, S.R.O.C., Lda.

Endereço: Edifício Parque das Hortas, 220 - M/N - 4810-275 Guimarães
Tel. 253 439 250 - fax 253 439 259

Prata Camillo Castelo Branco, 31 - S. 43 - 4700-209 Braga
tel. 253 201 300/5 - fax 253 201 302



Quadro VII-B

[illegible]

CSA Auditores

Dos valores do quadro anterior decorre a seguinte repartição dos juros devidos pela AMAVE à SUMA

Quadro VIII-B

REPARTIÇÃO DOS JUROS RELATIVOS A CADA TRIMESTRE, SEGUNDO A SITUAÇÃO DEVEDORA NO FINAL DESSE TRIMESTRE								JUROS DEVIDOS À SUMA
Períodos	GUIMARÃES	FAMALICÃO	8. TIRSO	FAFE	VIZELA	TROFA	Total	
1.º T 2007 - TOTAL	55	19	46	22	10	22	173	173
2.º T 2007 - TOTAL	10.841	3.302	7.257	3.559	1.280	4.107	30.346	30.346
3.º T 2007 - TOTAL	28.639	15.895	17.111	8.614	3.028	12.446	85.634	85.634
4.º T 2007 - TOTAL	41.904	18.140	34.495	12.764	6.295	26.327	139.926	139.926
1.º T 2008 - TOTAL	55.866	16.147	44.043	18.022	8.915	32.246	175.239	175.239
2.º T 2008 - TOTAL	64.914	23.936	65.879	16.325	10.233	48.421	229.708	229.708
3.º T 2008 - TOTAL	84.728	20.319	74.832	17.075	12.183	47.044	256.181	256.181
4.º T 2008 - TOTAL	99.408	12.788	77.419	14.370	13.246	52.177	269.408	269.408
1.º T 2009 - TOTAL	96.902	16.008	65.655	14.437	13.461	47.535	253.999	253.999
2.º T 2009 - TOTAL	112.443	19.511	65.657	17.108	17.358	52.459	284.536	284.536
3.º T 2009 - TOTAL	108.819	18.328	62.716	16.507	18.453	49.608	274.431	274.431
4.º T 2009 - TOTAL	134.554	26.550	73.624	1.185	25.988	92.150	354.051	354.051
1.º T 2010 - TOTAL	129.775	11.689	71.579	2.976	25.162	75.622	316.802	316.802
2.º T 2010 - TOTAL	122.895	12.036	66.263	4.670	26.097	69.463	301.424	301.424
3.º T 2010 - TOTAL	135.938	22.490	65.268	4.709	25.223	71.758	325.386	325.386
4.º T 2010 - TOTAL	130.312	19.327	64.242	921	29.153	83.421	327.376	327.376
1.º T 2011 - TOTAL	126.620	19.926	63.615	883	28.544	80.765	320.352	320.352
2.º T 2011 - TOTAL	111.673	22.447	67.589	932	29.940	86.748	319.328	319.328
3.º T 2011 - TOTAL	106.747	22.600	65.553	891	28.844	84.006	308.641	308.641
4.º T 2011 - TOTAL	162.083	35.736	95.384	1.707	47.390	156.800	499.099	499.099
1.º T 2012 - TOTAL	31.384	7.208	18.521	331	9.396	33.108	99.947	99.947
MAI 2012 - TOTAL	57.692	13.253	36.407	683	19.871	68.765	196.670	196.670
SOMA	1.954.190	377.654	1.203.154	158.591	400.068	1.274.997	5.368.655	5.368.655



No quadro que se segue procede-se à repartição dos juros assim recalculados, a par da repartição dos próprios valores a que os juros respeitam – segundo o critério anteriormente acolhido.

Quadro IV-B

REPARTIÇÃO PELOS MUNICÍPIOS DOS CRÉDITOS DA AMAVE SOBRE A SUMA							
Designação	GUIMARÃES	FAMALICÃO	S. TIROSO	FAFE	VIZELA	TROFA	TOTAL
Materiais recicláveis relativamente a 2008	620.435	385.591	153.714	65.030	53.151	149.357	1.427.279
Juros correspondentes	80.787	50.208	20.015	8.468	6.921	19.448	185.846
Materiais recicláveis relativamente a 2009	677.903	400.819	152.132	61.184	51.774	149.891	1.493.701
Juros correspondentes	88.270	52.191	19.809	7.967	6.741	19.517	194.495
Fundo de renovação relativamente a 2008	76.549	56.569	37.541	20.429	11.219	21.540	223.846
Juros correspondentes	11.872	8.774	5.822	3.168	1.740	3.341	34.717
Fundo de renovação relativamente a 2009	76.641	57.573	38.135	21.278	11.418	26.251	231.297
Juros correspondentes	11.886	8.929	5.915	3.300	1.771	4.071	35.872
SOMA	1.644.344	1.020.653	433.083	190.824	144.735	393.416	3.827.055

À partir daqui recalculamos, incorporando também correções que nos foram indicadas pela AMAVE para a "Divida relativa à bens e ou serviços já imputada a 2011-12-31", a repartição da dívida global dos Municípios à AMAVE quanto às relações com a SUMA, conforme segue

Quadro IX-B

CSA Auditores

CÓMPUTO DA DÍVIDA GLOBAL/LÍQUIDA DOS MUNICÍPIOS QUANTO ÀS RELAÇÕES COM A SUMA							
DESCRIÇÃO	GUIMARÃES	FAMALICÃO	S. TIROSO	FAFE	VIZELA	TROFA	Total
Dívida relativa a bens e/ou serviços já imputada a 2011-12-31	2.833.784	0	1.231.017	0	963.925	830.619	5.859.345
Dívida relativa a bens e serviços não imputada a 2011-12-31	1.703.992	1.541.896	989.461	537.982	313.337	721.376	5.808.044
Dívida de juros	1.954.190	377.654	1.203.154	158.551	400.068	1.274.997	5.368.555
Crédito de facturas de bens e/ou serviços	-1.451.528	-900.552	-381.522	-167.921	-127.562	-347.039	-3.376.124
Crédito de juros	-192.816	-120.101	-51.561	-22.903	-17.173	-46.377	-450.932
SOMA	4.847.623	896.897	2.990.549	505.749	1.532.595	2.433.576	13.208.969
Diferença entre a dívida da AMAVE à SUMA e a dívida dos Municípios à AMAVE	328.131	72.346	193.101	3.455	95.940	317.436	1.010.408
TOTAL	5.175.753	971.243	3.183.650	509.204	1.628.535	2.751.012	14.219.397

Quanto a este último quadro deve ainda salientar-se que, relativamente aos seus homologos anteriores, o mesmo inclui mais duas linhas

- uma relativa à repartição pelos Municípios da Diferença entre a dívida da AMAVE à SUMA e a dívida dos Municípios à AMAVE; e
- outra para cômputo final do dos TOTAIS com inclusão da diferença referida;

com o objectivo de imputar aos Municípios a referida diferença - computada no montante de € 1 010 408, a repartir segundo a dívida relativa a 31 de Dezembro de 2011, nos termos de acordo já estabelecido com os Municípios segundo informações da AMAVE..

Reiteramos que a repartição supra ignora, quanto ao Município da Trofa, o valor de € 303 205 que se reporta às relações com a TRATAVE.

Braga, 12 de Junho de 2012.

Gaspal Castro (ROC 557)

(Gerente)



7. PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE OS MUNICÍPIOS DE SANTO TIRSO, GUIMARÃES, VILA NOVA DE FAMALICÃO, FAFE, VIZELA E TROFA, O QUAL TEM POR OBJETO ESTABELECEER OS MONTANTES E A FORMA DE PAGAMENTO DAS RESPETIVAS DÍVIDAS À AMAVE NO ÂMBITO DO “CONTRATO DE CONCESSÃO CELEBRADO EM 18/02/91 ENTRE A AMAVE E A SUMA – SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A.”-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

No seguimento da proposta que consta do item anterior desta ata, e que aqui se dá por inteiramente reproduzida para todos os efeitos legais, proponho que a câmara municipal delibere:-----

1- Que com a presente decisão, o município de Santo Tirso passa a devedor autónomo e direto da AMAVE da quantia de 193.101,00 € (cento e noventa e três mil cento e um euros), obrigando-se a satisfazer a mesma à AMAVE nos termos que constam da minuta de Protocolo que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes duas folhas;-----

2- Que a câmara municipal, para os efeitos visados no ponto anterior, delibere aprovar e aceitar o conteúdo integral do Protocolo a assinar entre a AMAVE e cada um dos municípios intervenientes;-----

3- Que a câmara municipal delibere solicitar à assembleia municipal que, atento ao teor da alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei 8/2012, de vinte e um de fevereiro, delibere autorizar a necessária e devida assunção do compromisso plurianual decorrente do Protocolo a assinar entre a AMAVE e os municípios.-----

Os encargos inerentes à presente decisão serão satisfeitos pelas rubricas orçamentais com as classificações económicas 0204050104 e 0208050104 nas quais têm suficiente dotação orçamental.-----

A proposta foi aprovada com seis votos a favor.-----

PROTOCOLO

A **ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO AVE** (NIPC 502 622 482) com sede na Rua Capitão Alfredo Guimarães, nº 1, 4800-019 GUIMARÃES, adiante designada por AMAVE, representada pelo seu presidente Dr António Magalhães da Silva, titular do (BI/CC -----), e

O **MUNICÍPIO DE GUIMARÃES** (NIF ----), representado pelo seu presidente, que o é igualmente da AMAVE. já acima identificado;

O **MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO** (NIF ----), representado pelo seu presidente Arq Armindo -----Costa, titular do (BI/CC -----)

O **MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO** (NIF ----) representado pelo seu Presidente Engº António Alberto Castro Fernandes titular do (BI/CC -----)

O **MUNICÍPIO DE FAFE** (NIF ----) representado pelo seu Presidente Dr José --- Ribeiro, titular do (BI/CC -----)

O **MUNICÍPIO DE VIZELA** (NIF ----) representado pelo seu presidente Sr Dinis --- Costa, titular do (BI/CC -----)

O **MUNICÍPIO DA TROFA** (NIF ----) representado pela sua presidente -----, titular do (BI/CC -----)

e considerando: _____

____ **Que** por contrato desta data, em que foram outorgantes a AMAVE, os Municípios aqui signatários e a sociedade "SUMA - SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE S.A", adiante designada por SUMA, ficou estabelecido que, do encontro de contas entre as partes contratantes resultou um saldo favorável à SUMA no valor de € 14.219.397,00 (catorze milhões, duzentos e dezanove mil, trezentos e noventa e sete centimos), respeitantes a serviços prestados por esta aos Municípios. _____

____ **Que**, naquele contrato, foi estabelecido que o pagamento à SUMA dos valores faturados à AMAVE passou a ser obrigação direta e da responsabilidade dos Municípios, quanto aos montantes respetivamente constantes do mesmo contrato, tendo, todavia, a AMAVE ficado ainda responsável pelo pagamento à SUMA da quantia de € 1.010.408,00 (um milhão, quatrocentos e dez mil, quatrocentos e oito euros), _____

____ **Que** sendo os Municípios devedores da AMAVE por diversos e variados valores que, no seu conjunto, ultrapassam o montante referido no considerando imediatamente anterior, _____

é, entre a AMAVE e os MUNICÍPIOS, outorgado o seguinte: _____

____ **PRIMEIRO:** Com vista a que a AMAVE possa, sem prejuízo ou perturbação das suas mais obrigações, satisfazer pontualmente à SUMA a acima referida quantia de €

1.010.408,00 os Municípios obrigam-se a satisfazer à AMAVE, os seguintes valores, já documentados, por conta da sua dívida global: _____

- a) **Famalicão** - € 72.346,00 (setenta e dois mil trezentos quarenta e seis euros) _
- b) **Guimarães** - € 328.131,00 (trezentos e vinte e oito mil, cento e trinta e um euros) _____
- c) **Santo Tirso** - € 193.101,00 (cento noventa e três mil cento e um euros) _____
- d) **Fafe** - € 3.455,00 (três mil quatrocentos e cinquenta e cinco euros) _____
- e) **Vizela** - € 95.940,00 (noventa e cinco mil quinhentos noventa e cinco euros) _
- f) **Trofa** - € 317.436,00 (trezentos e dezassete mil, quatrocentos e trinta e seis euros) _____

____ **SEGUNDO:** Os montantes referidos no ponto anterior serão pagos em 24 prestações mensais, até ao vigésimo primeiro dia de cada mês sendo que, na data de assinatura deste protocolo deverão ser pagas 3 prestações, que se referem aos meses de julho, agosto e setembro de 2012. _____

GUIMARÃES, -----

Pela AMAVE

Pelo Município de Guimarães

etc



**8. DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE COMERCIAL ANÓNIMA
DESIGNADA “TIRSO-PARQUES – PARQUES EMPRESARIAIS DE SANTO TIRSO S.A.**

Presente cópia da ata número trinta e sete da reunião do Conselho de Administração da Sociedade anónima TIRSO PARQUES – Parque Empresariais de Santo Tirso, S.A., constituída por escritura pública celebrada no dia vinte de março do ano dois mil no Segundo Cartório Notarial de Santo Tirso, cuja participação do município no respetivo capital social foi ratificada por deliberação da assembleia municipal de dezanove de abril de dois mil.-----

A participação do município no capital social daquela sociedade é de 10% (dez por cento), cuja subscrição no capital inicial foi de 5.000.000\$00/24.939,89 € (vinte e quatro mil novecentos e trinta e nove euros e oitenta e nove cêntimos).-----

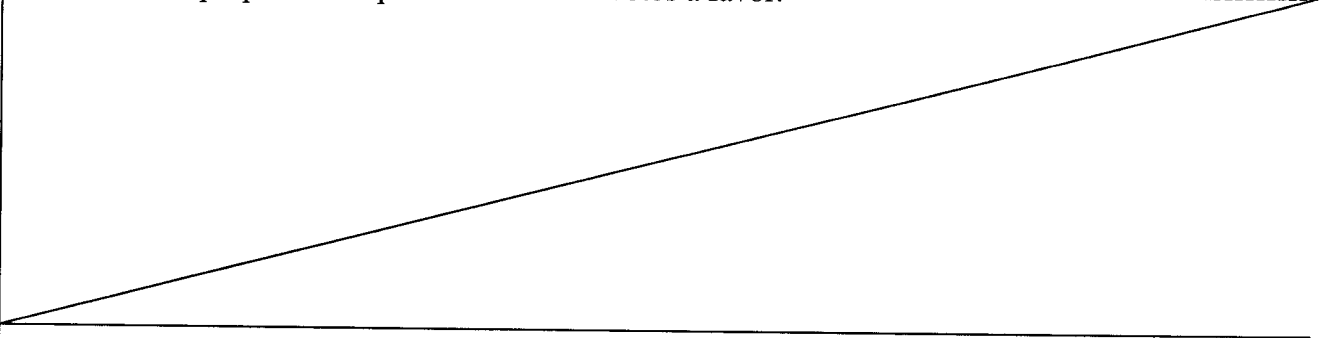
Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Na atual conjuntura económica é inviável desenvolver o projeto de expansão do Parque Empresarial de Fontiscos;-----

Pelo que, a solução mais adequada é a dissolução e liquidação daquela sociedade anónima;-----

Face ao exposto, proponho que a câmara municipal delibere propor à assembleia municipal que autorize o município a votar favoravelmente a proposta de dissolução e liquidação da sociedade com transmissão global a favor do acionista Parque-Invest, que assumirá todos os ativos e passivos da TIRSO PARQUES, assumindo os prejuízos correspondentes. Relativamente aos outros acionistas, município de Santo Tirso e Associação Comercial e Industrial de Santo Tirso, estes assumirão a perda dos montantes realizados aquando da subscrição do capital social.-----

A proposta foi aprovada com seis votos a favor.-----





9. 1ª ALTERAÇÃO AO CONTRATO DE CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS DE PASSAGEIROS DE SANTO TIRSO.-----

Presente informação conjunta das Chefes da Divisão Jurídica e do Contencioso e da Divisão de Trânsito, de seis do corrente mês de setembro, registada com o número nove mil e um, a sugerir a alteração da redação dos artigos 7º, 8º, 9º, 11º, 14º, 17º e 19º do Contrato de Concessão do serviço público de transportes coletivos urbanos de passageiros de Santo Tirso efetuado à sociedade TUST – Transportes Urbanos de Santo Tirso Lda, por escritura pública celebrada no Notariado Privativo da câmara municipal de Santo Tirso em vinte de outubro de mil novecentos e noventa e sete, exarada de folhas doze a folhas dezoito – verso do livro de notas para escrituras diversas número cento e doze, com a fundamentação constante dessa informação, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais.-----

O referido contrato de concessão foi celebrado mediante prévia autorização da assembleia municipal, conforme deliberação de treze de maio de mil novecentos e noventa e três e na sequência de concurso público, cuja decisão de adjudicação foi feita por deliberação da câmara municipal de trinta e um de julho de mil novecentos e noventa e sete (item trinta e três da respetiva ata).-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse propor à assembleia municipal que, ao abrigo da competência prevista na alínea q) do n.º 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de setembro, deliberasse aprovar a 1ª alteração ao contrato de concessão do serviço público de transportes coletivos urbanos de passageiros de Santo Tirso, nos termos que constam da proposta que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes três folhas.

A versão consolidada do referido contrato de concessão, com as correções materiais decorrentes da proposta de alteração ficou anexa à minuta da ata, o que constituiu o anexo I da mesma, composto por oito folhas.-----

A câmara municipal deliberou aprovar a antecedente proposta e remeter à assembleia municipal para aprovação, solicitando ao órgão deliberativo o agendamento deste assunto para a

Reunião : ORDINÁRIA

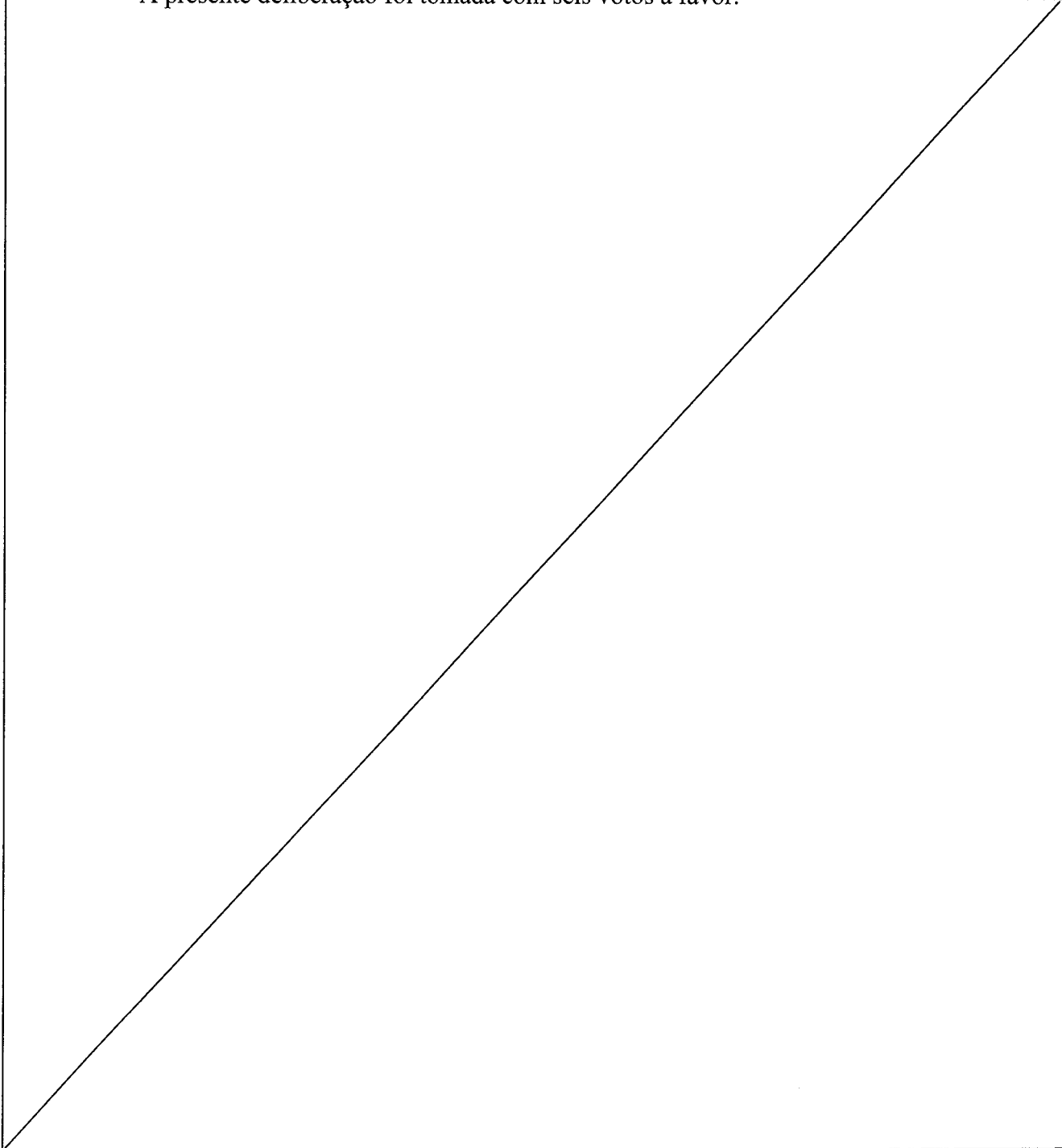


Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 17 Fl. 72
12 de setembro de 2012

sessão ordinária agendada para esta data, ao abrigo do disposto no artigo 83º da referida lei 169/99.---

A presente deliberação foi tomada com seis votos a favor.-----



PROPOSTA DA 1ª ALTERAÇÃO AO CONTRATO DE CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS DE PASSAGEIROS DE SANTO TIRSO

Artigo 1.º

Objeto

Pela presente alteração é alterada a redação dos artigos 7.º, 8.º, 9.º, 11.º, 14.º, 17.º e 19.º do contrato de concessão do serviço público de transportes coletivos urbanos de passageiros de Santo Tirso, celebrado em 20 de outubro de 1997, entre a Câmara Municipal de Santo Tirso e a firma TUST-Transportes Urbanos de Santo Tirso, Lda., os quais passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 7.º

(...)

1. (...)
2. (...)
3. Quaisquer alterações à rede e carreiras, que venham a ser introduzidas na sequência da execução do presente contrato de concessão, passarão a constar como documento anexo ao Protocolo referido no n.º 3 do artigo 19.º deste contrato.

Artigo 8.º

(...)

1. (anterior corpo do artigo)
2. Quaisquer alterações à localização das paragens e terminais a utilizar em cada carreira, que venham a ser introduzidas na sequência da execução do presente contrato de concessão, passarão a constar como documento anexo ao Protocolo referido no n.º 3 do artigo 19.º deste contrato.

Artigo 9.º

(...)

1. (anterior corpo do artigo)
2. Quaisquer alterações aos horários a praticar na sequência da execução do presente contrato de concessão, que venham a ser estabelecidos por acordo,

passarão a constar como documento anexo ao Protocolo referido no n.º 3 do artigo 19.º deste contrato.

Artigo 11.º

(...)

1. (...)
2. O tarifário será atualizado aquando da atualização dos transportes interurbanos.
3. Os passes sociais serão atualizados de acordo com a percentagem do aumento médio autorizada para os transportes interurbanos, com arredondamento para o múltiplo de 10 cêntimos imediatamente superior.
4. Os preços dos bilhetes pré-comprados e de bordo serão atualizados de acordo com a percentagem do aumento médio autorizada para os transportes interurbanos, com arredondamento para o múltiplo de 5 cêntimos imediatamente superior.
5. Por proposta fundamentada da concessionária, poderão ser aprovados pela Câmara Municipal aumentos diferentes, quer quanto ao valor, quer quanto à data de entrada em vigor.
6. Quaisquer alterações ao sistema tarifário nos termos do disposto nos números anteriores, passarão a constar como documento anexo ao Protocolo referido no n.º 3 do artigo 19.º deste contrato.

Artigo 14.º

(...)

1. (anterior corpo do artigo)
2. A imagem dos veículos pode ser alterada por acordo entre as partes.

Artigo 17.º

(...)

Só é permitida a colocação de publicidade nos veículos, mediante autorização concedida por despacho do Presidente da Câmara Municipal.

Artigo 19.º

(...)

1. (...)
2. A concessionária elaborará um relatório anual, a entregar no prazo máximo de 120 dias após o encerramento do exercício do ano anterior, cujo conteúdo



obedecerá a um índice previamente acordado entre as partes, a estabelecer no protocolo referido no n.º 3 do artigo 19.º do presente contrato.

3. Será nomeada pela Câmara Municipal uma comissão de acompanhamento e fiscalização, bem como o interlocutor entre o concedente e a concessionária, a quem caberão as competências a definir no protocolo referido no n.º 3 do artigo 19.º do presente contrato.
4. (...)
5. (...)"

Artigo 2.º

Versão consolidada

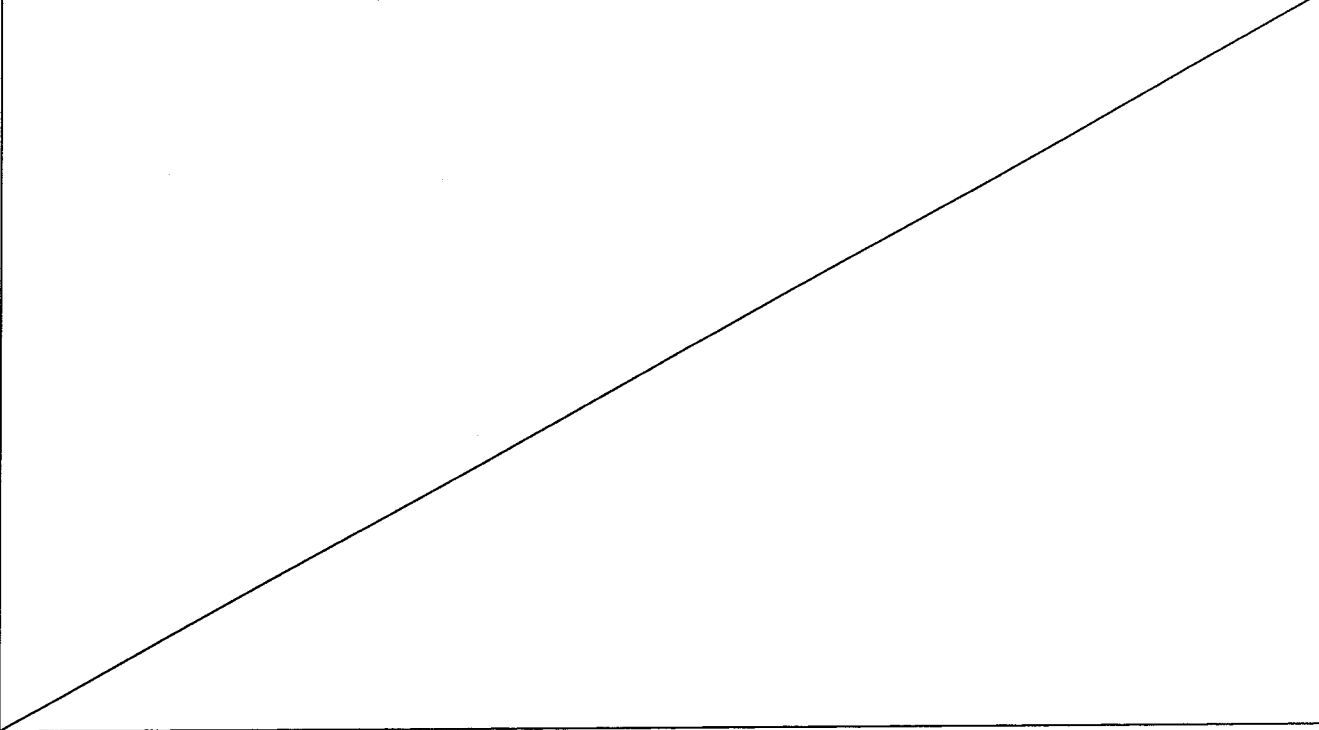
É republicado em anexo o contrato de concessão do serviço público de transportes coletivos urbanos de passageiros de santo tirso, com as alterações que lhe foram introduzidas.

10. APROVAÇÃO DA MINUTA DO PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A SOCIEDADE TUST – TRANSPORTES URBANOS DE SANTO TIRSO, LDA., NO ÂMBITO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS DE PASSAGEIROS DE SANTO TIRSO.-----

Presente a informação conjunta da Divisão Jurídica e do Contencioso e da Divisão de Trânsito referido no item anterior da presente ata, a remeter também, ao abrigo do disposto no antigo 12º do Contrato de Concessão celebrado em vinte de outubro de mil novecentos e noventa e sete, minuta de protocolo a celebrar entre o concedente e a concessionária, que tem por objeto a regulamentação dos aspetos operacionais da concessão do serviço público de transportes coletivos de passageiros, bem como a previsão e definição de mecanismos para a respetiva fiscalização.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse aprovar a minuta do Protocolo em causa, do qual se anexa cópia à ata da presente reunião e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo II da mesma, composto por quarenta e quatro folhas.-----

A proposta foi aprovada com seis votos a favor.-----





11. APROVAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DO PROGRAMA OCUPACIONAL DOS TEMPOS LIVRES: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.-----

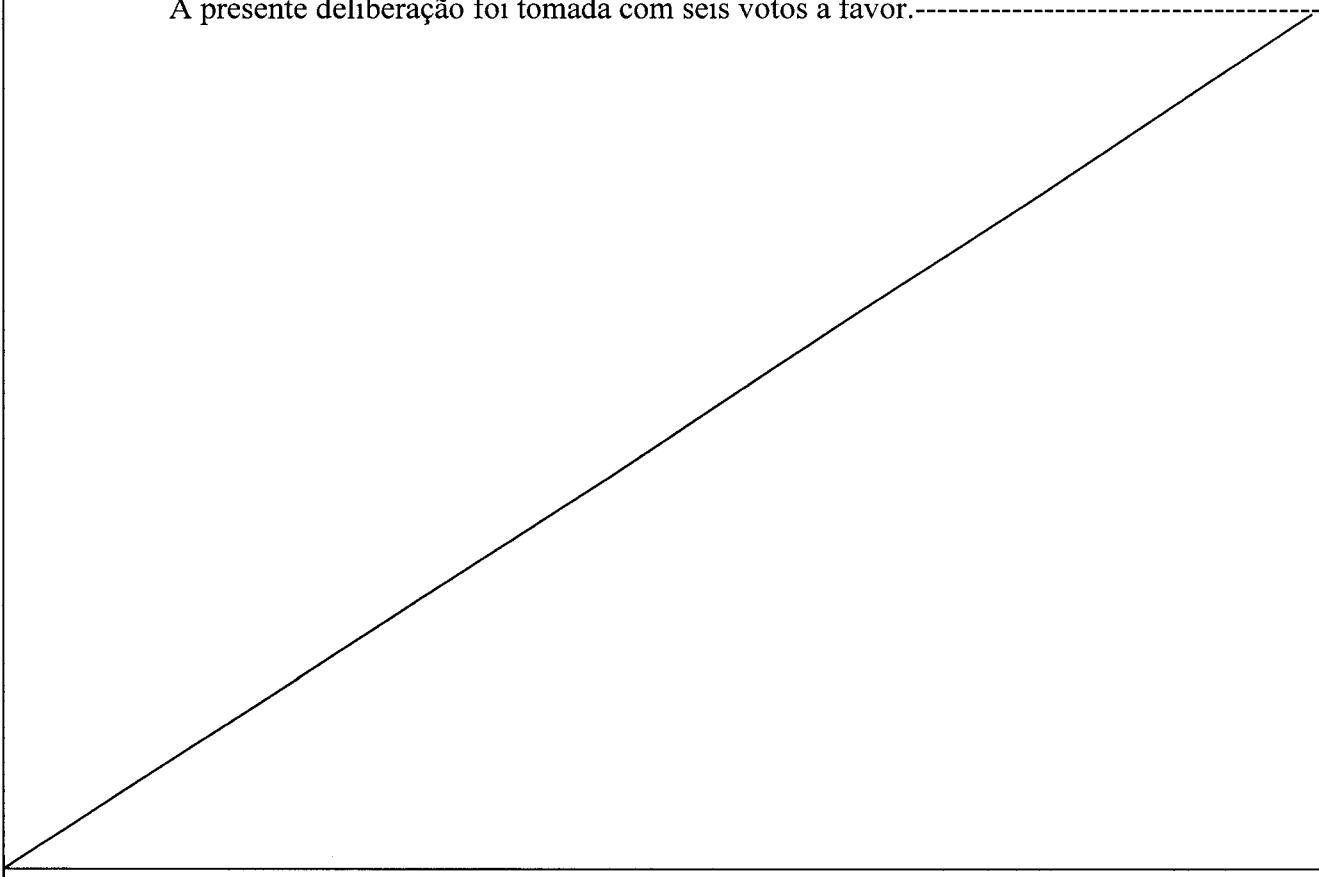
Presente o despacho do presidente da câmara municipal de seis de agosto findo, que aprovou o Regulamento acima referido, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha.-----

Junta-se à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo III da mesma, composto por cinco folhas, o respetivo Regulamento.-----

O senhor presidente submeteu o aludido despacho à ratificação da câmara municipal.-----

A câmara deliberou, ao abrigo da sua competência prevista na alínea a) do n.º 7 do artigo 64º da lei 169/99, de 18 de setembro, ratificar o despacho anexo, que aprovou o Regulamento Municipal do Programa Ocupacional dos Tempos Livres.-----

A presente deliberação foi tomada com seis votos a favor.-----



DESPACHO

78

Aprovação do Regulamento Municipal do Programa Ocupacional dos Tempos Livres

Em 12 de julho de 2012 foi aprovado em reunião ordinária da câmara municipal (item 9 da respetiva ata) o projeto de Regulamento Municipal de Ocupação de Tempos Livres, que posteriormente foi submetido a inquérito público pelo prazo de 15 dias úteis, a contar da data da sua publicitação em jornal de âmbito local;

O referido projeto de Regulamento foi publicado no Jornal de Santo Tirso de 13 de julho findo e o prazo do inquérito público terminou no dia 03 do corrente mês de agosto;

Tendo em conta os seguintes considerandos:

Considerando que decorrido o prazo do inquérito público não foi apresentada qualquer reclamação ou sugestão de alteração ao projeto de Regulamento de ocupação de tempos Livres;

Considerando que a próxima reunião ordinária da câmara municipal está agendada para o próximo dia 16 agosto;

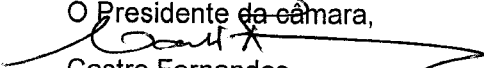
Considerando que durante o mês de agosto, por motivo de férias da maioria dos membros da câmara municipal é difícil ter quórum e reunir extraordinariamente aquele órgão para deliberar aprovar este Regulamento;

Considerando que se impõe tomar uma decisão urgente sobre o assunto, uma vez que a ocupação dos tempos livres dos jovens decorre principalmente nos meses de Verão, e torna-se necessário regular em tempo útil as condições desse programa, sob pena de ficarem defraudadas as expetativas desses mesmos jovens;

Decido, ao abrigo do disposto no nº3 do art. 68º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, aprovar o Regulamento Municipal de ocupação de tempos Livres, que se anexa ao presente despacho e dele fica a fazer parte integrante para todos os efeitos legais, que entrará em vigor no dia seguinte à publicação de edital em jornal de âmbito local, a publicitar a sua aprovação.

Divulgue-se o presente despacho pelos serviços, publicite-se a aprovação do referido Regulamento e remeta-se o presente Despacho à próxima reunião da câmara municipal para ratificação.

Santo Tirso e Paços do concelho, 6 de agosto de 2012.

O Presidente da câmara,

Castro Fernandes



12. CANDIDATURA APRESENTADA PELO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO AO INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P. À MEDIDA CONTRATO EMPREGO INSERÇÃO (PROJETO: APOIO À AÇÃO EDUCATIVA): RATIFICAÇÃO DA ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE APROVAÇÃO.-----

Presente informação de trinta e um de agosto findo, do Departamento de Educação, Desporto, e Ação Social, registada com o número oito mil oitocentos e oitenta e oito, a comunicar que, no âmbito da portaria n.º 128/2009, de 30 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela portaria n.º 164/2011, de 18 de abril, que regulamenta a medida «Contrato emprego-inserção», destinada a desempregados beneficiários de subsídio de desemprego, a câmara municipal apresentou uma candidatura ao Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P. para colocação de cinquenta desempregados nos jardins-de-infância e escolas básicas do município, para apoio à ação educativa.

A candidatura apresentada pelo município foi aprovada por despacho do Delegado Regional de vinte e cinco de junho último, cujas condições são as que constam do Termo de Aceitação da Decisão de Aprovação de que se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse ratificar a decisão de apresentação da referida candidatura aos apoios previstos na referida portaria 128/2009, bem como a decisão de aceitação das respetivas condições de aprovação.-----

Para desenvolvimento desta atividade prevê-se uma despesa total no montante de 90.610,00 € (noventa mil seiscientos e dez euros), que será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 020225, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 2721/2012, de trinta e um de agosto findo.-----

Esta atividade implica a assunção de compromissos plurianuais, sendo o encargo estimado no ano de dois mil e doze de 35.817,00 € (trinta e cinco mil oitocentos e dezassete euros) e no ano de dois mil e treze de 54.793,00 € (cinquenta e quatro mil setecentos e noventa e três euros),



[Handwritten signature]

situação que no entanto cabe na autorização genérica concedida pela assembleia municipal por deliberação de vinte e oito de junho último, pelo que, em cumprimento do disposto no n.º 4 daquela deliberação, deve dar-se conhecimento desta atividade ao órgão deliberativo.-----

A proposta foi aprovada com seis votos a favor.-----

[Large diagonal line across the page, likely indicating a signature or approval mark.]



TERMO ACEITAÇÃO DA DECISÃO DE APROVAÇÃO

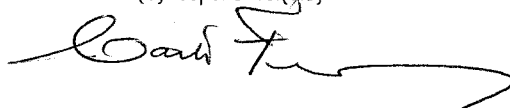
Nos termos da legislação em vigor, declara-se que se tomou conhecimento da decisão de aprovação referente ao processo n.º 034/CEI/12 apresentado no âmbito da candidatura n.º 80113, e que o mesmo é aceite nos seus precisos termos, obrigando-se, por esta via, ao seu integral cumprimento, e ao respeito por todas as disposições legislativas e regulamentares aplicáveis.

Mais se declara:

- a) Que se assume o compromisso de implementar, organizar e executar a(s) actividade(s) de Trabalho Socialmente Necessário apresentada(s), nos termos aprovados, cuja data de início real corresponderá à data de início da primeira actividade;
- b) Que se celebrará um contrato de emprego-inserção com cada um dos desempregados, o qual se cumprirá integralmente, bem como comunicar antecipadamente ao IEFP, I. P. a intenção de renovação do mesmo;
- c) Que se assume o compromisso de fornecer ao IEFP, I. P. o triplicado do(s) contrato(s) de emprego-inserção, celebrado(s) com o(s) desempregado(s), no prazo de 5 dias consecutivos após assinatura do(s) mesmo(s);
- d) Que celebrará um contrato de seguro de acidentes pessoais que cubra os riscos que possam ocorrer durante e por causa do exercício das actividades integradas no processos, fazendo prova da sua celebração ao IEFP, I. P.;
- e) Que se assume os custos com as bolsas, subsídio de alimentação, subsídio de transporte e seguro de acidentes pessoais, dos desempregados, com o rigoroso respeito pelas disposições legislativas e regulamentares aplicáveis, nacionais e comunitárias, nomeadamente da Portaria n.º 128/2009, de 30 Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Portaria n.º 164/2011, de 18 de Abril;
- f) Que se assume que a execução do trabalho socialmente necessário constante da Decisão de Aprovação não pode consistir no preenchimento de postos de trabalho existentes;
- g) Que se assume o compromisso de comunicar por escrito ao IEFP, I. P. todas as situações que pela sua natureza e/ou gravidade possam implicar a suspensão do(s) contrato(s) de emprego-inserção ou a sua cessação;
- h) Que se assume o compromisso de comunicar antecipadamente e por escrito ao IEFP, I. P. qualquer alteração da candidatura inicialmente aprovada, a qual poderá ser objecto de alteração à decisão de aprovação e aditamento ao termo de aceitação da decisão de aprovação;
- i) Que se assume o compromisso de guardar, organizar e manter permanentemente actualizados e individualizados todos os documentos que digam respeito à execução física e financeira do projecto, nos correspondentes processos técnico e contabilístico, disponibilizando-os, em qualquer momento, para consulta das entidades legalmente autorizadas a fazê-lo, nomeadamente, aos serviços do IEFP, I. P.;
- j) Que se assume o compromisso de fornecer ao IEFP, I. P., informação sobre a execução física e financeira do projecto, bem como o dever de apresentar e/ou enviar toda a documentação necessária para justificar ou complementar o processo em causa, nos termos definidos nas normas aplicáveis e sempre que lhe seja solicitado, com a periodicidade e nos prazos definidos;
- k) Que se tem perfeito conhecimento que os elementos necessários ao encerramento de contas do pedido devem ser impreterivelmente apresentados no prazo máximo de 15 dias consecutivos após a conclusão do projecto;

Data: / /

O(s) responsável(is)



114512 299 5



13. REGULAMENTO DO COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL DE SANTO TIRSO E RESPECTIVA TABELA DE PREÇOS, A QUAL CONSTITUI O CAPITULO III DO ANEXO IV DO REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO, COBRANÇA E PAGAMENTO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS: ALTERAÇÃO: APROVAÇÃO-----

Presente informação de cinco do corrente mês de setembro, do Chefe da Divisão de Desporto, registada com o número oito mil novecentos e quarenta e nove, a propor alterações ao Regulamento do Complexo Desportivo Municipal de Santo Tirso e respetiva tabela de preços, a qual aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal ao abrigo da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de setembro, deliberasse aprovar as alterações propostas ao Regulamento do Complexo Desportivo Municipal, nos termos que constam da proposta que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes duas folhas, e deliberasse alterar a respetiva tabela de preços (que constitui o capítulo III do anexo IV do regulamento de liquidação, cobrança e pagamento de taxas e outras receitas municipais, aprovado pela assembleia municipal em catorze de abril de dois mil e dez), cujo valores são os que constam do documento que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as folhas oitenta e seis a oitenta e oito da mesma.-----

As alterações propostas entrarão em vigor no dia imediato ao da publicitação da presente deliberação em jornal de âmbito local.-----

A proposta foi aprovada com quatro votos a favor, dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista e dois votos contra dos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata, que fizeram a seguinte declaração de voto:-----

“Os vereadores do Partido Social Democrata votaram contra a proposta de atualização do regulamento e tabela de preços, porque em muitos dos seus itens a atualização de preços é excessiva e pode obviamente constituir constrangimentos no acesso, nomeadamente à piscina, às famílias com



menos recursos.-----

Recorde-se a título de exemplo, que uma aula semanal de natação custava 8,00 € (oito euros) e passa para 13,00 € (treze euros);-----

Outro exemplo, duas aulas de natação passam de 13,50 € (treze euros e cinquenta cêntimos) para 21,50 € (vinte e um euros e cinquenta cêntimos); uma adaptação ao meio aquático, passa de 10,00 € (dez euros) para 16,50 € (dezasseis euros e cinquenta cêntimos). Poderíamos dar mais um conjunto de exemplos, mas encontramos aqui as razões para não aprovar estas alterações”.

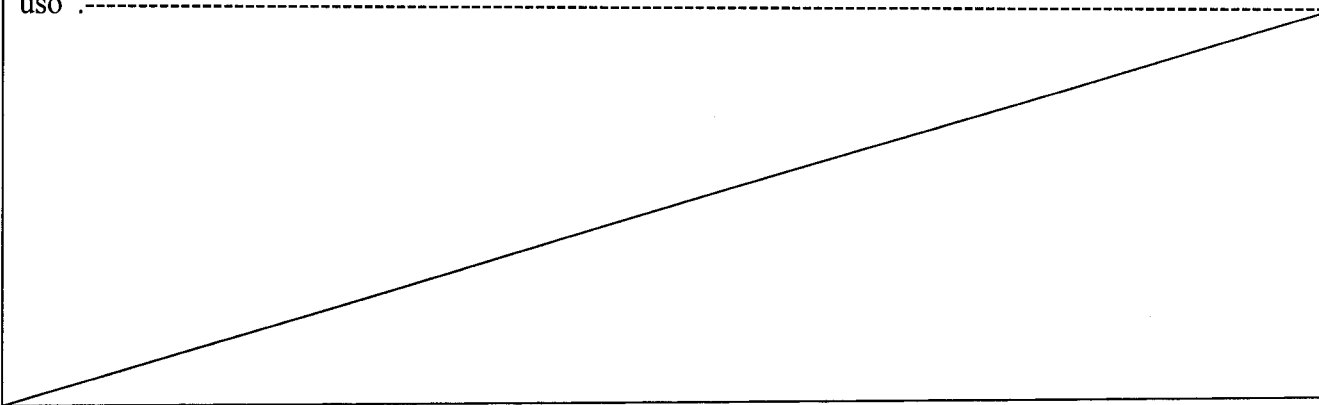
Seguidamente pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a seguinte declaração de voto:-----

“Votamos favoravelmente tendo em conta as informações técnicas junto ao processo acrescido do facto de ter entrado em funcionamento recente a nova regulamentação do Cartão Jovem ConVida com benefícios alargados na utilização de espaços e serviços do Complexo Desportivo Municipal.-----

Recordam-se as obras que estão a requalificar a Piscina Municipal na sua totalidade e que permitem a criação de balneários e postos de atendimento destinados ao Polidesportivo.-----

Por todas estas razões houve a necessidade de atualizar o Regulamento e Tabelas de Preços.-----

Recordamos também que na nova tabela há preços que descem e quanto à Piscina Municipal a Tabela de Preços não era atualizada desde 2008. Refira-se a propósito o grande investimento que está a ser feito na Piscina Municipal e que a dotará de muito melhores condições de uso”.-----



Atualização do Regulamento do Complexo Desportivo Municipal de Santo Tirso

(...)

IV – REGRAS DE CONDUTA NA UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES

1) (...)

2) Na Piscina Municipal:

a. (...)

b. (...)

c. Para utilizarem os cacifos nos balneários, os utentes deverão utilizar um aloquete, que poderá ser adquirido na receção. Pontualmente poderão requerer o empréstimo de um aloquete, mediante o depósito de um cartão identificativo, que será restituído após a devolução.

d. eliminado

e. (...)

f. (...)

g. (...)

h. (...)

i. (...)

j. (...)

k. (...)

3) (...)

4) (...)

5) (...)

6) (...)

7) (...)

8) (...)

(...)

VII – REDUÇÕES E ISENÇÕES DE PAGAMENTO

1) Na Piscina Municipal, gozam de isenção do pagamento de serviços sujeitos a mensalidade, sem prejuízo da necessidade de autorização para frequentar a Piscina, os utentes que necessitem da prática de natação por recomendação médica que comprovem insuficiência económica demonstrada nos termos da lei sobre o apoio judiciário.

2) (...)

3) Os utentes possuidores do Cartão +Vida ou do Cartão Jovem *conVida* beneficiam de uma redução de 20%, no preço dos serviços.

4) Na utilização de espaços por grupos é necessário que 50% dos utilizadores sejam portadores do Cartão Jovem *conVida*, para que o grupo beneficie da redução de 20% no preço.

- a. No caso específico da utilização dos campos de ténis, por dois utentes, a redução é determinada em função do número de portadores do Cartão Jovem *conVida*.

5) (...)

6) (...)

(...)

X – DISPOSIÇÕES FINAIS

1) (...)

2) (...)

3) (...)

4) (...)

5) (...)

6) (...)

7) (...)

8) Eliminado

TABELA DE PREÇOS

CAPÍTULO III COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL

Utilização de espaços			
6	Utilização do Pavilhão Desportivo Municipal		
1	1. Utilização da nave para grupos/equipas		
1	Sábados de tarde, Domingos e Feriados	50,00 €/hora	
2	2ª a 6ª feira, a partir das 18:00 horas e sábados de manhã	40,00 €/hora	
3	De 2ª a 6ª feira, até às 18:00 horas	30,00 €/hora	
4	De 2ª a 6ª feira – 1/3 do espaço	15,00 €/hora	
2	Utilização da nave para eventos com público		
1	Actividades desportivas	60,00 €/hora	
2	Actividades não desportivas	80,00 €/hora	
3	Utilização de outros espaços:		
1	Utilização da Sala de Apoio/Ginásio	20,00 €/hora	
2	Utilização regular da Sala de Apoio/Ginásio (período superior a 4 semanas)	15,00 €/hora	
3	Utilização da Sala de Musculação (grupos até 15 elementos)	40,00 €/hora	
4	Utilização da Área de Lazer: (grupos até 12 elementos)	40,00 €/hora	
5	Utilização da Sala de Conferências/Formação	10,00 €/hora	
7	Utilização do Polidesportivo Municipal		
1	Utilização do campo de futebol de sete:		
1	Com Cartão <i>Jovem conVida</i> , nos dias úteis até às 18:00 horas, sem utilização do balneário	Gratuito	
2	Dias úteis até às 18:00 horas	25,00 €/hora	
3	A partir das 18:00 horas e sábados	45,00 €/hora	
2	Utilização dos campos de ténis:		
1	Dias úteis, até às 18:00 horas:		
1	Dois jogadores	3,00 €/hora	
2	Três a quatro jogadores	4,00 €/hora	

SISTEMA CERTIFICADO

eic
ISO 9001

certificação
acreditada
eic

Serviços de Obras Particulares,
Arquitetura Social e Alargamento
Cidade e Actividades de Gestão
Administrativa, Recursos
Humanos, Apoio Jurídico e
Compras

M.020GR



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

87

2	A partir das 18:00 horas e sábados:	
1	Dois jogadores	5,50 €/hora
2	Três a quatro jogadores	6,50 €/hora
3	Utilização do campo de basquetebol	Gratuito
4	Tarifa familiar - domingos e feriados	
1	Utilização do campo de futebol, sem utilização do balneário	20,00 €/hora
3	Utilização do campo de futebol, com balneário	30,00 €/hora
2	Utilização do campo de ténis, sem utilização do balneário	3,00 €/hora
4	Utilização do campo de ténis, com balneário	5,00 €/hora

Serviços

8	Actividades/classes:	
1	Inscrição (inclui cartão e seguro para o ano letivo)	15,00 €/ano
2	Renovação da inscrição (antes do final do ano lectivo)	10,00 €/ano
3	Segunda via do cartão	5,00 €
4	Cartão de acesso ao CDM	2,00 €

Piscina Municipal – períodos de utilização de 45 minutos

9	Utilização de duas pistas ou tanque de aprendizagem c/ monitor:	
1	Grupos escolares, jardins de infância ou ATL (até 15 elementos)	25,00 €
2	Grupos e instituições (até 18 elementos)	40,00 €
10	Utilização livre para crianças menores de 12 anos:	
1	Utilização, por débito no cartão de utente	2,00 €
1	Para além do período inicial, acresce	0,025 €/min.
2	Utilização avulsa, sem inscrição	2,50 €
1	Para além do período inicial, acresce	0,040 €/min.
11	Utilização Livre para os restantes utentes	
1	Utilização, por débito no cartão de utente	3,00 €/hora
2	Utilização avulsa, sem inscrição	4,00 €/hora

SISTEMA CERTIFICADO



Serviços de Contas Particulares,
Arquitetura Social e Albergamento,
Gestão e Actividades de Gestão
Administrativa, Recursos
Humanos, Apoio Jurídico e
Compras

M.020GR

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

12	Frequência de aulas/actividades para crianças menores de 12 anos	
1	Uma aula semanal de Natação	13,00 €/mês
2	Duas aulas semanais de Natação	21,50 €/mês
3	Adaptação ao Meio Aquático - Bebés	16,50 €/mês
13	Frequência de aulas/atividades para os restantes utentes	
1	Uma aula semanal de Natação / Hidroginástica	16,50 €/mês
2	Duas aulas semanais de Natação / Hidroginástica	27,00 €/mês
3	Uma aula semanal de Hidro-Sénior (Exclusiva a utentes com Cartão +Vida)	13,00 €/mês
4	Duas aulas semanais de Hidro-Sénior (Exclusiva a utentes com Cartão +Vida)	21,00 €/mês
14	Sala de Musculação e Cardio-Fitness:	
1	Utilização livre	30,00 €/mês
2	Duas utilizações semanais	25,00 €/mês
3	Utilização, por débito no cartão de utente	3,80 €/1,5h
15	Área de Lazer: Banho Turco e Hidromassagem:	
1	Utilização, por débito no cartão de utente	3,80 €/1,5h
16	Utilização livre com combinação de serviços:	
1	Utilização avulsa da Sala de Musculação + Área de Lazer	6,00 €/1,5h
2	Musculação/Cardio-Fitness + Área de Lazer	40,00 €/mês
3	Musculação/Cardio-Fitness + Área de Lazer + Piscina	50,00 €/mês
17	Artigos:	
1	Cartão de acesso ao CDM	2,00 €
2	Aloquete para cacifo	3,70 €
3	Touca de natação	4,00 €

SISTEMA CERTIFICADO



certificação

acreditada



Serviços de Obras Particulares,
Acção Social e Albergamento
Gestão e Administração de Cidades
Administrativas, Recursos
Humanos, Apoio Jurídico e
Compras

M.020GR



A

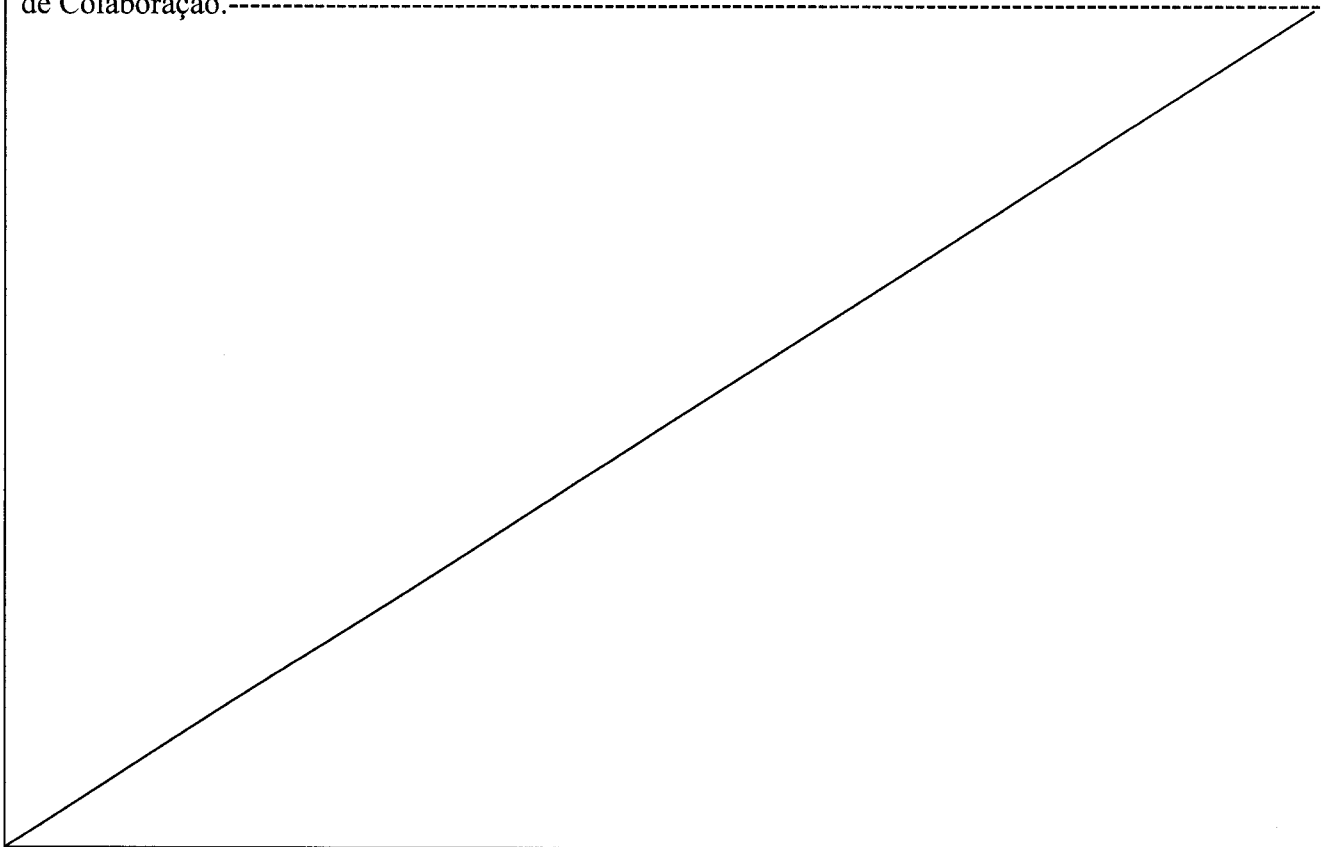
M

14. ACORDOS DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS, TENDO POR OBJETO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR PARA O ANO LETIVO 2012/2013: RATIFICAÇÃO.-----

Presentes os Acordos de colaboração celebrados entre o Município de Santo Tirso e os Agrupamentos das Escola de Santo Tirso; Agrela e Vale do Leça; Ave; S. Martinho do Campo, Escola Básica da Ponte, nos termos do despacho n.º 14460/2008, de 15 de maio, do Ministério da Educação, publicado na II série do DR, n.º 100, em 26 de maio, alterado pelo despacho n.º 8683/2011, de 16 de junho, do mesmo Ministério, publicado na II série do D.R. n.º 122, em 28 de junho.-----

Anexa-se à ata da presente reunião cópias dos aludidos Acordos de Colaboração, os quais ficam a fazer parte integrante da mesma, constituindo os anexos IV a VIII.-----

A câmara deliberou, com seis votos a favor, ratificar a celebração dos aludidos Acordos de Colaboração.-----





[Handwritten signature]

15. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE S. TOMÉ DE NEGRELOS, TENDO POR OBJETO A CONSTRUÇÃO DA CASA MORTUÁRIA DE S. TOMÉ DE NEGRELOS.-----

Presente informação da diretora do departamento administrativo, de treze de agosto findo, registada com o número oito mil duzentos e doze, que procede à análise da minuta do “Protocolo/Contrato” enviada para a câmara municipal pela Fábrica da Igreja Paroquial de S. Tomé de Negrelos, que foi registada com o número quatro mil oitocentos e sessenta e oito.-----

Na sequência dessa análise, sugere que seja aprovada minuta do contrato que se anexou à minuta da ata desta reunião e dela ficou a fazer parte integrante para todos os efeitos legais, o que constituiu o anexo II da mesma, composto por dezasseis folhas (dezanove páginas).-----

Pelo senhor presidente foram apresentadas as seguintes propostas:-----

A) Que a câmara municipal delibere aprovar a minuta do contrato anexa, que contém integrada a minuta do contrato de constituição do direito de superfície e o estudo prévio da casa mortuária e nova garagem a construir de apoio à residência paroquial;-----

B) Na eventualidade das negociações que ainda estão a ser desenvolvidas com os representantes da Fábrica da Igreja Paroquial de S. Tomé de Negrelos, implicarem a introdução de alterações àquela minuta, que a câmara municipal delegue no respetivo presidente a competência para aprovar essas alterações, desde que as mesmas não digam respeito ao objeto do acordo, não impliquem alterações significativas das despesas estimadas do município com a sua execução, nomeadamente no que se refere à construção da garagem, nem impliquem um agravamento significativo das obrigações assumidas pelo município de Santo Tirso. -----

Em qualquer caso, caso sejam introduzidas alterações à minuta de contrato agora aprovada, será dado conhecimento à câmara municipal.-----

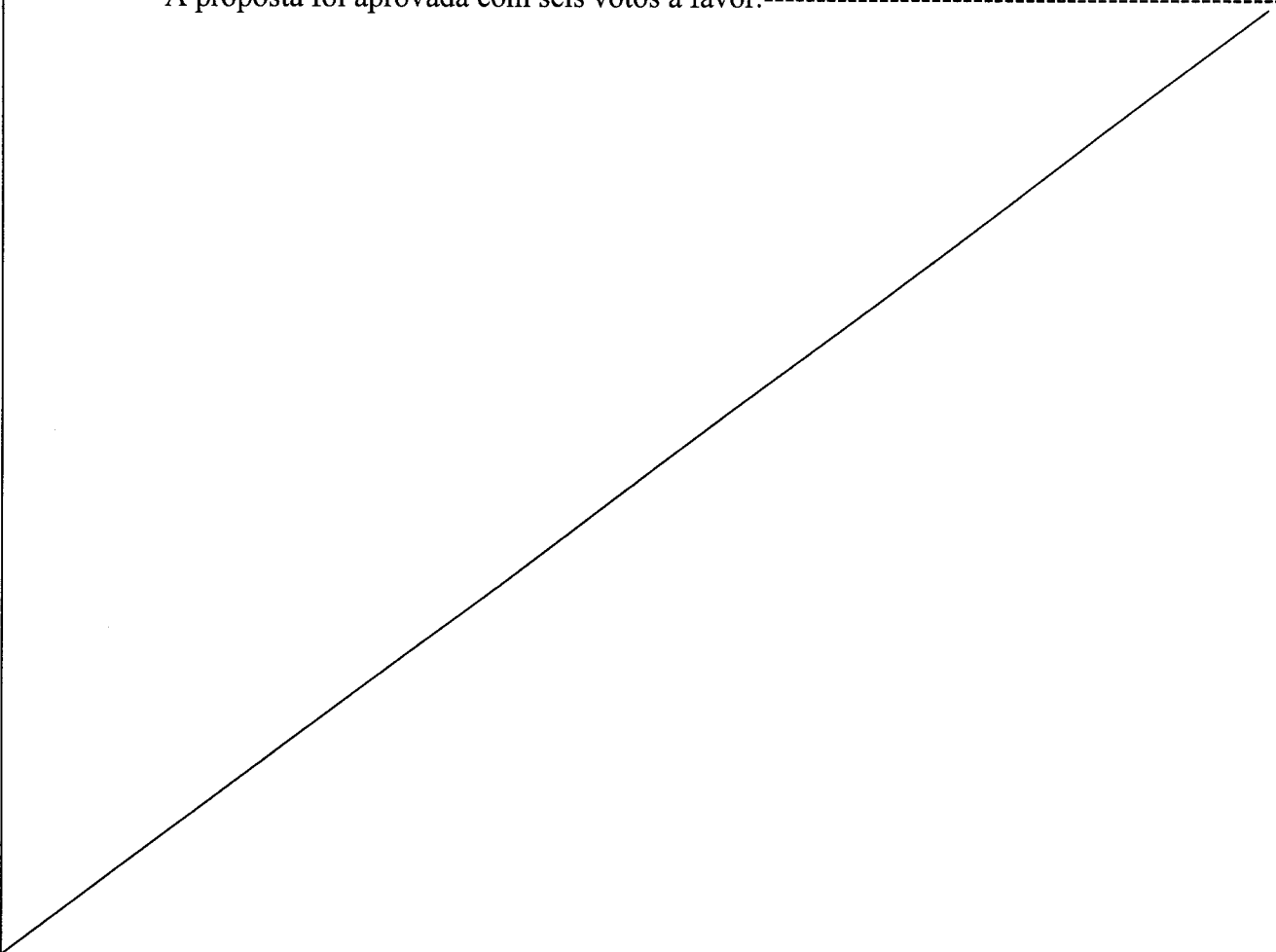
As propostas foram aprovadas com seis votos a favor.-----



16. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E O CLUBE DE PESCA DE RORIZ PARA UTILIZAÇÃO DE PARTE DE PRÉDIO URBANO DO MUNICÍPIO.-----

Presente uma minuta de Protocolo a celebrar entre o município de Santo Tirso e o Clube de Pesca de Roriz, tendo por objeto a cedência a título gratuito ao Clube de Pesca de Roriz, do direito de utilização de parte de um prédio urbano propriedade do município, sito na Rua do Calvário, freguesia de Roriz, (extinta Escola do Calvário) para efeitos de funcionamento da sede daquela instituição desportiva, nos termos da minuta de protocolo que se anexa à presente ata da reunião e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo IX da mesma, composta por sete folhas.-----

A proposta foi aprovada com seis votos a favor.-----





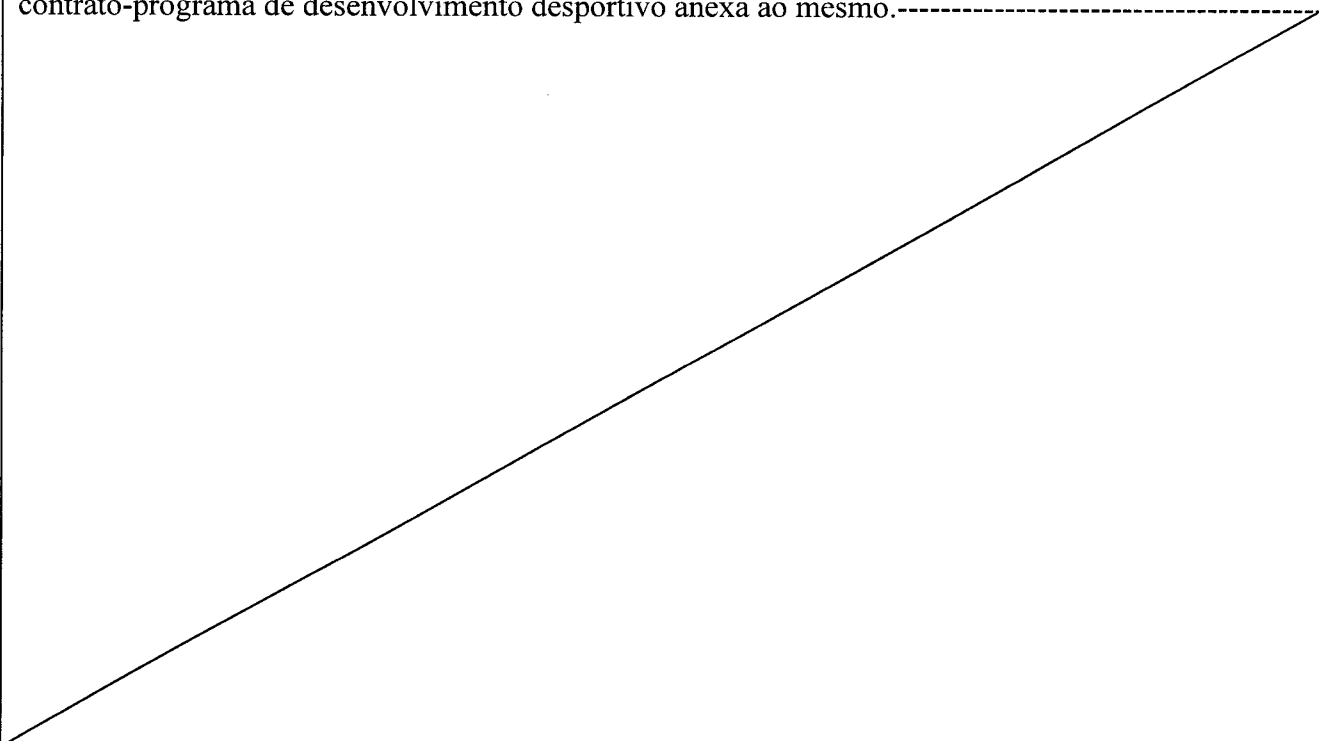
17. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM O CLUBE DESPORTIVO DAS AVES – PROJETO DE REMODELAÇÃO DO CAMPO BERNARDINO GOMES: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA DE 16/8/2012.-----

Presente o despacho do senhor presidente da câmara, de dezasseis de agosto findo, que decidiu celebrar um contrato-programa de desenvolvimento desportivo com o Clube Desportivo das Aves, tendo por objeto obras de remodelação do Campo Bernardino Gomes, na sequência do pedido apresentado pelo Clube Desportivo das Aves, por requerimento de treze de julho findo, registado com o número sete mil oitocentos e oitenta e três.-----

O respetivo contrato foi celebrado no mesmo dia dezasseis de agosto.-----

O senhor presidente submeteu o aludido despacho à ratificação da câmara municipal, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante constituindo as subseqüentes dezanove folhas.-----

A câmara deliberou, com seis votos a favor, ratificar o referido despacho e a minuta de contrato-programa de desenvolvimento desportivo anexa ao mesmo.-----



DESPACHO

93



Despacho de aprovação de contrato-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar entre o município de Santo Tirso e o Clube Desportivo das Aves – Remodelação do campo Bernardino Gomes

Por requerimento apresentado em trinta e um de julho findo, registado no Sistema de Gestão Documental com o número sete mil oitocentos e oitenta e três, o Clube Desportivo das Aves, pessoa coletiva n.º 501 169 164, veio propor, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, a celebração de um contrato-programa de desenvolvimento desportivo com o município de Santo Tirso, tendo por objeto a comparticipação do mesmo na concretização das obras de remodelação do campo Bernardino Gomes, nomeadamente o fornecimento e instalação de relva sintética para futebol de onze; fornecimento e instalação de relva sintética para futebol de cinco e a construção de novos balneários, para o que já apresentou na câmara municipal de Santo Tirso o respetivo processo de licenciamento, registado com o número 80/12-LEDI, cujo deferimento aguarda apenas a análise dos elementos em falta, apresentados por aditamento entregue na câmara municipal no dia oito do corrente mês de agosto;

De acordo com a estimativa orçamental junta ao referido processo de licenciamento de obras particulares, o custo estimado da concretização do respetivo programa de desenvolvimento desportivo ascende a 780.599,94 € (setecentos e oitenta mil quinhentos e noventa e nove euros e noventa e quatro cêntimos), com IVA incluído;

O requerente necessita de proceder ao pagamento de despesas inerentes à concretização daquele programa de desenvolvimento desportivo, nomeadamente com a elaboração do respetivo projeto e pretende dar início às obras ainda antes da próxima época desportiva;

A reunião da câmara municipal agendada para esta data não se realizou por falta de quórum;

Face ao período de férias em curso afigura-se difícil reunir extraordinariamente a câmara municipal, sendo provável que a próxima



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

94

reunião ordinária daquele órgão venha a ter lugar apenas no início do próximo mês de setembro;

Encontram-se reunidos os pressupostos legais previstos no artigo 25º do referido Decreto-Lei 273/2009, de 1 de outubro, determinantes para a celebração do referido contrato-programa, conforme se atesta pelos seguintes documentos;

- Declaração confirmativa da situação regularizada perante a Segurança Social, emitida em 6 de junho de 2012 pelo instituto da Segurança Social, I.P., válida por quatro meses;
- Certidão comprovativa da situação tributária regularizada perante o Estado, emitida pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso no dia 9 do mesmo mês de junho, válida por seis meses.

Os encargos a assumir pelo município inerentes ao aludido contrato, no montante total de 480.000,00 € (quatrocentos e oitenta mil euros), encontram-se suportados pela proposta de cabimento n.º 2564/2012, com a classificação económica 080701 do orçamento da câmara municipal, na qual tem suficiente dotação.

O compromisso inerente ao Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar está registado no sistema de contabilidade com o número 3037/2012, de três do corrente mês de agosto;

Dispõe o n.º 3 do artigo 68º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, que sempre que exijam circunstâncias excecionais e urgentes e não seja possível reunir extraordinariamente a câmara, o presidente pode praticar quaisquer atos de competência desta, ficando tais atos sujeitos a ratificação, na primeira reunião realizada após a sua prática.

Face ao exposto, decido:

- a) Aprovar, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 68º da Lei 169/99, de 18 de setembro, o contrato-programa de desenvolvimento desportivo cuja minuta se anexa ao presente despacho e dele fica a fazer parte integrante para os devidos efeitos legais;
- b) Após a assinatura do referido Contrato-Programa determino que se proceda à publicitação do mesmo nos termos do disposto nos artigos 14º e

27º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro e 91º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro;

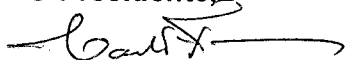
c) Remeter o presente despacho à próxima reunião da câmara municipal para ratificação;

d) Remeter cópia à Divisão de Gestão Financeira;

e) Determinar que os serviços competentes procedam ao acompanhamento da execução do programa de desenvolvimento desportivo em causa.

Santo Tirso, 16 de agosto de 2012

O Presidente,





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

96

Minuta de

CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E CLUBE DESPORTIVO DAS AVES

Outorgantes:

Primeiro: Eng.º. António Alberto de Castro Fernandes, casado, natural da freguesia de Vila das Aves, deste concelho, residente na rua S. Bento da Batalha, nº 55, freguesia e concelho de Santo Tirso, portador do cartão de cidadão nº 02873162 0ZZ8, válido até 02/08/2013, o qual outorga na qualidade de presidente da câmara municipal de Santo Tirso e em nome e representação do respetivo município, pessoa coletiva nº 501 306 870, com sede na Praça 25 de Abril, ao abrigo da competência prevista na alínea a) do nº 1 do artigo 68º da Lei 169/99, de 18 de setembro, adiante designado por Município.

Segundos: Armando Augusto da Cunha Lopes da Silva, casado, natural da freguesia e concelho de Santo Tirso, portador do bilhete de identidade nº 5915504, emitido pelos Serviços de Identificação Civil de Lisboa em 28 de maio de 2003, residente na Praça das Fontainhas, nº 7 - A, 2º Esq., 4795 - 021 Vila das Aves, do mesmo concelho, e Marco Humberto Azevedo Abreu, casado, natural da Alemanha, portador do cartão de cidadão nº 10746945 6ZZ5, válido até 09/07/2014, residente na Rua Santa Clara, nº 136, 4795 - 112, da mesma freguesia de Vila das Aves, os quais outorgam na qualidade de presidente e presidente adjunto do Clube Desportivo das Aves, respetivamente, e em representação dessa instituição, associação de utilidade pública, com sede na Rua Luís Gonzaga Mendes de Carvalho, nº 265, em Vila das Aves, pessoa coletiva nº 501 169 164, adiante designado por Clube Desportivo das Aves.

Pressupostos



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

97

Considerando as atribuições dos municípios nos domínios do desporto e tempos livres;

Considerando a competência dos órgãos municipais no apoio a atividades desportivas e recreativas de interesse municipal bem como na conservação de equipamentos desportivos e recreativos de âmbito local, prevista nos artigos 21º da Lei nº 159/99, de 14 de Setembro e 64º, nº4, alíneas a) e b) da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro;

Considerando o reconhecimento da importância que o desporto assume na sociedade moderna, como fator de saúde, bem-estar, sociabilidade e melhoria do desempenho profissional;

Considerando que compete aos municípios promover o desenvolvimento e generalização da atividade física e do desporto, enquanto instrumento essencial para a melhoria da condição física, da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos, em colaboração com associações desportivas;

Considerando que se impõe aos municípios fomentar políticas de desenvolvimento desportivo que se traduzem no apoio financeiro à construção, reparação e manutenção de equipamentos desportivos das associações desportivas bem como na aquisição de novos equipamentos de apoio à prática das diversas modalidades desportivas que as mesmas proporcionam;

Considerando que o Clube Desportivo das Aves é uma associação de utilidade pública, que tem vindo a cooperar com o Município de Santo Tirso no desenvolvimento desportivo, designadamente na criação de escolas de futebol para iniciados, juvenis e juniores, no apoio a modalidades amadoras tais como Futsal Masculino, Futsal Feminino, Pesca Desportiva, Atletismo e desenvolvimento de programas vocacionados para o desporto sénior;

Considerando o reconhecimento do interesse público concelhio associado ao desporto enquanto atividade profissional;

Considerando que o referido clube tem colocado à disposição desta autarquia e das diversas associações desportivas do concelho as suas instalações desportivas;



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

98

Considerando que o Clube Desportivo das Aves, atualmente na Divisão de Honra (Liga Orangina), pretende realizar obras de remodelação das respetivas instalações desportivas, concretamente no Campo Bernardino Gomes, que pertence ao seu património, de modo a satisfazer as exigências da liga, permitir a existência de um espaço próprio para treinos da sua equipa principal e proporcionar a prática desportiva, em melhores condições, a centenas de crianças e adolescentes do concelho;

Para o efeito já apresentou na câmara municipal de Santo Tirso o respetivo pedido de licenciamento de obras particulares (processo nº 80/12 – LEDI), que se encontra em fase de apreciação, cujo deferimento aguarda apenas a apreciação de aditamento ao processo entregue no dia 08 do corrente mês de agosto.

Entre o Município de Santo Tirso e o Clube Desportivo das Aves:

É celebrado o presente Contrato Programa de desenvolvimento Desportivo que se regerá pelo disposto no DL nº 273/2009, de 1 de Outubro, pelo disposto nos artigos 46º e 47º da Lei nº 5/2007, de 16 de Janeiro, e pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

(Objeto do contrato Programa)

1- O presente contrato - programa tem por objeto a caracterização e o regime de apoio financeiro, a prestar pelo Município, do projeto de remodelação do Campo Bernardino Gomes, que a seguir se enuncia:

- Fornecimento e instalação de relva sintética para futebol de 11;
- Fornecimento e instalação de relva sintética para futebol de 5;
- Construção de novos balneários.

2- O referido projeto de remodelação encontra-se melhor identificado na memória descritiva que se anexa ao presente contrato-programa e que dele fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo I.

Cláusula Segunda

(Custo e prazo de execução do projeto)

O custo previsto para a execução do projeto de remodelação do Campo Bernardino Gomes é 780.599,94€ (setecentos e oitenta mil, quinhentos e noventa e nove euros, e noventa e quatro centimos) com IVA incluído, e o respetivo prazo de execução é de 5 meses.

Cláusula Terceira

(Regime de pagamento)

1- Pelo presente contrato-programa, o Município compromete-se a pagar ao Clube Desportivo das Aves a quantia de 480.000,00€ (quatrocentos e oitenta mil euros), a qual só será efetuada depois da publicitação do presente contrato nas formas previstas nos artigos 91º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, e 27º do DL nº 273/2009, de 1 de outubro.

2- O pagamento da referida quantia será efetuado do seguinte modo:

- a) 100.000,00€ (Cem mil euros) durante o mês de agosto de 2012;
- b) 100.000,00€ (Cem mil euros) a pagar durante o mês de setembro de 2012;
- c) 100.000,00€ (Cem mil euros) a pagar durante o mês de outubro de 2012;
- d) 100.000,00€ (Cem mil euros) a pagar durante o mês de novembro de 2012.
- e) 80.000,00€ (Oitenta mil euros) a pagar durante o mês de dezembro de 2012.

3- O plano de pagamentos da comparticipação acima referido poderá excepcionalmente ser alterado por despacho do presidente da câmara municipal de Santo Tirso

Cláusula Quarta

(Sistema de acompanhamento e controlo da execução do contrato)

1- O acompanhamento e fiscalização da execução dos trabalhos serão efetuados pelos serviços técnicos da câmara municipal de Santo Tirso.

2- O Clube Desportivo das Aves obriga-se a apresentar ao Município todos os documentos e informações relativas à execução dos trabalhos para efeitos de fiscalização.

Cláusula Quinta

(Obrigações da Associação)

1 - Pelo presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo, a Associação assume as seguintes obrigações:

- a) Assegurar, sempre que solicitado, as condições de utilização das instalações do complexo desportivo para iniciativas camarárias no âmbito do desporto bem como outro tipo de realizações de âmbito recreativo e cultural;
- b) Afetar, exclusivamente, o apoio financeiro a que se refere o presente contrato-programa à execução do projeto identificado na cláusula primeira.

2 - Enviar ao Município um relatório final sobre a execução do presente contrato-programa.

Cláusula Sexta

(Revisão e Cessação do Contrato)

À revisão e cessação do presente contrato, aplica-se o disposto nos artigos 21º e 26º do DL nº273/2009, de 1 de Outubro.

Cláusula Sétima

(Incumprimento do contrato)

1- O incumprimento do presente contrato por parte do Clube Desportivo das Aves, confere ao Município o direito de resolver o contrato e de reaver todas as quantias pagas quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do Programa.

2- Nos demais casos, o incumprimento confere ao Município apenas o direito de reduzir proporcionalmente a sua comparticipação.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

101

Cláusula Oitava

(Período de vigência do contrato)

Sem prejuízo do disposto na cláusula terceira, o presente contrato programa tem o seu início na data da respetiva assinatura e termo na data de pagamento da verba referida na alínea e) do n.º 2 da mesma cláusula.

Cláusula Nona

(Resolução de litígios)

- 1- Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa são resolvidos por acordo entre as partes.
- 2- Na impossibilidade de acordo, são os mesmos submetidos a arbitragem.
- 3- Da decisão arbitral cabe recurso nos termos legais.


Cláusula Décima

(Regime aplicável)

Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente contrato, aplica-se o disposto no aludido DL n.º 273/2009, de 1 de Outubro.

O presente Contrato-Programa de desenvolvimento desportivo foi aprovado por despacho do presidente da câmara de 16 do corrente mês de agosto, proferido ao abrigo da competência excecional prevista no n.º 3 do artigo 68.º da Lei 169/99, de 18 de setembro, a submeter à ratificação da câmara municipal na primeira reunião que se realizar depois daquela data, e impresso em duplicado, ficando cada uma das partes com um exemplar.

Os encargos assumidos pelo município inerentes ao presente contrato serão suportados pela proposta de cabimento n.º 2564/2012 com a classificação económica 080701 do orçamento da câmara municipal, nas quais tem suficiente dotação, e o compromisso inerente ao presente contrato está registado no sistema de contabilidade com o n.º 3037/2012, de 03 do corrente mês de agosto.



O Clube Desportivo das Aves tem a situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em 06 de julho findo, válida por quatro meses a contar da data da emissão referida naquela declaração (06-06-2012).

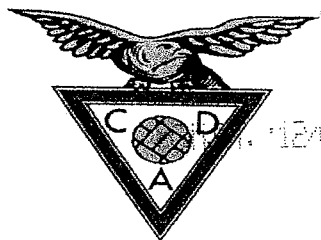
O Clube Desportivo das Aves tem a situação tributária regularizada, conforme certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso em 09 de julho findo, válida por seis meses.

Santo Tirso, _____ de agosto de 2012.

O Primeiro Outorgante,

Os Segundos Outorgantes,

O despacho do presidente da câmara municipal acima referido veio a ser ratificado pela câmara municipal em reunião de _____.



12/03/27 00:00:12

Complexo Desportivo Bernardino Gomes – Clube Desportivo das Aves

Memória Descritiva

Introdução

Prática desportiva – Ensino e Treino das competências de Vida

Hoje em dia, a probabilidade dos adolescentes se envolverem em comportamentos de risco, que afectam o bem-estar individual, é cada vez mais, surgindo assim a necessidade de intervir no sentido de os ajudar a serem bem-sucedidos durante a adolescência, juventude e, posteriormente, enquanto adultos.

As intervenções com adolescentes devem aumentar os comportamentos de promoção da saúde e, simultaneamente, diminuir comportamentos de risco, que possam comprometer a saúde.

Entre os comportamentos que comprometem a saúde encontram-se o abuso de drogas e álcool, comportamentos violentos e delinquentes, actividades sexuais prematuras e desprotegidas e abandono da escola.

De uma forma geral, afirma-se existir uma relação entre os comportamentos de risco e expectativas negativas, de facto, enquanto os jovens com expectativas positivas vêm a sua participação na sociedade como tendo recompensas a longo prazo, os adolescentes com expectativas negativas do futuro, como não se sentem valorizados pela sociedade, preocupam-se menos com o seu envolvimento em comportamentos problema. Por isso, o risco levado de consumo de álcool da adolescência para o início da idade adulta, de abuso de substâncias, de actividades sexuais desprotegidas e prematuras, é claramente maior nestes jovens.

Fazer com que os pares ou colegas mais velhos, ensinem competências de vida aos mais novos, é benéfico quer para uns quer para outros. Desta forma, aliar a prática



Complexo Desportivo Bernardino Gomes – Clube Desportivo das Aves

desportiva a esta forma de intervenção e de “passa-a-palavra” aos elementos mais novos funciona como incentivo a ambas as partes.

Em primeiro lugar, porque recorrendo aos colegas mais velhos, podem escolher-se formadores “naturais”, que servem como modelos, nomeadamente no que diz respeito ao ensino do valor da saúde e da importância de se pensar no futuro. Com efeito, estudantes bem-sucedidos no ensino e frequentando a colectividade desportiva inserida no seu meio, podem fornecer imagens concretas daquilo que os adolescentes podem vir a ser no futuro, pois nasceram na mesma vizinhança, frequentaram as mesmas escolas e confrontam-se com os mesmos problemas e obstáculos semelhantes. Se tivermos em conta que para ensinar comportamentos saudáveis aos jovens que é importante que a mensagem e o treinador sejam credíveis, então podemos perceber claramente que estes jovens estão numa posição ideal para serem professores e formadores eficazes.

Desta forma, parece-nos de extrema pertinência que a prática desportiva, inserida no meio onde os jovens residem, seja estratégia a apostar com maior afinco, por parte do Clube. Para tal, o investimento na melhoria da qualidade dos equipamentos para a prática desportiva é crucial, para que estes jovens possam crescer com estilos de vida saudáveis, servindo de exemplo para as futuras gerações, assumindo o papel de educadores e de referências positivas.



Complexo Desportivo Bernardino Gomes – Clube Desportivo das Aves

Apresentação da proposta

Para efeitos de licença administrativa a que se refere a *alínea c) do nº 2 do artº 4º do DL 555/99 de 16 de Dezembro*, apresenta-se neste momento para apreciação o Projeto de Arquitetura relativo à remodelação do Campo Pelado Bernardino Gomes para Complexo Desportivo para Relvado sintético para Futebol de 11 e de 5 e construção de Balneários de categoria II.

A referida intervenção será levada a efeito no terreno descrito na Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso com o nº 00159 da freguesia da Vila das Aves, inscrito na matriz predial urbana no artigo, com a área total de 9.985,00m², localizado na Travessa 4 de Abril de 1955, n.º 103, da freguesia de Vila das Aves, do concelho de Santo Tirso, constituindo-se como requerente Clube Desportivo das Aves, legítimo proprietário do terreno em causa.

Estratégia de Intervenção

A realização da presente intervenção arquitetónica ocupa um relevante lugar na vida do clube Desportivo das Aves, dado que vai proporcionar a prática desportiva a centenas de crianças e adolescentes do concelho. Com efeito, está em causa a construção de um espaço que permitirá usufruir de uma infra estrutura condizente com o estatuto alcançado nas últimas décadas a nível desportivo nacional.

O terreno alvo da intervenção proposta assume-se desde logo como opção antecedente fundamental para os propósitos enumerados, localizando-se num local de carácter eminentemente residencial, mas com uma centralidade que permite aos educandos uma proximidade nas deslocações entre as Escolas, sejam primárias, de ensino básico ou secundário, e o complemento da prática desportiva.



Complexo Desportivo Bernardino Gomes – Clube Desportivo das Aves

Demonstração da adequabilidade da intervenção á política de ordenamento do território contida no P. D. M: e outra regulamentação vigente

O espaço está classificado como Espaço de Equipamentos e Espaço Habitacional do tipo III de acordo com o Plano Diretor Municipal, mas com características de dimensão, geometria e envolvente construída que confirma, desde logo, a opção em causa.

O tipo de ocupação projetada adaptou o edifício à morfologia do terreno.

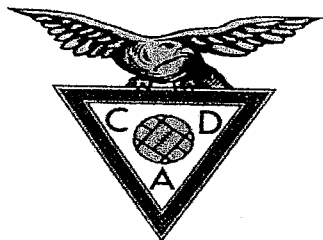
A solução proposta para o especto estético da obra e seus volumes foi de encontro à vontade e necessidade da prática de futebol e ao seu enquadramento urbano.

São cumpridas, no presente processo de construção, todas as normas contidas nos regulamentos e normas em vigor para os alinhamentos, cêrcea e áreas, volumes e profundidade da construção.

O índice de impermeabilização do solo está muito abaixo do definido pelo PDM.

São ainda cumpridas todas as normas contidas no Regulamento Geral das Edificações Urbanas nomeadamente no que se refere à execução das paredes, compartimentação e disposição interior, instalações sanitárias e esgotos, abastecimento de água e ventilação dos compartimentos, à evacuação de fumos e de gases de combustão.

As características da obra, nomeadamente a volumetria, áreas de construção, etc., serão apresentadas na ficha resumo apresentada em anexo.



Descrição genérica da proposta - Execução

Sobre o ponto de vista da organização espacial, a proposta pode ser estruturalmente dividida nas seguintes partes:

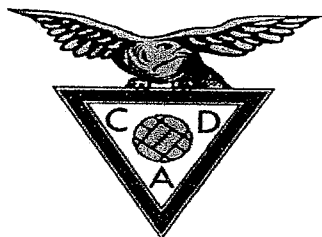
- Demolição de edifícios existentes
- Movimento de terras para implantação dos terrenos de Jogos e drenagem de águas pluviais
- Execução de sistema de rega
- Aplicação de base estabilizadora e relva sintética
- Deslocação dos postes de iluminação
- Execução de Balneários
- Revestimentos e Arranjos exteriores e muro de vedação
- Execução de rede perimetral

Demolição de edifícios existentes

De modo a permitir a implantação do retângulo de jogo com as dimensões regulamentares, é necessário proceder á demolição de todas as edificações existentes. As mesmas não estão licenciadas, foram construídas ao longo dos últimos 50 anos, de acordo com as necessidades específicas da prática de futebol.

Movimento de terras para implantação dos terrenos de Jogos e drenagem de águas pluviais

Após as demolições será nivelado o terreno na cota existente. Depois de regularizado, nivelado e compactado será aplicada uma camada de brita fina para criação de pendentes a duas águas, com inclinação de aproximadamente 0,5%. Serão executados drenos em brita em “espinha” e no sentido do escoamento das águas pluviais já existentes em brita, assim como um dreno perimetral com diâmetro de 160mm. O sistema de altimetria a laser permitirá uma correta execução das cotas com as inclinações necessárias.



Complexo Desportivo Bernardino Gomes – Clube Desportivo das Aves

Este sistema não aumentará o índice de impermeabilização do terreno já que a base estabilizadora e os rolos de relva são permeáveis.

Execução de sistema de rega

O sistema de rega terá canhões escamoteáveis de longo alcance tipo Pop Up SportGun, dimensionando-se o sistema em funções das dimensões dos campos e do alcance dos canhões, de médio e longo alcance.

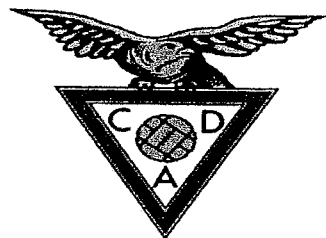
Aplicação de base estabilizadora e relva sintética

Após a conclusão da base, executa-se a aplicação da base estabilizadora em compostos de polietileno, embebido em manta geotêxtil, colocados no sentido do comprimento do campo, ao contrário dos rolos de relva. Este material permite o escoamento da água da relva por drenagem vertical e na horizontal para as laterais do campo, ao mesmo tempo que permite a sua distribuição para a malha de drenos dispostos em “espinha” nos campos.

Serão colocados rolos de relva sintética de última geração, com enchimento de areia e granulado de borracha, no sentido da largura do campo. Segue em anexo folheto explicativo da composição. Os rolos serão unidos através de processo mecânico de cosedura. As marcações serão da mesma fibra da relva sintética e conceção do tapete e serão aplicadas por processo de colagem, utilizando uma banda em poliéster sobre a qual se aplica uma cola de poliuretano bi-componente resistente á água, seguindo as regras e medidas da modalidade e em cor regulamentar.

Deslocação dos postes de iluminação

Os postes de iluminação serão deslocados de forma a permitir uma correta iluminação dos campos.



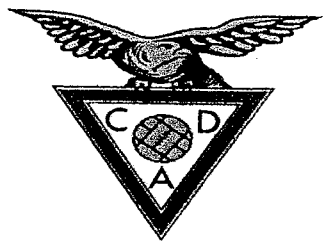
Complexo Desportivo Bernardino Gomes – Clube Desportivo das Aves

Execução dos Balneários

1. Movimentações de terras para a adaptação do terreno ao previsto no projeto de arquitetura e abertura de caboucos.
2. Execução de fundações em betão armado, com viga cinta de betão de acordo com os cálculos da estrutura de betão armado e pré-esforçado a apresentar oportunamente.
3. Paredes de elevação exteriores em alvenaria de bloco aligeirado de termoargila de 25cm revestido a argamassa de cimento.
4. Serão colocadas lajes de cobertura em elementos pré-esforçados de tipo homologado.
5. Esta obra terá a cobertura plana, com as características de isolamento indicadas nos desenhos que se juntam.
6. Toda a madeira a aplicar no interior desta obra será em tola envernizada. Toda a obra em madeira será para envernizar c/ verniz incolor após a prévia aplicação de tapa-poros igualmente incolor.
7. A caixilharia exterior desta obra será em alumínio anodizado à cor natural.
8. A rede de abastecimento de água será feita a partir da rede pública de abastecimento. A rede de abastecimento de água obedecerá ao projeto específico apresentado para esta especialidade. A rede de água fria e a de água quente será executada em tubagem PPR. Serão colocados passadores no início de cada ramal de distribuição de água quente e fria para a unidade sanitária. A rede de água quente será executada a partir de painéis solares e termoacumuladores a instalar na área técnica.
9. A rede de drenagem de águas residuais será executada de acordo com o projeto específico, estando previsto que o destino final dos efluentes seja uma estação elevatória que permitirá bombear as águas residuais para a rede pública existente.
10. As louças a aplicar serão da série Europa da Valadares. Os autoclismos serão em material cerâmico e constituirão peças únicas com a sanita.
11. É previsto o seguinte revestimento de pavimentos:
 - a. Balneários em mosaico cerâmico.
 - b. Exterior em betonilha.

Revestimentos e Arranjos exteriores e muro de vedação

Regularização, Realização e Revestimento de passeios, muros das zonas circundantes e acessos aos Balneários, assim como a zona de estacionamento. A mesma será necessária para acesso e estacionamento dos intervenientes no Jogo, concretamente atletas, treinadores, delegados, árbitros e agentes da autoridade.



110

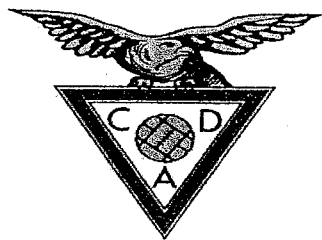
Complexo Desportivo Bernardino Gomes – Clube Desportivo das Aves

Execução de rede perimetral

Será colocada rede perimetral em tolde vermelho de vinil recortado para colocação de publicidade até 2,00m de altura de modo a servir de vedação opaca e rede de topo em malha de nylon verde 100x100mm esticada dos 2,00m até 8,00m de altura, suportadas por estrutura metálica constituída por postes de ferro galvanizado e tratamento anticorrosivo.

Vila das Aves, Dezembro de 2011

O técnico responsável



Complexo Desportivo Bernardino Gomes – Clube Desportivo das Aves

Estimativa Orçamental

Refere-se a presente Estimativa Orçamental ao custo da obra de remodelação do Campo Pelado Bernardino Gomes para Complexo Desportivo para Relvado sintético para Futebol de 11 e de 5 e construção de Balneários de categoria II, localizada na Travessa 4 de Abril de 1955, n.º 103, freguesia de Vila das Aves, concelho de Santo Tirso.

- Demolição de edifícios existentes
- Movimento de terras e drenagem de águas pluviais
- Aplicação de relva sintética
- Execução de sistema de rega
- Deslocação dos postes de iluminação
- Execução de Balneários
- Revestimentos e Arranjos exteriores e muro de vedação
- Execução de rede perimetral

Total: 750.000,00€

Prevê-se um custo global de **750.000,00€** (SETECENTOS E CINQUENTA MIL EUROS).

Vila das Aves, Dezembro de 2011

O técnico responsável



X

18. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A ADMINISTRAÇÃO DO CONDOMÍNIO DO EMPREENDIMENTO DENOMINADO “RESIDÊNCIAS DO OUTEIRO”, SITO NA RUA DA ALEGRIA, S. CRISTINA DO COUTO, PARA MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES DO DOMÍNIO PÚBLICO.-----

Presente o processo de obras particulares número 10/07, no qual é requerente a sociedade Vilaminho – Inovação Imobiliária, S.A., respeitante à construção de habitação unifamiliar em banda, no lugar do Outeiro, freguesia de Santa Cristina do Couto, do qual consta informação dos Serviços Urbanos, de dezassete de julho último, a propor a celebração de um protocolo para a gestão e manutenção dos espaços verdes cedidos ao domínio público no âmbito da referida operação urbanística, que se localizam na rua da Alegria, da dita freguesia de Santa Cristina do Couto, a celebrar com a Administração do Condomínio do prédio sito na Rua da Alegria, Lote 44, n.º 23, nos termos que consta, da minuta do Protocolo junta àquele processo, e da qual se anexa cópia à presente ata da reunião e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo X da mesma, composto por cinco folhas.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse celebrar o aludido protocolo de colaboração, nos precisos termos da referida minuta.-----

A proposta foi aprovada com seis votos a favor.-----



[Handwritten signature]

**19. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIOS DE MÉRITO ESCOLAR
2011/2012.**-----

Pelo senhor presidente da câmara foi apresentada a seguinte proposta:-----

Em conformidade com o regulamento aprovado por deliberação camarária de três de dezembro de mil novecentos e noventa e dois, homologada pela assembleia municipal por deliberação de trinta de dezembro do mesmo ano, e alterado por deliberação do mesmo órgão de vinte e sete de setembro de dois mil e quatro, e ainda de acordo com as indicações fornecidas pelas escolas do concelho, conforme informação da divisão de educação de vinte e um de agosto findo, registada com o número oito mil quatrocentos e vinte e quatro.-----

Proponho a atribuição dos Prémios de Mérito Escolar, para o ano letivo de 2011/2012, aos alunos abaixo identificados, no valor total de 10.100,00 € (dez mil e cem euros) sendo de 150 € (cento e cinquenta euros), para cada um dos alunos do 6º ano de escolaridade; 250 € (duzentos e cinquenta euros), para cada um dos alunos do 9º ano de escolaridade; 300 € (trezentos euros), para cada um dos alunos do 10º ano de escolaridade; 350 € (trezentos e cinquenta euros), para cada um dos alunos do 11º ano de escolaridade, e 400 € (quatrocentos euros), para cada um dos alunos do 12º ano de escolaridade.-----

6º Ano de Escolaridade:

- **Miguel Pinto Charro** – Colégio de Lourdes
- **Beatriz Pinheiro Almeida** – Colégio Santa Teresa de Jesus
- **Ana Francisca Gonçalves de Castro** – E.B. 2/3 de S. Rosendo
- **Magda Maria Ferreira Soares** - E.B. I S. Martinho do Campo
- **Henrique José Ferreira Fontes** - E.B. 2/3 de Vila das Aves
- **Vitor Silva Oliveira** – E.B. 2/3 de Agrela
- **Íris Soraia Ferreira Monteiro Figueiredo da Costa** – Instituto Nun'Alvres

9º Ano de Escolaridade:



- **Maria João Neto de Almeida** – Colégio de Lourdes
 - **Maria João Dinis Marques Silva** – Colégio Santa Teresa de Jesus
 - **Diana Raquel Pacheco Carvalho** – E.B. 2/3 de S. Rosendo
 - **Catarina Manuela Gonçalves da Costa** – E.B.I. de S. Martinho do Campo
 - **Francisca Fontes Fernandes** – E.B. 2/3 de Vila das Aves
 - **Nuno Filipe Vaz Rosário** - E.B. 2/3 de Agrela
 - **Ana Isabel do Vale Fernandes** – Instituto Nun' Alvres
 - **Adriana Torres Nunes** - Escola Secundária Tomaz Pelayo
 - **Jorge Gonçalves Azevedo** – Escola Secundária D. Dinis
 - **Rute Sofia Oliveira Faria** – Escola Profissional Agrícola Conde S. Bento
 - **Roberto Manuel Teixeira Santos Costa** – Escola Profissional de Serviço Cidenai
- 10º Ano de Escolaridade**
- **Joana Maria Peixoto Ferreira** – Instituto Nun' Alvres
 - **André Manuel Rodrigues Ferreira** - Escola Secundária Tomaz Pelayo
 - **Érica Bluemel Portocarrero** – Escola Secundária D. Dinis
 - **Vânia Filipa Franco Ferreira** – Escola Secundária D. Afonso Henriques
 - **Fátima de Jesus da Silva Monteiro** - Escola Profissional Agrícola Conde S. Bento
 - **Cátia Andreia de Araújo Martins** - Escola Profissional de Serviço Cidenai
- 11º Ano de Escolaridade**
- **Luisa Ribeiro Machado** – Instituto Nun' Alvres
 - **José Diogo Marques da Silva Godinho** - Escola Secundária Tomaz Pelayo
 - **Joana Maria Cardoso Fernandes** – Escola Secundária D. Dinis
 - **Angela Margarida Martins de Castro** – Escola Secundária D. Afonso Henriques
 - **Ana Rita Magalhães Ferreira** - Escola Profissional Agrícola Conde S. Bento
 - **Afonso Miguel Rosa Faria** - Escola Profissional de Serviço Cidenai



[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

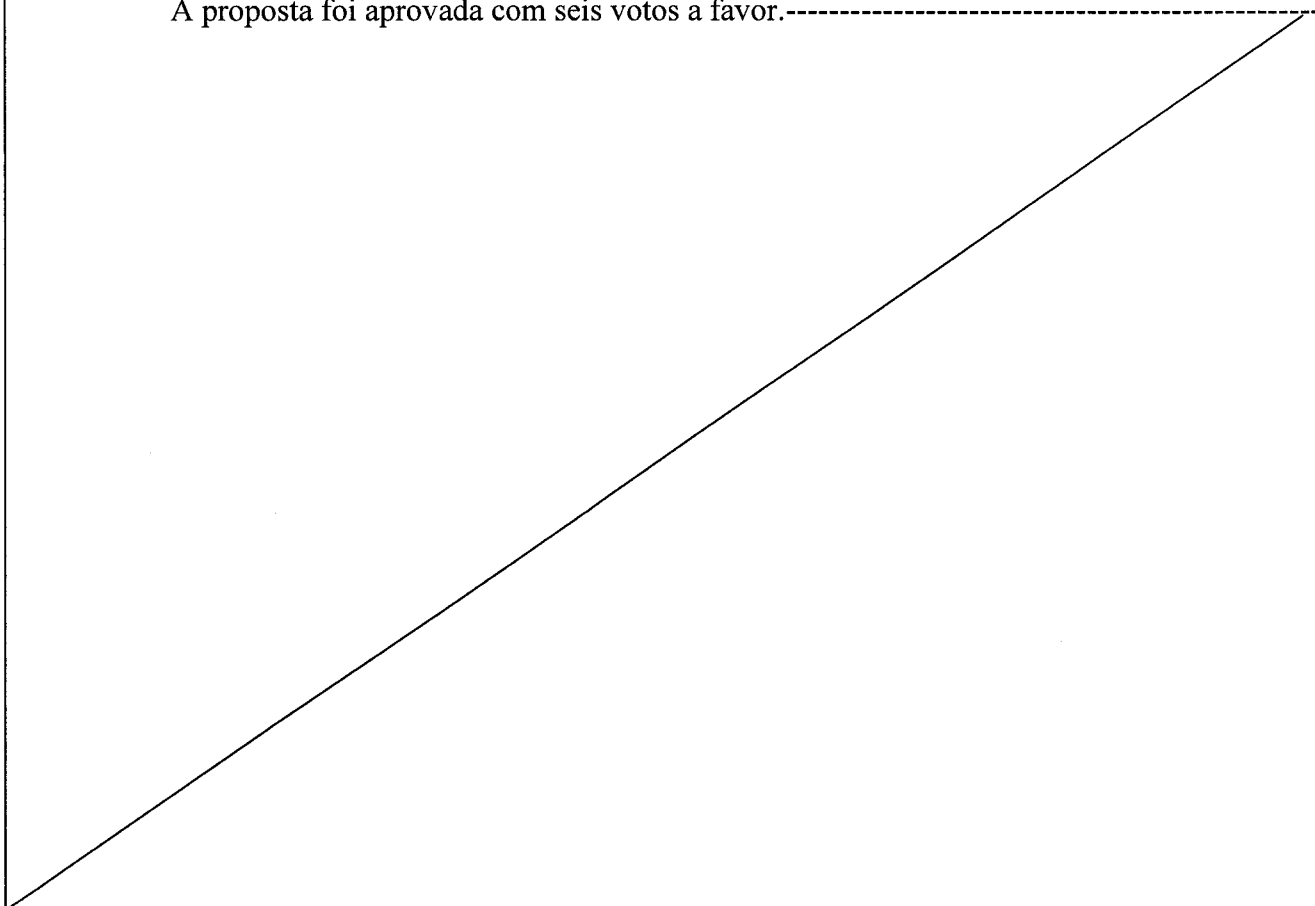
12º Ano de Escolaridade

- **Maria Inês Barbosa da Costa** – Instituto Nun'Alvres
- **Helena Raquel Garcez Martins** - Escola Secundária Tomaz Pelayo
- **Catarina do Vale Gonçalves** – Escola Secundária D. Dinis
- **Daniel Leal Moreira Machado** – Escola Secundária D. Afonso Henriques
- **Carina Raquel Gomes Ferreira** - Escola Profissional Agrícola Conde S. Bento
- **Maria da Conceição Rodrigues de Oliveira** - Escola Profissional de Serviço Cidenai

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040802, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 2714/2012.-----

Os compromissos inerentes à presente deliberação estão registados no Sistema de Contabilidade com os números 3206 a 3241, todos de trinta de agosto findo.-----

A proposta foi aprovada com seis votos a favor.-----





20. OUTROS SUBSÍDIOS.-----

A) À JUNTA DE FREGUESIA DE LAMELAS – Pavimentação e drenagem de águas pluviais na rua da Portelada.-----

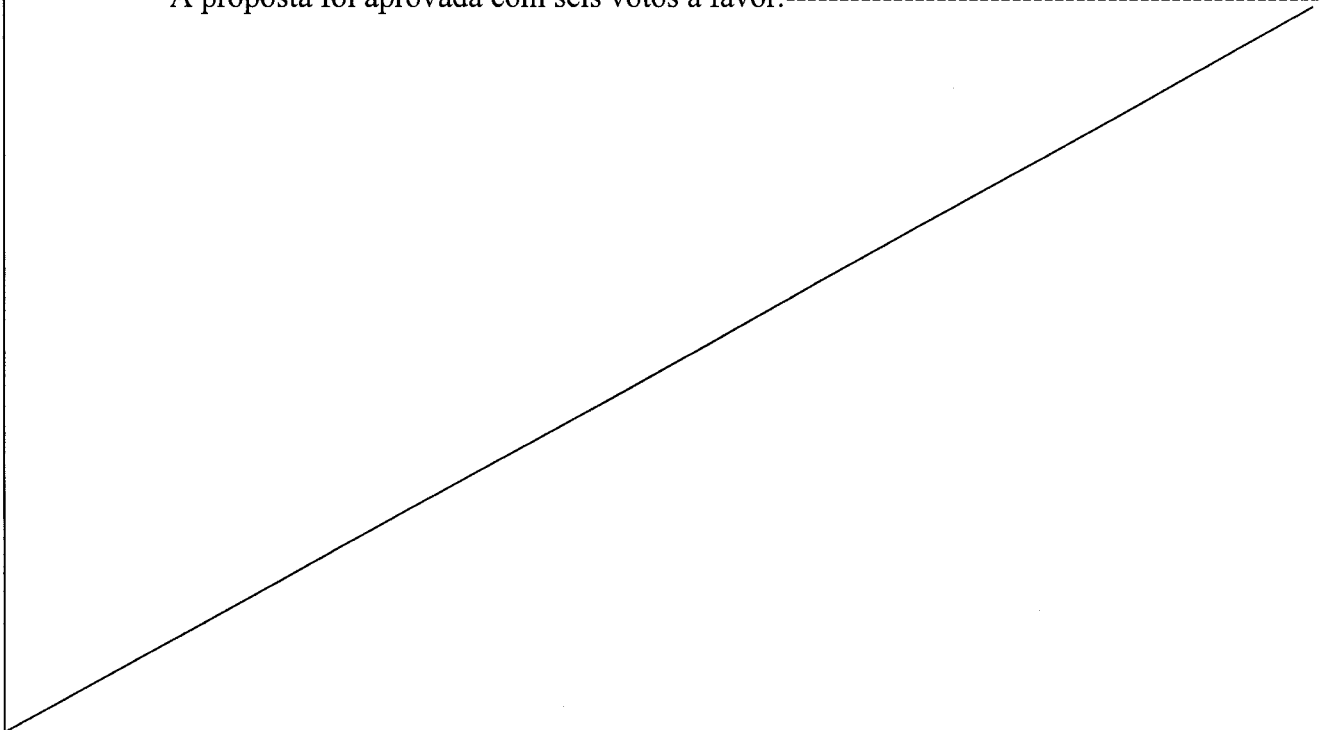
Presente ofício de dois de janeiro último, da junta de freguesia de Lamelas, registado com o número sessenta e sete, a solicitar a atribuição de um subsídio no montante de 14.325,00 € (catorze mil trezentos e vinte e cinco euros) para ajudar a custear as despesas com a obra acima referida.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse atribuir à junta de freguesia de Lamelas um subsídio no montante de 14.325,00 € (catorze mil trezentos e vinte e cinco euros) para ajudar a custear as despesas com a referida obra, a executar com acompanhamento e fiscalização dos serviços técnicos da câmara e a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 08050102, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 2836/2012.-----

O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade com o número 3353/2012, de onze do corrente mês de setembro.-----

A proposta foi aprovada com seis votos a favor.-----





20. B) À ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA DE LAMELAS:
Acabamento das obras no Parque Desportivo.-----

Presente ofício de trinta de julho último, da Associação Cultural e Desportiva de Lamelas, registado com o número sete mil setecentos e oitenta e um, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com o acabamento das obras que estão a levar a efeito no Parque Desportivo de Lamelas, património da identificada associação.-----

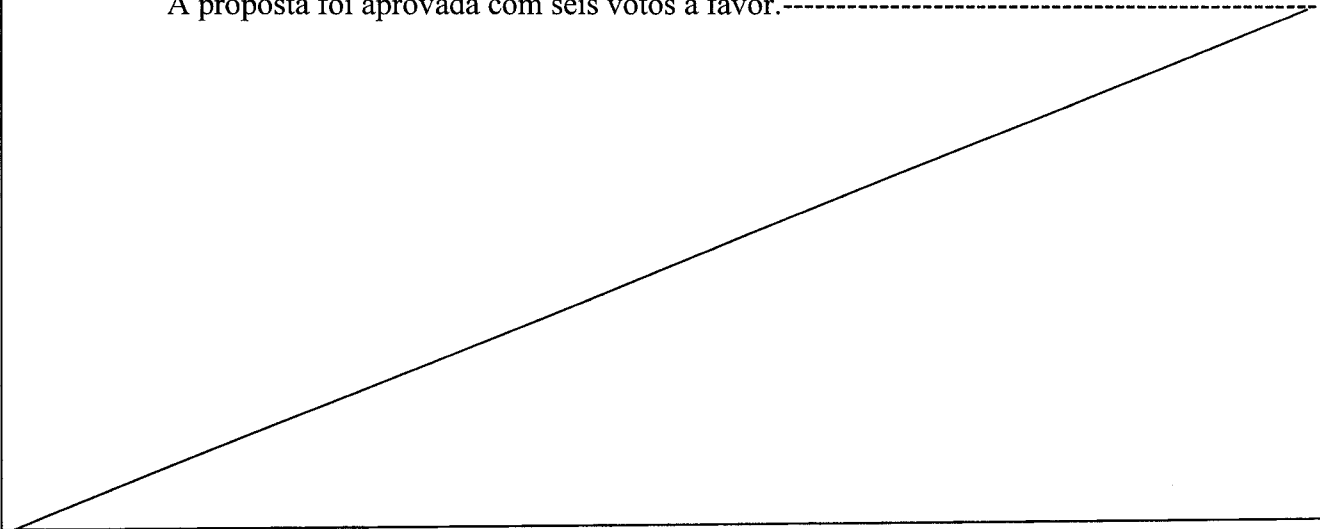
A Divisão de Edifícios informa (informação II_0778/2012, de dezoito de julho) quais os trabalhos que a associação se propõe realizar, necessários para solucionar problemas existentes nas instalações desportivas daquela associação, cuja estimativa orçamental é de 13.297,17 € (treze mil duzentos e noventa e sete euros e dezassete cêntimos), com IVA incluído.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse atribuir à Associação Cultural e Desportiva de Lamelas, um subsídio no montante de 13.297,17 € (treze mil duzentos e noventa e sete euros e dezassete cêntimos), para ajudar a custear as despesas com a referidas obras, cujo pagamento será efetuado à medida da execução dos trabalhos.-----

A respetiva despesa é suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 080701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 2613/2012.-----

O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade com o n.º 3107/2012, de dez de agosto findo.-----

A proposta foi aprovada com seis votos a favor.-----





20. C) PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS PARA FESTAS E ROMARIAS.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

Ao longo do ano são diversos os eventos de cariz popular e religioso que se realizam por todo o concelho;-----

As diversas festas em honra dos santos populares e/ou padroeiros das diversas freguesias do concelho são também eventos culturais, que conquistam a simpatia e admiração quer dos residentes, quer de pessoas de fora do concelho, que se deslocam ao concelho por ocasião dessas manifestações religiosas/culturais;-----

Assim, considerando que as festas e as romarias são uma tradição cultural que merece ser apoiada;-----

Considerando que a sua realização só é possível devido ao trabalho voluntarioso de comissões que especialmente se constituem para esse efeito;-----

Considerando a competência da câmara municipal prevista na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei 169/99, de 18 de setembro, proponho a atribuição dos subsídios a seguir referidos, em resposta aos pedidos das respetivas comissões de festas:-----

- Comissão de Festas de Nossa Senhora de Negrelos – Roriz-----

-----150,00 € (cento e cinquenta euros)

Esta comissão é representada por Rui Daniel Costa Silva e Luis Sidónio Ribeiro, conforme ofício registado na câmara municipal com o número dez mil duzentos e oitenta e oito/ dois mil e onze.-----

- Comissão de Festas de Nossa Senhora do Rosário – Palmeira-----

-----200,00 € (duzentos euros)

Esta comissão é representada por António Pereira Correia, conforme ofício registado na câmara municipal com o número dois mil quinhentos e vinte e quatro/dois mil e doze-----



[Handwritten signature]

- Comissão de Festas de Nossa Senhora da Guia – Agrela-----

-----225,00 € (duzentos e vinte e cinco euros)

Esta comissão é representada por Maria Albina Alves Carneiro Rodrigues, conforme ofício registado na câmara municipal com o número seis mil cento e noventa e seis / dois mil e doze.

- Comissão de Festas de Nossa Senhora das Dores - Reguenga-----

-----575,00 € (quinhentos e setenta e cinco euros)

Esta comissão é representada por Marco Miguel Leça Santos e Carlos Sérgio Rios Coelho, conforme ofício registado na câmara municipal com o número seis mil quinhentos e trinta/dois mil e doze-----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme propostas de cabimento números 2829, 2831, 2832 e 2833, respetivamente, todas de dois mil e doze.-----

Os compromissos assumidos com a presente deliberação estão registados no sistema de contabilidade com os números 3354/2012, 3355/2012, 3356/2012 e 3357/2012, todos de onze do corrente mês de setembro, respetivamente.-----

A presente proposta de atribuição de subsídios às comissões de festas atrás identificadas foi aprovada com seis votos a favor.-----

[Large diagonal line across the bottom of the page]



20. D) À CASA DO POVO RIO VIZELA – FESTA DAS VINDIMAS-----

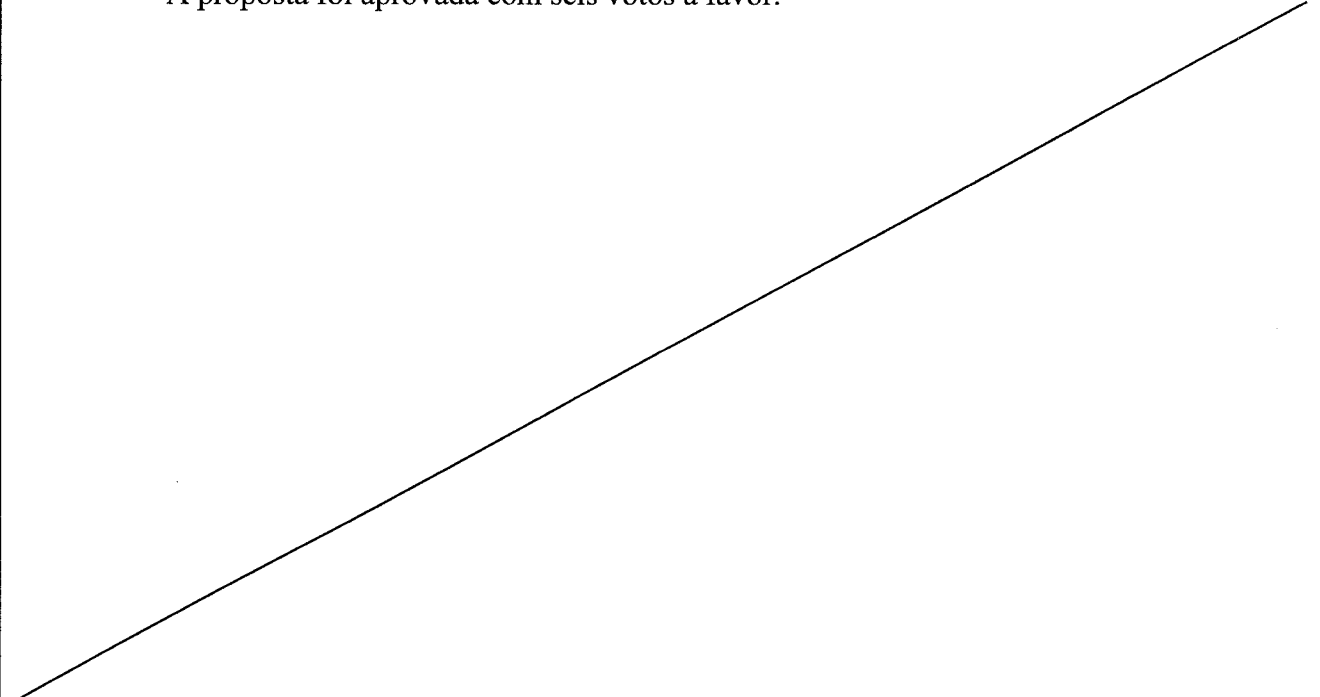
Presente ofício de seis de agosto findo, da Casa do Povo Rio Vizela, registado com o número oito mil e sessenta, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a realização das Festas das Vindimas, que decorrem nos dias oito, nove, quinze e dezasseis do corrente mês de setembro.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, atribuir à Casa do Povo Rio Vizela um subsídio no montante de 400 € (quatrocentos euros) para ajudar a custear as despesas com a realização das Festas das Vindimas.-----

A despesa inerente à atribuição deste subsídio será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 04050102, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 2834/2012.-----

O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade com o número 3358/2012, de onze do corrente mês de setembro.-----

A proposta foi aprovada com seis votos a favor.-----





20. E) AO MONTE CÓRDOVA FUTEBOL CLUBE: REALIZAÇÃO DE OBRAS NAS INSTALAÇÕES DESPORTIVAS – BENEFICIAÇÃO DA COBERTURA DA RESPETIVA SEDE.-----

Presente ofício do Monte Córdova Futebol Clube, registado com o número oito mil quatrocentos e vinte/dois mil e doze, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com obras realizadas nas suas instalações desportivas, sita no lugar de Espinheiros, freguesia de Monte Córdova cujo custo ascendem a 45.000,00 € (quarenta e cinco mil euros) e a comunicar a necessidade de executarem outras obras urgentes, nomeadamente a beneficiação da cobertura da sede daquela instituição desportiva.-----

A Divisão de Edifícios junta mapa de trabalhos necessários à execução de obras de beneficiação da cobertura da sede do Monte Córdova Futebol Clube, cuja estimativa orçamental é de 9.087,38 € (nove mil e oitenta e sete euros e trinta e oito cêntimos), com IVA incluído.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse atribuir ao Monte Córdova Futebol Clube um subsídio no montante de 7.000,00 € (sete mil euros), para ajudar a custear as despesas com as obras realizadas nas suas instalações desportivas, nomeadamente com a beneficiação da cobertura da sua sede, a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 2835/2012.-----

O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade com o n.º 3359/2012, de doze do corrente mês de setembro.-----

A proposta foi aprovada com seis votos a favor.-----



A

Handwritten signature or initials.

20. F) JUNTA DE FREGUESIA DE BURGÃES – PINTURA DO INTERIOR DO EDIFÍCIO ESCOLAR DA RAMADA.-----

Presente ofício de vinte e cinco de julho último, da junta de freguesia de Burgães, registado com o número sete mil seiscientos e vinte e seis, a solicitar a atribuição de um subsídio no montante de 3.000,00 € (três mil euros) para custear as despesas com os trabalhos de pinturas interiores no edifício escolar da Ramada.-----

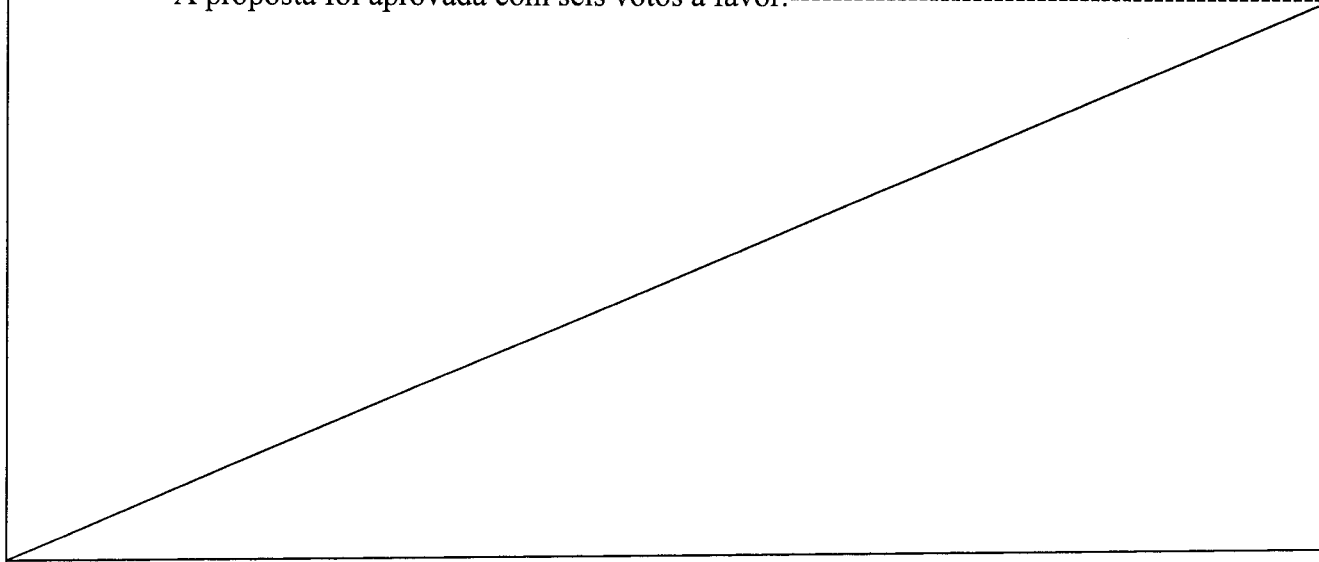
A Divisão de Edifícios informa que os trabalhos estão concluídos e em condições aceitáveis. Mais informa que, face à natureza e volume dos trabalhos executados, o montante do subsídio solicitado pela junta de freguesia de Burgães está de acordo com os preços correntes praticados no mercado.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse atribuir à junta de freguesia de Burgães um subsídio no montante de 3.000,00 € (três mil euros).-----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 08050102, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 2828/2012.-----

O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade com o n.º 3349/2012, de onze do corrente mês de setembro.-----

A proposta foi aprovada com seis votos a favor.-----





**21. PARECERES PRÉVIOS DE CÂMARA MUNICIPAL RELATIVOS À
CELEBRAÇÃO OU RENOVAÇÃO DE CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS -
RENOVAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TENDO POR OBJETO A
LIMPEZA DO PAVILHÃO MUNICIPAL DE SANTO TIRSO.-----**

Presente informação da Divisão de Desporto, de cinco do corrente mês de setembro, registada com o número oito mil novecentos e cinquenta, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.---

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, em cumprimento do disposto no n.º 8 do artigo 26º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para dois mil e doze, face ao teor da aludida informação técnica, e tendo em conta a verificação de todos os requisitos previstos no n.º 5 do referido artigo 26º, deliberasse dar parecer favorável à renovação do contrato referido naquela informação técnica, (procedimento número 1519/2010 da Secção de Aprovisionamento e Gestão de Stocks), com o objeto acima mencionado, cuja despesa global é de 13.320,00 € (treze mil trezentos e vinte euros), pagável em prestações mensais de 2.220,00 € (dois mil duzentos e vinte euros).-----

Considerando a redução remuneratória legalmente prevista, o valor do contrato, pelo período de seis meses, passou a ser de 12.688,80 € (doze mil seiscentos e oitenta e oito euros e oitenta centimos), mais IVA, pagável em prestações mensais de 2.114,00 € (dois mil cento e catorze euros), a partir de quinze de fevereiro último, conforme consta da deliberação da câmara municipal de dezoito de abril último (item 21.F da respetiva ata).-----

O contrato foi celebrado com a sociedade Servielectricidade & Afins Lda, pessoa coletiva número 508 513 677, com o prazo de execução de seis meses, com início em quinze de fevereiro de dois mil e onze, automaticamente renovável por períodos iguais e sucessivos até ao limite de três anos.-----

As despesas com a renovação do referido contrato de prestação de serviços serão



[Handwritten signature]

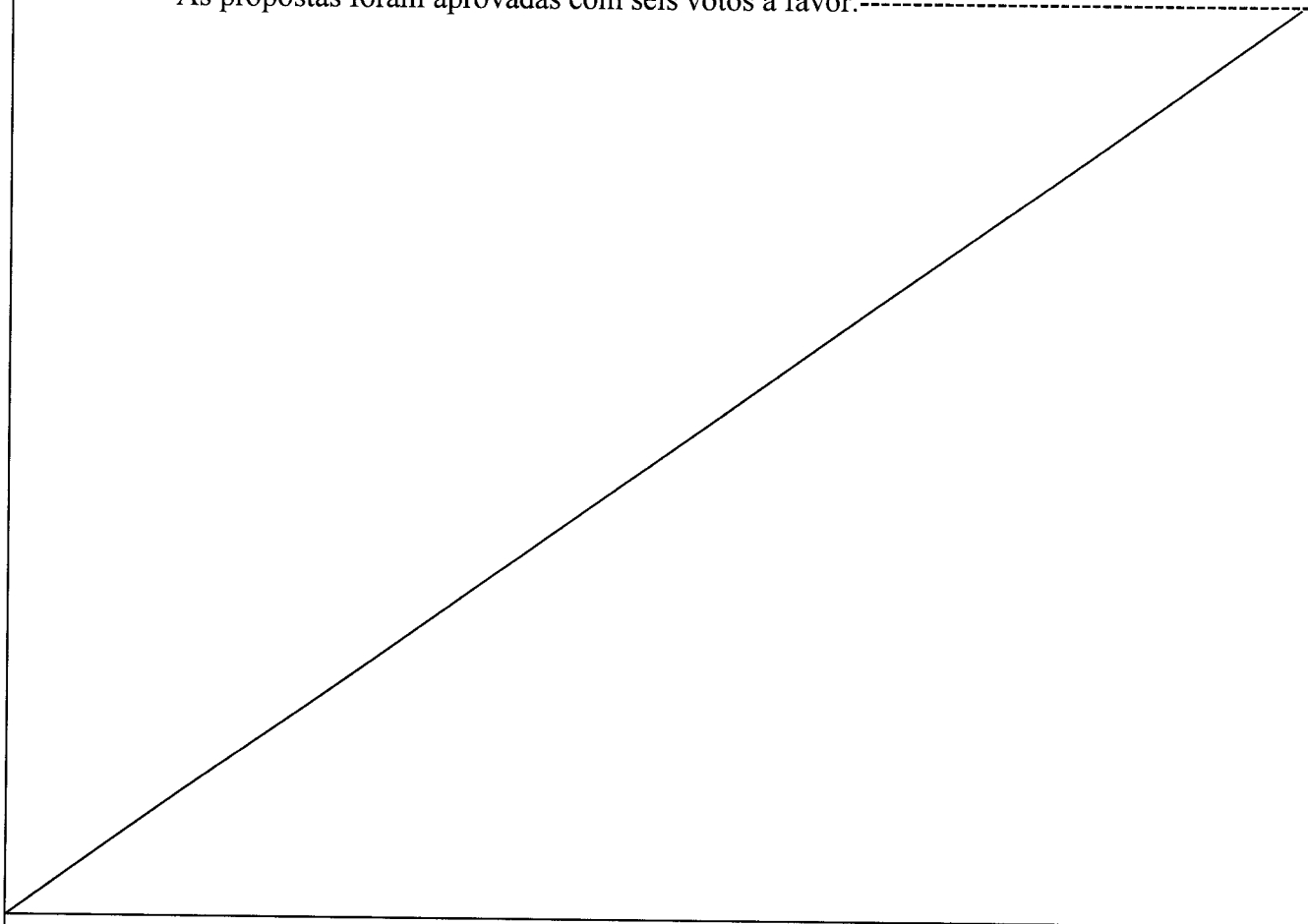
suportadas pela rubrica orçamental com a classificação económica 020202, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental número 2687/2012, de vinte e oito de agosto findo.-----

O compromisso inerente à renovação do contrato em causa está registado no sistema de contabilidade com o número 3362/2012, desta data.-----

O senhor presidente propôs ainda que a presente deliberação produza efeitos retroativos a quinze de agosto findo, data em que operou a renovação automática do contrato.-----

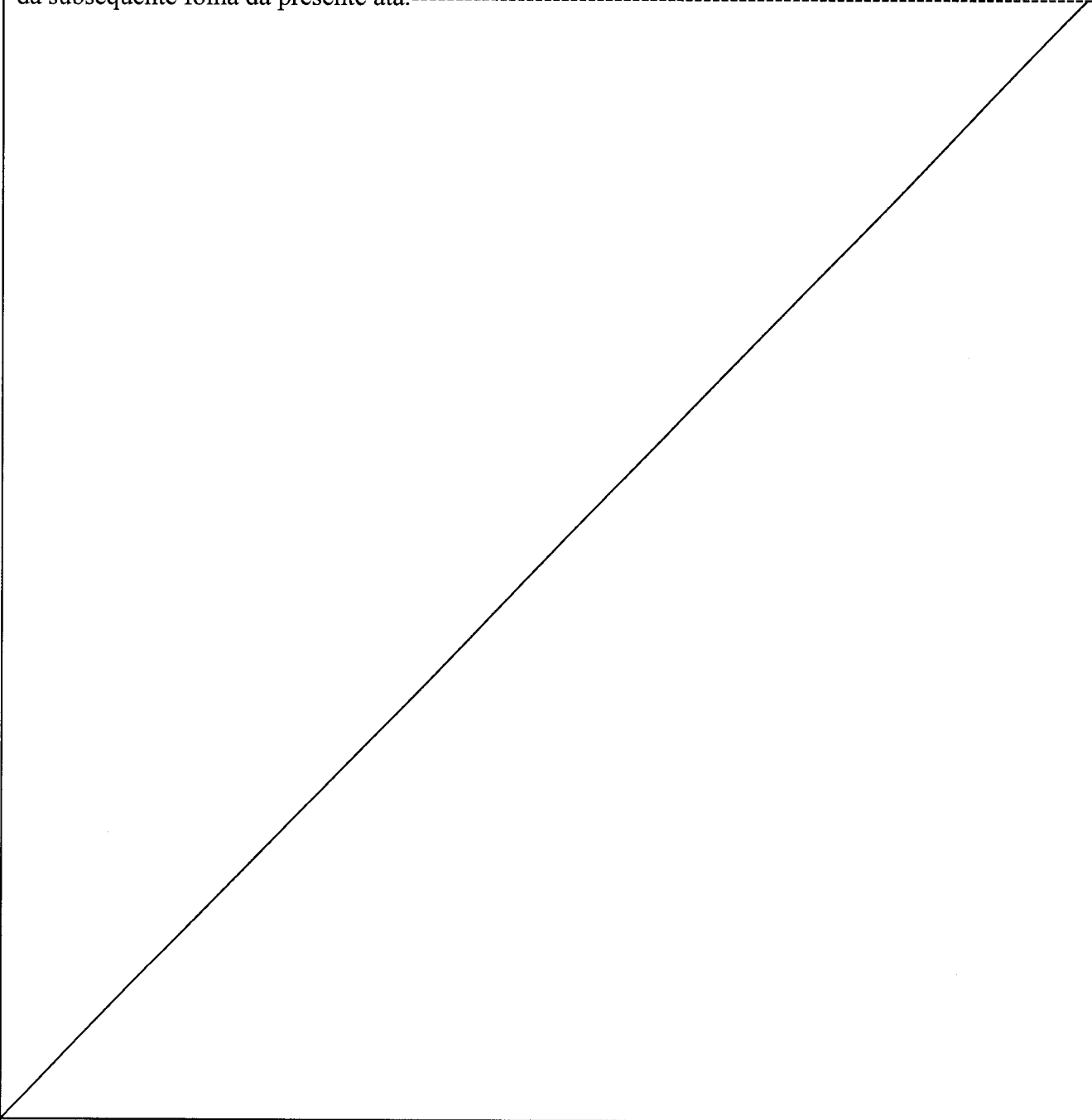
Da renovação do contrato resultam encargos plurianuais nos anos económicos de dois mil e doze e dois mil e treze, pelo que deve dar-se conhecimento da presente deliberação à assembleia municipal, em cumprimento do disposto no n.º 4 da deliberação daquele órgão de vinte e oito de junho último.-----

As propostas foram aprovadas com seis votos a favor.-----





No final da discussão e votação dos assuntos que constam da ordem do dia, os senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata apresentaram o pedido de agendamento, para discussão e votação nesta reunião, por motivos de urgência, do assunto que consta da subsequente folha da presente ata.-----

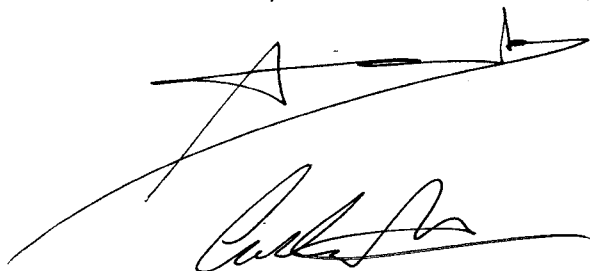


REUNIÃO DE CÂMARA DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

Pedido de agendamento

Ao abrigo do artº 83º da Lei 169/99 de 18 de setembro, os vereadores eleitos nas listas do PSD solicitam o agendamento, dada a urgência da matéria em apreço, de uma proposta de parecer sobre a Reorganização Administrativa do Território das Freguesias do concelho de Santo Tirso.

Santo Tirso, 12 de Setembro de 2012

Two handwritten signatures in black ink. The top signature is a stylized, elongated mark. The bottom signature is more complex, with multiple loops and a long horizontal stroke extending to the right.



[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

O senhor presidente colocou à votação o pedido de agendamento que antecede, o qual foi aprovado por unanimidade.-----

Seguidamente os senhores vereadores apresentaram a proposta que constitui as subsequentes duas folhas da presente ata e que passa a constituir o item vinte e dois da mesma.-----

[Large diagonal line crossing the page, indicating the end of the document or a placeholder for content.]

REUNIÃO DE CÂMARA DE 12 DE SETEMBRO DE 2012**Período de Antes da Ordem do Dia****22. Proposta de parecer sobre a Reorganização Administrativa do Território das Freguesias do concelho de Santo Tirso**

Considerando que:

A Lei 22/2012, de 30 de Maio, que aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica, consagra, no nº 2 do artigo 1º, a obrigatoriedade da reorganização administrativa do território das freguesias.

A pronúncia da Assembleia Municipal sobre a reorganização administrativa do território das freguesias deve ser entregue à Assembleia da República no prazo de 90 dias a contar da entrada em vigor na Lei.

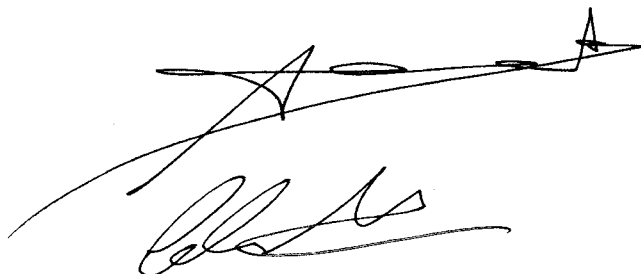
A câmara municipal tem competência para exercer a iniciativa de propor a reorganização administrativa para a deliberação da Assembleia Municipal ou em alternativa apresentar a esta um parecer sobre a reorganização do território das freguesias do respetivo município (cf Artº 11, nº 2).

Assim, considerando os objetivos e princípios consagrados nos artigos 2º e 3º da lei nº 22/2012, a câmara municipal de Santo Tirso, ao abrigo do disposto no nº 2 do artigo 11º da mesma lei apresenta à Assembleia Municipal o seguinte parecer sobre a reorganização administrativa territorial autárquica:

1 – A Assembleia Municipal de Santo Tirso deve pronunciar-se no sentido de propor à Assembleia da República uma redução do número de freguesias do concelho de 20% inferior ao número global de freguesias a reduzir resultante das percentagens previstas no nº 1 do artigo 6º (Cfr. nº 1 do artigo 7º);

2 – Fundamenta-se o proposto em 1, em razões de natureza histórica, dimensão da área territorial do município e situação geográfica, particulares de freguesias que distam, nalguns casos, a vários quilómetros do centro urbano do concelho.

Santo Tirso, 12 de Setembro de 2012

Two handwritten signatures in black ink. The top signature is long and horizontal, while the bottom signature is more compact and stylized.

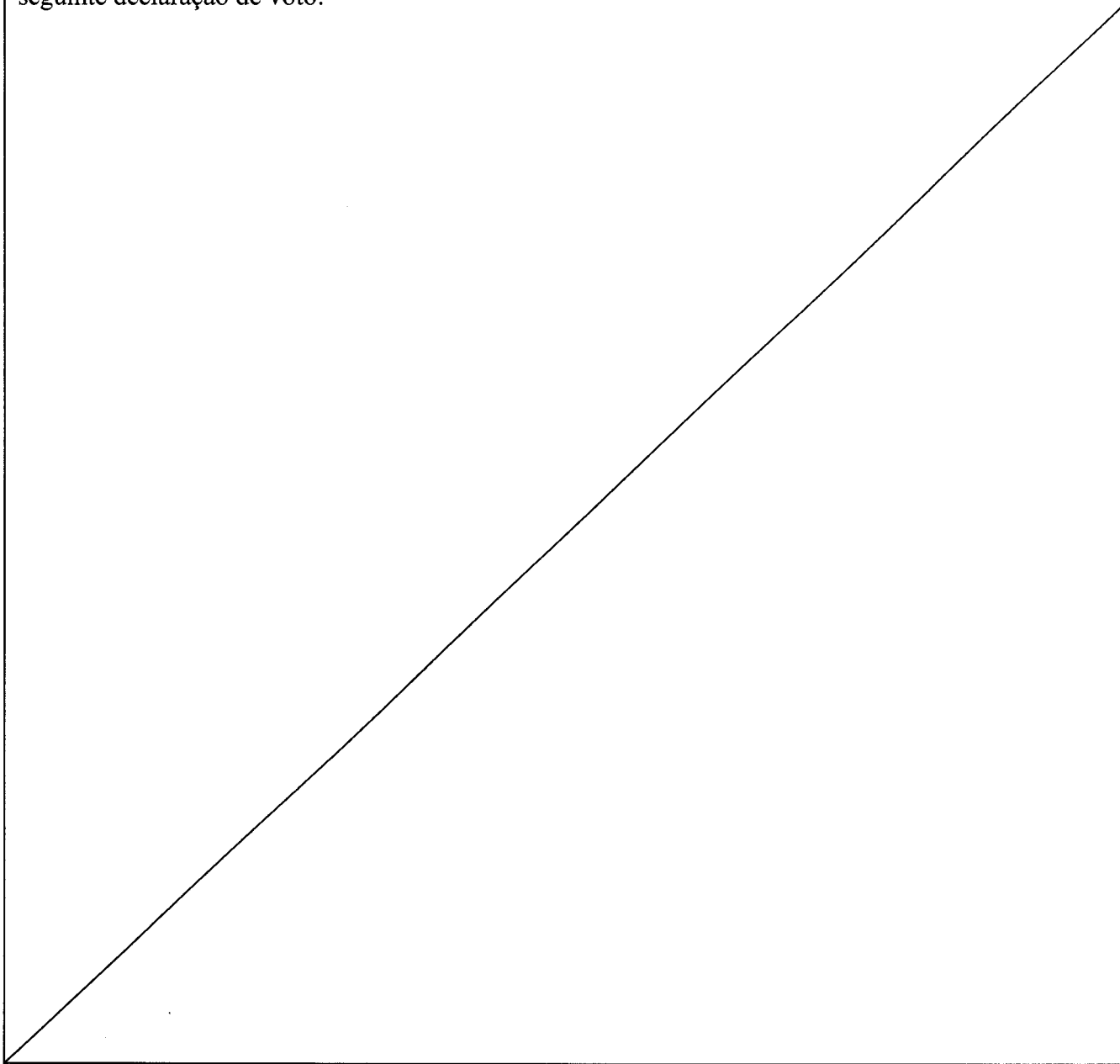


A

h

Seguidamente procedeu-se à votação da proposta que antecede, que foi reprovada, com dois votos a favor dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata e quatro votos contra dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista.-----

Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a seguinte declaração de voto:-----



Votamos contra a proposta apresentada pelas razões a seguir discriminadas:

Reorganização Administrativa Territorial Autárquica

Desde a publicação do Documento Verde, a 26 de Setembro de 2011, que nos preocupa o perigo resultante da implementação desta falsa lei da reforma da administração local. Uma verdadeira reforma deveria ter em consideração a identidade cultural, histórica, religiosa e socioeconómica das diferentes freguesias, procuraria convergir e não fazer divergir o Poder Central e o Poder Local.

A Lei que aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica, a Lei 22/2012, de 30 de Maio, já em vigor, impõe a obrigatoriedade desta reorganização. O governo intima a administração local a propor uma redução nas freguesias, de forma precipitada, em pouco tempo, com o argumento de satisfazer os interesses da *troika*, e num processo pouco ou nada democrático. Acrescente-se a ameaça implícita de que se não o fizerem, a freguesia criada por agregação, não receberá uma benesse financeira de 15% sobre o valor do FFF no mandato seguinte. Por outro lado, na ausência de propostas, a alteração será levada a cabo pela polémica Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa, sem quaisquer benefícios e sem ter em conta a realidade local.

Os edis eleitos enquanto inscritos nas listas do PS manifestam a sua discordância face a esta reorganização administrativa territorial autárquica em curso, fundamentando-se nos seguintes aspectos:

1. Contra o que se quer fazer crer, a redução do número de freguesias não significará uma redução significativa da despesa pública. É bom que se saiba que a percentagem de despesa pública representada pelas freguesias em Portugal é de 0,098%, o que demonstra bem o caricato de procurar reduzir despesa onde esta é já reduzidíssima. Pelo contrário, a fusão de freguesias, como está provado, pode provocar, isso sim, o aumento da despesa pública. Refira-se que, actualmente, a maioria dos executivos locais eleitos não auferem um vencimento pelo seu inestimável trabalho, muitas vezes de cariz voluntário.

Com a agregação de freguesias, aumentará o número de políticos profissionalizados, acarretando um aumento significativo de custos.

2. Esta Lei proclama nos seus objectivos a “promoção da coesão territorial e do desenvolvimento local” e “a melhoria e desenvolvimento dos serviços públicos de proximidade, prestados pelas freguesias às populações”, quando na verdade, a agregação de freguesias é contrária ao desenvolvimento e progresso local. Agregar freguesias significa eliminar a proximidade entre o poder local eleito e os cidadãos, afastando as populações dos centros de decisão, reduzindo a participação pública e retirando força à defesa dos interesses locais. Com a agregação de freguesias, o poder fica mais concentrado e distante das populações.
3. As juntas de freguesia sempre desenvolveram um trabalho de proximidade, o que facilita o acesso a serviços públicos essenciais. A quebra dessa relação de proximidade e de confiança terá impacto direto na vida das pessoas, afectando a resolução imediata de problemas do quotidiano.
4. Note-se que muitos dos atuais dirigentes locais se dedicam ao trabalho voluntário noutras instituições locais de apoio comunitário, pelo que, com esta reorganização, poderão ver-se obrigados a reduzir ou até a terminar este envolvimento ativo.
5. Em Santo Tirso não há qualquer razão válida para a redução do número de freguesias no concelho, uma vez que têm uma identidade cultural, histórica, religiosa e socioeconómica bem definida que as sustenta. A própria Assembleia da República o reconheceu ao elevar a Vila, recentemente, várias das nossas freguesias que agora quer extinguir, nomeadamente S. Tomé de Negrelos, Roriz, Rebordões, S. Martinho do Campo e Vilarinho.

Este Governo do PSD e do CDS está a fazer o maior ataque à autonomia do Poder Local em Portugal como o reconheceu recentemente o Conselho Geral da ANMP, com representantes de todos os partidos. Mais, a ANMP tal como a ANAFRE, assumiram publicamente que não enviarão representantes à recém criada Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território. De fora desta Unidade colocam-se também os deputados socialistas e de outros partidos da assembleia da república, por discordarem da metodologia e da solução adotada. Isto afere da irresponsabilidade de uma legislação onde os representantes máximos das freguesias e dos municípios neste

país entendem não dever participar numa “fantochada mais troikista que a própria troika”.

Qualquer decisão que a assembleia municipal apresente, não tem carácter vinculativo e a lei impede que a câmara municipal envie diretamente uma proposta à Assembleia da República e muito menos as freguesias cujo parecer é completamente desconsiderado. Já várias freguesias do Concelho de Santo Tirso entenderam tomar posição pública, nomeadamente Vila das Aves, S. Tomé de Negrelos, Roriz, S. Salvador do Campo, etc. e muitas mais o farão nos próximos tempos, tal é o seu descontentamento com esta reorganização.

Enquanto o governo nos obriga a esta falsa reforma da administração local, os verdadeiros problemas de Portugal não são resolvidos (desemprego, educação, saúde, justiça, segurança social, etc. etc.). Se se quer uma verdadeira reforma da administração local, envolvam-se todos os intervenientes, questionem-se as populações, definam-se as novas competências do Poder Local, avance-se de forma séria com a regionalização e com verdadeiras políticas de proximidade. Infelizmente temos apenas assistido a políticas de afastamento da população de sectores essenciais como a saúde, a educação e a justiça.

Recordamos a nossa posição assumida sobre este mesmo assunto em Reunião da Câmara Municipal de 27 de junho de 2012.

Recentemente a coligação do governo PSD/CDS-PP, não conseguiu chegar a acordo quanto à nova proposta da Lei Eleitoral Autárquica, o que “parte pela espinha” a Reforma da Administração Local apresentada pelo Governo. Recorde-se também que está suspenso para já o novo Regime Jurídico das Autarquias Locais e o Estatuto das Entidades Intermunicipais.

Razões pelas quais os edis eleitos enquanto inscritos na lista do PS manifestam a sua opinião frontalmente contra a proposta de agregação das freguesias vigente nesta lei.

P.S. Em anexo a nossa declaração de 27 de junho de 2012.



Seguidamente pelo senhor presidente e demais edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi dito:-----

“Há muitos meses que vimos chamando a atenção dos munícipes do concelho de Santo Tirso para o perigo que poderia representar para Portugal, e para Santo Tirso, a aprovação da falsa Reforma da Administração Local, vulgo “Documento Verde”, apresentada em vinte e seis de setembro de dois mil e doze.-----

Começamos por reafirmar que uma verdadeira reforma terá de começar pela regionalização e não pelo ataque ao elo mais fraco do poder local, as freguesias.-----

Recordo também que o memorando da Troika foi assinado pelo Governo e também pelo PSD e pelo CDS.-----

E recordo ainda que quem afirmou que a Troika entendia que o conceito de freguesia era confundido com o conceito de município na proposta apresentada foi o insuspeito presidente da ANAFRE que nunca foi desmentido pela Troika. Todos sabemos que Portugal é um país singular onde existem a freguesia – autarquia e o município – autarquia. Ora este modelo não existe em muitos países da Europa como a Espanha, com mais de oito mil municípios, ou a França, com mais de trinta mil municípios.-----

Ora esta versão da Troika foi também confirmada pelo insuspeito presidente da ANMP depois de uma reunião havida entre representantes das duas entidades.-----

É bom que se saiba que a percentagem de despesa pública representada pelas freguesias em Portugal é de 0,098%, o que demonstra bem o caricato de procurar reduzir despesa onde esta é já reduzidíssima.-----

Recordo que quando os senhores vereadores falam do ex-secretário de estado da administração local esquecem-se que este se limitou a abrir o debate sobre o assunto na generalidade sem apresentar qualquer proposta precipitada que já vai na enésima alteração fruto das pressões políticas conjunturais oriundas de todos os setores incluindo o próprio partido que está na base de



uma proposta que foi feita a correr e não acautelou o futuro e originou os protestos público que conhecem (Congresso da ANAFRE de dezembro/2011, manifestação nacional com duzentas mil pessoas, manifestações distritais e mais recentemente manifestações concelhias).-----

Introduziu-se na discussão um tema fraturante que só veio criar divisões entre o Poder Central e o Poder Local e veio extremar posições quando os verdadeiros problemas de Portugal não são resolvidos (desemprego, educação, saúde, justiça, segurança social, etc. etc.).-----

As posições que sempre defendemos em Santo Tirso é que não há qualquer razão para a redução do número de freguesias no concelho de Santo Tirso. As freguesias em Santo Tirso têm identidade cultural, histórica, religiosa e socioeconómica.-----

Fundir ou extinguir freguesias é um erro histórico em Santo Tirso que não tem qualquer impacto ao nível da redução da despesa pública, que não é tudo. Pelo contrário a fusão de freguesias como está provado pode provocar, isso sim, o aumento da despesa pública.-----

Desde outubro de dois mil e onze que vimos afirmando isto publicamente sem qualquer reação por parte dos senhores vereadores do PSD que pelo que ouvimos são pela redução do número de freguesias no concelho de Santo Tirso.-----

Pelo que supomos parecer que a Unidade Técnica político-partidárias do PSD já está a justificar as razões de defesa da proposta governamental que, possuindo bases tão pouco sólidas, necessita destes apoios tão pouco fundamentados.-----

Os senhores vereadores do PSD falam muito da Unidade Técnica da proposta de lei só não dizem das razões pelas quais a mesma não foi ainda institucionalizada e vamos recordar o que está a acontecer. Em primeiro lugar a Presidente da Assembleia da República recusou-se a nomear a referida Unidade e defende a eleição em plenário e por outro, mais grave, a ANAFRE recusa-se a nomear o seu representante na Unidade Técnica e a ANMP decidiu ontem mesmo no seu Conselho Diretivo não nomear ninguém para a referida Unidade Técnica.-----

Isto afere da irresponsabilidade de uma legislação onde os representantes máximos das



freguesias e dos municípios neste país entendem não dever participar numa “fantoçada mais troikista que a própria troika”.-----

Por isso mesmo já várias freguesias entenderam tomar posição pública em Santo Tirso.---

E não foi só a Vila das Aves cuja assembleia de freguesia refutou por unanimidade a fusão com qualquer outra freguesia.-----

Também outras freguesias como S. Tomé de Negrelos, Roriz, etc. etc decidiram tomar posições públicas contra a fusão. Como se compreende que freguesias elevadas a Vilas pela Assembleia da República venham agora a ser extintas num processo que nada tem de Reforma Administrativa?-----

Se se queria a redução da despesa da Administração Local deveria então avançar-se para a redução do número de municípios. Como se compreende que o PSD venha agora falar em redução de freguesias quando há pouco mais de dez anos aprovou na Assembleia da República a divisão do concelho de Santo Tirso em dois concelhos numa decisão que foi considerada ilegal pelos tribunais e pelo próprio Tribunal Constitucional?-----

Uma decisão ilegal que o próprio PSD quis fazer avançar para Canas de Senhorim e depois recuou.-----

Que moralidade política tem o PSD quando vem contrapor com fatores de majoração e possibilidades de benefícios quando os órgãos eleitos não têm peso nenhum na decisão nem a assembleia municipal, em que o parecer não é vinculativo, nem a câmara municipal que não pode enviar diretamente nenhuma proposta à Assembleia da República e muito menos as freguesias cujo parecer é completamente desconsiderado.-----

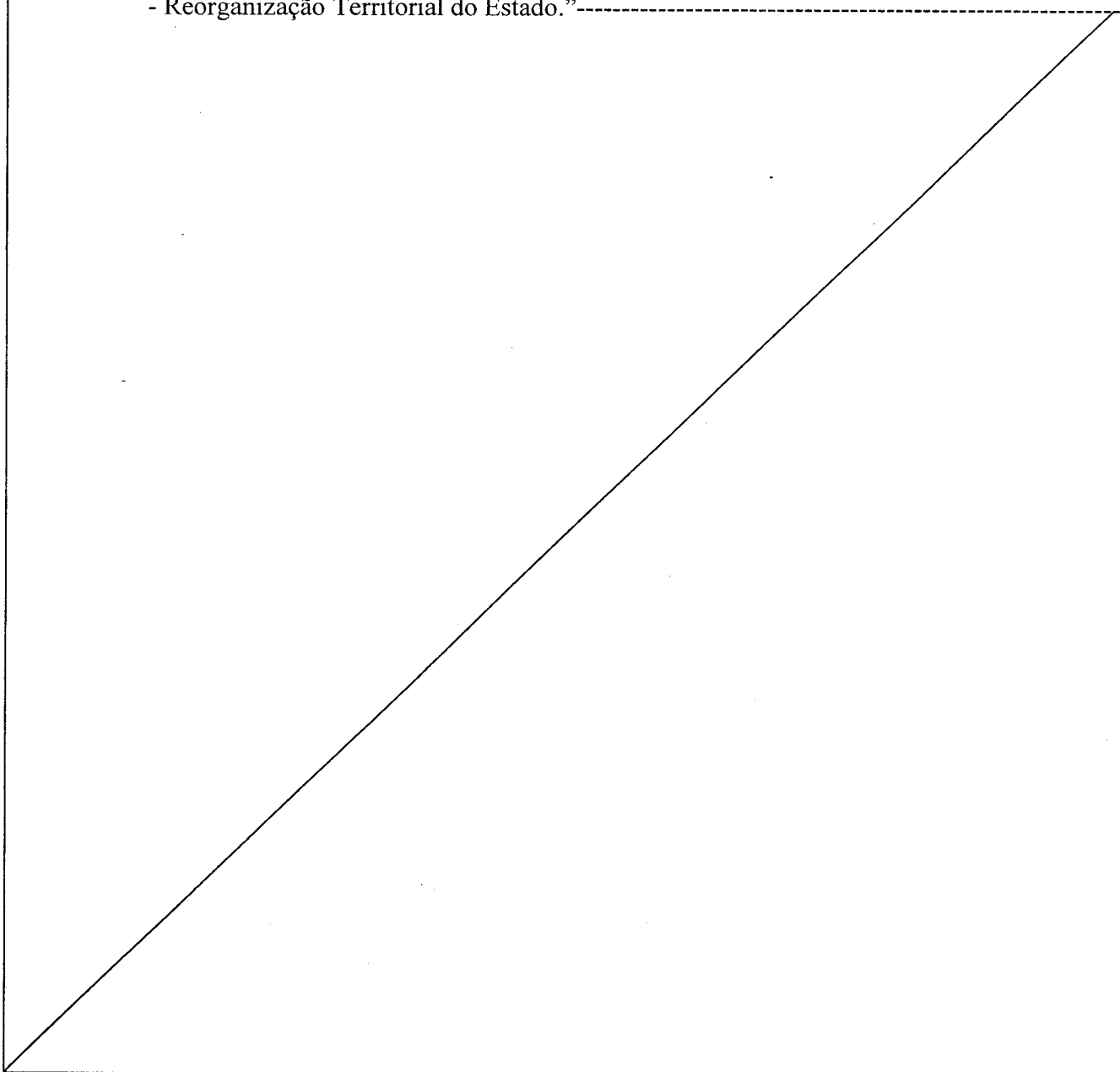
Este Governo do PSD e do CDS está a fazer o maior ataque à autonomia do Poder Local em Portugal como o reconheceu recentemente o Conselho Geral da ANMP, com representante de todos os partidos, que tendo em conta a recente legislação sobre os compromissos, os cortes no QREN e muitas outras medidas de ataque ao Poder Local decidiu convocar um Congresso



[Handwritten signatures and initials]

Nacional para setembro onde os municípios e as freguesias vão poder defender e apresentar, mais uma vez, propostas concretas para:-----

- Autonomia do Poder Local;-----
- Lei das Finanças Locais;-----
- Reorganização Territorial do Estado.”-----





Seguidamente, pelos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata foi feita a seguinte declaração de voto:-----

Os vereadores do Partido Social Democrata votaram favoravelmente esta proposta por várias ordens de razão:-----

1- É desejável, recomendável e exigível que o órgão executivo que gere os destinos do concelho não se exclua deste processo de reorganização administrativa do território e que não faça como Pilatos e daí “lave as suas mãos”. Aliás a própria lei é muito clara no que se refere às obrigações que o executivo camarário tem, podendo emitir um parecer prévio ou pronunciando-se sobre um parecer emitido pela assembleia municipal. Não o fazendo a câmara não só deixa de assumir as suas responsabilidades como incumpe no que está plasmado na lei 21/2012. Este incumprimento poderá ter consequências graves no processo de reorganização, já que a ausência de pronúncia remete para a Unidade Técnica sediada em Lisboa a responsabilidade pela reorganização do território.-----

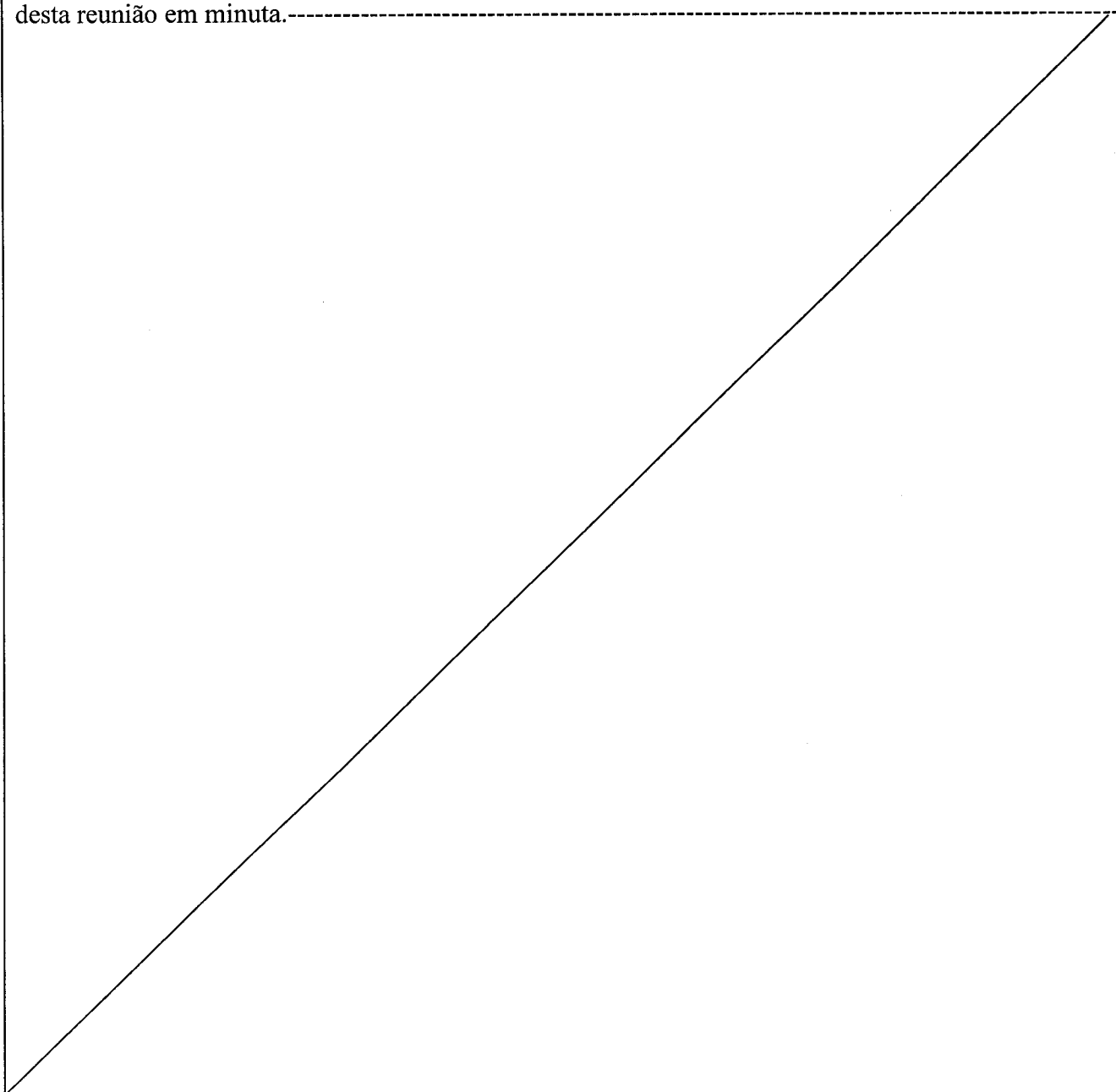
Nestas condições a lei será aplicada de acordo com os seus princípios que, obviamente, podem não ter em conta a realidade do concelho e a adoção de uma solução final que pode não ser aquela que melhor defende os interesses dos cidadãos. Além disso o Partido Social Democrata pretendia que com esta proposta a Assembleia da República deliberasse conceder a majoração de 20% (vinte por cento) da redução do número de freguesias a agregar, que neste caso, a ser aplicada, permitiria que fossem agregadas menos duas freguesias. Além da impossibilidade anteriormente referida, a ausência de pronúncia por parte da assembleia municipal vai também impossibilitar as freguesias que vierem a ser agregadas de beneficiarem de uma majoração de 15% no FFF durante oito anos, ou nos dois mandatos posteriores à agregação. Na nossa opinião dizer contra é redutor e por isso impõe-se que aqueles que têm responsabilidades e estão mandatados pelos cidadãos a fazerem o que devem”.-----



X

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA: No final da discussão e votação dos assuntos constantes desta ata, foi lida a respetiva minuta, para efeitos da sua aprovação, nos termos do n.º 3 do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de setembro.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes na reunião, aprovar a ata desta reunião em minuta.-----





ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada em: Doze horas e quarenta e cinco minutos.-----

E para constar se lavrou a presente ata que tem cento e quarenta folhas e dez documentos anexos, anexo I, respeitante ao item cinco, anexo II, respeitante ao item dez, anexo III, respeitante ao item onze, anexos IV a VIII, respeitantes ao item catorze, anexo IX, respeitante ao item dezasseis e anexo X, respeitante ao item dezoito, todos rubricados por mim e pelo presidente da câmara, apenas utilizadas no anverso, que eu

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

APROVAÇÃO DA ATA.-----

A presente ata foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 26/9/2012 conforme consta do item um da respetiva ata (folhas sete da respetiva minuta).-----

A Secretária,